



**REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**PROJECTO DE EMPODERAMENTO DAS RAPARIGAS E
APRENDIZAGEM PARA TODOS (PAT II)
Projecto No. 168699**

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS
(PEPI)**

Fevereiro 2021

ÍNDICE DE TEXTO

1	INTRODUÇÃO	5
2	DESCRIÇÃO DO PROJECTO	7
3	BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	20
4	IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS	25
4.1	Identificação das principais partes interessadas	25
4.2	Resumo das necessidades das partes interessadas.....	27
5	PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	29
5.1	Métodos de envolvimento das partes interessadas	29
5.2	Estratégia proposta para a divulgação de informação.....	31
5.3	Estratégia proposta para consulta.....	32
5.4	Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis.....	36
5.5	Cronograma	38
5.6	Fases seguintes do projecto	38
6	RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	39
6.1	Recursos	39
6.2	Gestão de funções e responsabilidades	40
7	MECANISMO DE FEEDBACK E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	40
7.1	Passo 1 – Recepção, registo e classificação das reclamações	41
7.2	Passo 2 – Confirmação da recepção.....	42
7.3	Passo 3 – Verificação, investigação e desenvolvimento de uma resposta	43
7.4	Passo 4 – Comunicação da resposta proposta ao reclamante e estabelecimento de um acordo.....	43
7.5	Passo 5 – Implementar a resposta para resolver a queixa	45
7.6	Passo 6 – Rever a resposta se não for bem sucedida.....	45
7.7	Passo 7 – Encerramento da reclamação.....	45
7.8	MFRR específico para VBG.....	46
8	MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS	47
8.1	Participação das partes interessadas nas actividades de monitorização.....	47
8.2	Preparação de relatórios sobre as actividades de envolvimento realizadas para informação das partes interessadas	48
ANEXO I: RESUMO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS REALIZADAS DURANTE A PREPARAÇÃO DO PROJECTO		49
ANEXO II: LISTA DE PARTICIPANTES NAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS		74

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Componentes e subcomponentes técnicas do Projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II	8
Tabela 2 – Actividades previstas no âmbito do PPA	19
Tabela 3 – Actividades de consulta com PI realizadas durante a preparação do projecto	22
Tabela 4 – Principais partes interessadas no projecto.....	25
Tabela 5 – Necessidades das partes interessadas	27
Tabela 6 – Estratégia para consulta das partes interessadas.....	33
Tabela 7 – Estratégia para envolver grupos vulneráveis	37
Tabela 8 – Estimativa orçamental anual para implementação do PEPI.....	39
Tabela 9 – Indicadores para monitorização das actividades do PEPI.....	47

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACADIR	Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Integrado Rural
ADPP	Associação para o Desenvolvimento da Pessoa e pela Pessoa
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AS	Assédio Sexual
ASHE	Água, Saneamento, Higiene e Educação
BM	Banco Mundial
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
DNASE	Direcção Nacional de Acção Social Escolar
DNEJA	Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos
DNESE	Direcção Nacional de Ensino Secundário
DNSP	Direcção Nacional de Saúde Pública
DTN	Doenças Transmissíveis Negligenciadas
ESRS	Sumário da Revisão Ambiental e Social (do inglês <i>Environmental and Social Review Summary</i>)
EAS	Exploração e Abuso Sexual (do inglês <i>Sexual Exploitation and Abuse, SEA</i>)
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
GF	Grupos Focais
GIEME	Gabinete de Infra-estruturas e Meios de Ensino
GMEAS	Gabinete do Ministério de Estado da Área Social
GPE	Gabinete Provincial de Educação
HSPSD	Projecto de Fortalecimento do Desempenho do Sistema de Saúde (do inglês <i>Health System Performance Strengthening Project</i>)
INAC	Instituto Nacional de Apoio à Criança
INEE	Instituto Nacional de Educação Especial
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
INFQE	Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação
INIDE	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação
M&A	Monitorização e Avaliação
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAT	Ministério da Administração do Território
MBAKITA	Missão de Beneficência Agro-pecuária do Kubango, Inclusão, Tecnologia e Ambiente
MCTA	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente
MED	Ministério da Educação
MINFIN	Ministério das Finanças
MINSÁ	Ministério da Saúde
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MININT	Ministério do Interior
MINTTICS	Ministério das Telecomunicações, e Tecnologias de Informação e Comunicação Social

MFRR	Mecanismo de Feedback e Resolução de Reclamações (do inglês <i>Grievance Redress Mechanism, GRM</i>)
NAS	Norma Ambiental e Social
NCP	Nota Conceptual do Projecto
OCADEC	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
ODP	Objectivos de Desenvolvimento do Projecto
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAT	Projecto de Aprendizagem para Todos
PCAS	Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (do inglês <i>Environmental and Social Commitment Plan, ESCP</i>)
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
P-EAS	Especialista Ambiental e Social ao nível Provincial
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (do inglês <i>Stakeholders Engagement Plan, SEP</i>)
PF	Ponto Focal do MFRR
PFAS	Ponto Focal Ambiental e Social ao nível Municipal
PGMO	Procedimento de Gestão de Mão-de-Obra
PI	Partes Interessadas
PMR	Pessoas de Mobilidade Reduzida
PNDE	Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação
PPA	Adiantamento para Preparação do Projecto (do inglês <i>Project Preparation Advance</i>)
PPP	Processo de Participação Pública
PVBGRE	Planos sobre Violência Baseada no Género Relacionada com a Escola
QAS	Quadro Ambiental e Social (do inglês <i>Environmental and Social Framework, ESF</i>)
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
QPPI	Quadro de Política de Povos Indígenas
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
SSRAAJ	Serviços de Saúde Reprodutiva Amigos dos Adolescentes e Jovens
SWEDD	<i>Sahel Women's Empowerment and Demographic Dividend Project</i>
TRBD	Transferência de Recursos Baseado em Desempenho
SSR	Saúde Sexual e Reprodutiva
UIP	Unidade de Implementação do Projecto (do inglês <i>Project Implementation Unit, PIU</i>)
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VBG	Violência Baseada no Género (do inglês <i>Gender-Based Violence, GBV</i>)
VBGRE	Violência Baseada no Género Relacionada com a Escola (do inglês <i>School-Related Gender-Based Violence, SRGBV</i>)
WASH	Água, Saneamento e Higiene (do inglês <i>Water Sanitation and Hygiene</i>)
ZIP	Zonas de Influência Pedagógica

1 INTRODUÇÃO

O Governo de Angola está fortemente empenhado na melhoria do sistema de ensino em todo o território nacional. Para este efeito tem desenvolvido diversas acções estratégicas que visam: i) o aumento do nível de escolaridade dos jovens e da qualidade do ensino de forma a elevar o nível do conhecimento e qualificação da população angolana; e ii) a formação profissional de jovens para inserção no mercado de trabalho e na vida económica.

Neste contexto o Ministério da Educação (MED) recebeu do Banco Mundial (BM) um financiamento para o Projecto Aprendizagem para Todos (PAT, P122700), através do qual ocorreu um fortalecimento significativo da capacidade do Governo para administrar o sistema educacional, especificamente no que diz respeito à formação de professores.

Apesar do progresso que se tem verificado no sistema de ensino a vários níveis, incluindo o aumento substancial no acesso à educação básica, Angola enfrenta ainda grandes desafios em termos de desempenho, que têm vindo a contribuir para baixos resultados de aprendizagem e disparidades de género. No que concerne ao abandono escolar precoce, várias são as motivações que o induzem, incluindo: a) problemas pessoais ou familiares; b) gravidez precoce; c) elevada distância entre casa e escola associada à ausência de transporte público; d) problemas de saúde ou emocionais; e) insatisfação com a aprendizagem; f) baixa eficiência interna; g) fraca gestão e responsabilização; e h) falta de financiamento sustentável. Os alunos que abandonam precocemente a escola são mais susceptíveis de provir de contextos socialmente desfavorecidos. Normalmente, as raparigas são também mais afectadas do que os rapazes.

Para enfrentar estes desafios, o Governo angolano, através do MED, pretende desenvolver o Projecto Empoderamento das Raparigas e Aprendizagem para Todos (PAT II, P168699), com o apoio do BM. O projecto proposto baseia-se nos sucessos alcançados pelo actual PAT e pretende expandi-los para outras esferas da gestão educacional. Adicionalmente, este projecto incorpora muitas das boas práticas aprendidas em outras iniciativas desenvolvidas a nível regional, com vista à redução das desigualdades de género e obtenção de um dividendo demográfico, tais como o projecto regional SWEDD (*Sahel Women's Empowerment and Demographic Dividend Project*).

A implementação do Projecto decorrerá num período de 5 anos (2020-2025) e terá um custo total estimado de US\$ 250 Milhões. O MED é a agência implementadora do projecto e o Ministério das Finanças é a instituição mutuária.

De acordo com o novo Quadro Ambiental e Social (QAS) do BM, para a aprovação do Projecto o Governo, na presente fase de preparação, tem de promover a elaboração de um conjunto de seis instrumentos para identificar os potenciais riscos/impactos ambientais e sociais do projecto e propor medidas para mitigá-los. Estes instrumentos incluem: i) um Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS); ii) um Plano de Envolvimento de Partes Interessadas (PEPI) (que corresponde ao presente documento); iii) um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS); iv) Procedimentos de Gestão da Mão-de-Obra (PGMO); v) um Quadro de Política de Reassentamento (QPR); e vi) um Quadro de Política de Povos Indígenas (QPPI).

O PEPI visa assegurar o envolvimento eficaz das partes interessadas (PI) na concepção e implementação do projecto através uma abordagem participativa, inclusiva e culturalmente apropriada. Foi preparado de acordo com os requisitos da Norma Ambiental e Social 10 (NAS10) “Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações” do novo QAS do BM, incluindo: a descrição sumária do projecto e do respectivo risco ambiental e social; a identificação das partes interessadas; a descrição do programa de envolvimento das partes interessadas proposto; a indicação dos recursos necessários e as responsabilidades para implementação das actividades de envolvimento; um esboço do mecanismo de feedback e resolução de reclamações (MFRR) para que as partes interessadas; e indicação das formas de reporte às partes interessadas.

Previamente à avaliação do projecto, o PEPI será disponibilizado às partes interessadas para consulta e eventuais comentários sobre aspectos como: (a) a precisão da lista de partes interessadas identificadas; (b) a adequabilidade dos métodos propostos de notificação e envolvimento (por exemplo, onde poderão ser realizadas reuniões e workshops ou como comunicar com grupos desfavorecidos ou vulneráveis); (c) a extensão proposta e o formato do envolvimento (por exemplo, o tipo de reuniões e a duração do período de consulta); e (d) o formato e idioma da informação a ser fornecida. O eventual feedback das partes interessadas sobre esses aspectos será revisto e incorporado no PEPI, conforme apropriado. Caso sejam efectuadas alterações significativas no PEPI, a versão revista será divulgado publicamente.

2 DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O Projecto de Empoderamento das Raparigas e PAT II visa capacitar e educar os jovens angolanos, especialmente meninas, através da melhoria do sistema educativo e do acesso à educação, aumentando a probabilidade se maticularem e concluírem o ensino básico e secundário, o que lhes proporcionará oportunidades adicionais de continuarem os estudos ou entrarem no mercado de trabalho, melhorando assim as suas futuras escolhas. O projecto visa ainda promover a resiliência a nível local para responder à COVID-19.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Projecto (ODP) são:

- i) capacitar os jovens angolanos, especialmente as meninas; e
- ii) melhorar a qualidade da aprendizagem para todos.

O desempenho do Projecto em relação a estes objectivos será medido através dos seguintes indicadores de resultados:

- i) Capacitar jovens angolanos:
 - ✓ [Aumento] número de jovens (12-18) que beneficiam de segundas oportunidades de educação e habilidades para a vida (desagregado por género) (incluindo os níveis primário, secundário inferior e secundário superior);
 - ✓ [Aumento] número de adolescentes que usam serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) (desagregado por género);
 - ✓ [Reduzir] as lacunas de género para zero em metade das crianças dos 12-17 matriculadas na escola nos municípios seleccionados ;
- ii) Qualidade de aprendizagem:
 - ✓ [Maior] proporção de professores com desempenho equivalente ou acima dos níveis aceitáveis de ensino (primário);
 - ✓ [Aumento] Número total de novos espaços de educação (salas de aula construídas / reabilitadas em todos os níveis, incluindo o pré-primário).

O Projecto é composto por três componentes, duas de carácter técnico (Componentes 1 e 2) e uma (Componente 3) focada na gestão e monitorização e avaliação (M&A). Cada componente integra diversas subcomponentes orientadas para objectivos específicos.

A **Tabela 1** abaixo identifica as componentes/subcomponentes que integram o projecto, descrevendo sumariamente os respectivos objectivos, as principais actividades preconizadas no âmbito de cada uma, bem como o orçamento estimado para a sua implementação.

Tabela 1 – Componentes e subcomponentes técnicas do Projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II

Componente 1: Capacitar adolescentes angolanos (US\$ 140 milhões)	
<p>A Componente 1 visa (a) capacitar os adolescentes angolanos, com particular enfoque nas raparigas, dotando-os com competências técnicas e profissionais e competências para a vida, promovendo uma maior adesão aos serviços de saúde (por exemplo, planeamento familiar, nutrição, saúde sexual e reprodutiva) e dando àqueles que estão fora do sistema escolar uma segunda oportunidade de acesso à educação; e (b) como parte da resposta COVID-19, minimizar interrupções na educação de meninas através da atribuição de bolsas de estudo para mantê-las (e aos meninos) na escola. As actividades propostas têm um forte foco nos resultados, com as três subcomponentes a apresentar elementos de financiamento baseados em resultados.</p>	
Subcomponentes	Objectivos do projecto e actividades preconizadas
<p>Subcomponente 1.1: Melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes, com foco nas raparigas (US\$ 10 milhões)</p>	<p>Apoiando a implementação em curso da estratégia de saúde do adolescente, esta subcomponente promoverá a prestação serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) para meninas e meninos adolescentes através de Organizações Não Governamentais (ONG) em 60 municípios de alta prioridade.</p> <p>Os serviços de SSR seguirão um programa culturalmente apropriado já desenvolvido e incluem educação sexual, educação para os direitos, estratégias de prevenção de DST/HIV e gravidez, promoção do uso de preservativo e contracepção, prevenção do casamento precoce, informações sobre o abuso de álcool e drogas, informações sobre saúde mental e conscientização sobre a violência baseada no género (VBG). Meninas (e meninos) serão também informados sobre serviços mais especializados e voltados para jovens, disponíveis nas clínicas locais.</p> <p>As actividades específicas propostas no âmbito desta subcomponente incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização de sessões em espaços seguros: No total serão realizadas cerca de 30 sessões ao longo de um ano, oferecidas em espaços seguros em diferentes ambientes, dependendo do público-alvo: normalmente, em escolas (em colaboração com o Ponto Focal Social da Escola), ou em espaços comunitários. Nas sessões realizadas em escolas serão também abordados os planos relativos à Violência Baseada no Género relacionada com a Escola (VBGRE). As sessões são conduzidas por mentores treinados (geralmente alunos de instituições locais de treinamento de professores) e incluem módulos conduzidos por pares, reconhecendo que as adolescentes podem se sentir mais confortáveis discutindo os temas de saúde sexual com colegas do que figuras de autoridade reconhecidas, como trabalhadores de ONG, ou professores. Embora a maioria das sessões seja voltada para ambos os sexos, algumas sessões serão voltadas especificamente para meninos, focando-se em temas de masculinidade positiva. - Fortalecer o envolvimento das comunidades nos esforços de prevenção da gravidez nas adolescentes: Também facilitada pelas ONG, esta actividade integra uma série de mensagens-chave para o empoderamento das meninas, especificamente no que concerne aos tópicos de i) serviços de SSR e gravidez precoce, e ii) informações sobre educação (incluindo bolsas de estudo e segundas oportunidades educativas). Usando materiais de comunicação desenvolvidos como parte da estratégia de saúde do adolescente, esta actividade será desenvolvida com o apoio da rede existente de agentes comunitários para aproveitar o conhecimento local para construir e divulgar mensagens orientadas para evitar ou reduzir a gravidez precoce entre adolescentes.

Componente 1: Capacitar adolescentes angolanos (US\$ 140 milhões)	
	<p>Esta actividade envolverá os líderes comunitários para se tornarem defensores e apoiarem as meninas adolescentes a permanecer na escola e adiar o casamento e a gravidez.</p> <p>O envolvimento da comunidade servirá para conectar meninas e respectivas famílias nos 60 municípios-alvo aos programas de educação de segundas oportunidades que serão expandidos a esses mesmos municípios, bem como aos serviços de saúde voltados para os jovens.</p> <p>- Implementar planos relativos a VBGRE:</p> <p>De modo a melhorar a segurança nas escolas, e considerando o aumento esperado de VBG associado à COVID-19, serão elaborados e implementados planos dirigidos à VBGRE em 600 escolas. Esses planos serão elaborados a partir de um conjunto de opções disponíveis para melhorar o clima escolar especificamente para meninas, incluindo nas deslocações casa-escola. O objectivo é demonstrar através das escolas seleccionadas como acções ao nível escolar podem melhorar o clima escolar para meninas e reduzir os riscos relacionados à VBG. Assistência técnica será prestada ao Ponto Focal Social da Escola por especialistas em VBG contratados no nível sub-regional. A monitorização da implementação dos planos e a disseminação das boas práticas para alcançar o efeito de demonstração será da responsabilidade dos pontos focais para a VBG a nível provincial.</p> <p>A implementação deste subcomponente será liderada pelo Ministério da Saúde (MINSa), o qual será responsável por: i) contratar as ONG, com base nos termos de referência aprovados pelo Banco Mundial, ii) fazer a ligação com os outros sectores responsáveis pela execução de programas paralelos (por exemplo, serviços de saúde “amigos dos jovens”), e iii) monitorizar e reportar sobre o trabalho das ONG. Por sua vez, as ONG serão responsáveis por: i) recrutar e treinar os mentores; ii) organizar as sessões de espaço seguro, incluindo a identificação dos espaços, realização da divulgação, acompanhamento do atendimento; iii) aquisição de medicamentos e suplementos para saúde reprodutiva (de acordo com o grupo de logística da estratégia de saúde do adolescente) e iv) impressão, distribuição e disseminação de materiais de comunicação por meio das sessões de envolvimento da comunidade.</p> <p>Este subcomponente aumentará o acesso e a procura por SSR para 300.000 jovens nos 60 municípios-alvo, dos quais pelo menos 180.000 são meninas. Os beneficiários incluem adolescentes na escola (200.000) e fora da escola (100.000), com idades entre 12 e 17 anos, e respectivas comunidades.</p>
Subcomponente 1.2: Fornecer aos adolescentes segundas chances e habilidades, incluindo habilidades para a vida (US\$ 20 milhões)	<p>Esta subcomponente visa proporcionar a meninas e meninos que estão fora do sistema de ensino oportunidades para completarem a sua educação e adquirirem competências para a vida. As actividades previstas no âmbito desta subcomponente incluem :</p> <p>- Melhoria e expansão dos programas existentes de aprendizagem acelerada, conhecidos como Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estes programas permitem que jovens fora da escola obtenham o seu certificado de conclusão do ensino fundamental (primário) num período de três anos (em vez de seis), em aulas nocturnas ou aos finais de semana, e concluem o 1º ciclo do ensino médio (secundário) em dois anos (em vez de três).</p> <p>Uma forte ênfase será colocada no apoio a esses indivíduos na aquisição de melhores competências para a vida, incluindo conhecimentos sobre saúde sexual e reprodutiva, informações nutricionais, literacia financeira, empreendedorismo, educação cívica e aumento da auto-estima. Para os rapazes, um módulo específico sobre masculinidade positiva e alternativa será adicionado aos programas.</p>

Componente 1: Capacitar adolescentes angolanos (US\$ 140 milhões)

Para expandir o alcance dos programas de EJA e chegar a mais beneficiários, além dos programas que serão ministrados em escolas, o MED promoverá a realização de programas referentes ao ensino primário em parceria com a sociedade civil (por exemplo, grupos religiosos, grupos comunitários), no âmbito dos quais, o MED fornecerá os livros didáticos e financiará a remuneração do instrutor, sendo da responsabilidade da entidade parceira fornecer o espaço físico para as aulas e tratar da divulgação dos programas com vista ao recrutamento de alunos.

Com o apoio do Projecto, estes acordos de parceria serão estendidos aos centros de formação administrados pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), entidade tutelada pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), para complementar os minicursos técnicos oferecidos. Esta subcomponente financeira: i) as remunerações dos instrutores; ii) treinamento de novos instrutores; iii) impressão e distribuição de materiais didáticos para alunos e professores; iv) a assistência técnica para consolidação dos materiais do 1º ciclo do secundário; v) a assistência técnica para o desenvolvimento do programa do 2º ciclo do ensino secundário; e vi) bolsas para meninas participantes programa acelerado do 1º ciclo do secundário.

- **Criação de uma plataforma para conectar mães adolescentes a serviços parentais paralelos.** Para empoderar ainda mais as mães adolescentes, os programas de segundas chances conectarão as beneficiárias com oportunidades disponíveis localmente para educação parental (incluindo nutrição). Serão criados grupos para mães adolescentes se reunirem e trocarem experiências e aprenderem umas com as outras sobre cuidados adequados e práticas de alimentação, educação continuada e monitoramento do crescimento infantil por meio de ferramentas conduzidas pela comunidade com o apoio de profissionais do Ministério da Saúde. As actividades serão conduzidas por agentes comunitários de saúde (ADECOS), em conjunto com “lideranças maternas” indicadas pelos participantes, e contarão com o apoio de técnicos ministeriais ao nível comunitário. A monitorização será realizada pela ADECOS, que fornecerá feedback / *coaching* ao final de cada sessão. A ADECOS dará apoio prático na formação dos grupos de mães, desenvolvendo um cronograma de actividades, com o apoio técnico especializado, conforme necessário, de técnicos do MINSA para temas como nutrição, acompanhamento de estratégias de cuidado com base nas tabelas de crescimento da OMS adaptadas para Angola, e actividades de estimulação.

A execução dos programas de aprendizagem acelerada será gerida pela Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos (DNEJA) do MED. A DNEJA tem uma equipa técnica a nível nacional e coordenadores a nível provincial. No âmbito das actividades previstas na Subcomponente 1.2, a DNEJA a nível nacional será responsável por: i) imprimir e distribuir os materiais de aprendizagem existentes; ii) contratar e supervisionar a assistência técnica para actualização de materiais didáticos (incluindo a criação de um módulo específico sobre masculinidade positiva); iii) contratar e supervisionar a assistência técnica para a concepção do programa acelerado referente ao 2º ciclo do secundário; e iv) negociar os acordos de parceria (ou seja, remuneração por instrutor). Ao nível provincial, os coordenadores da DNEJA serão responsáveis por: i) negociar e assinar acordos de parceria, seguindo os quadros nacionais, e usando modalidades baseadas no desempenho; ii) organizar a formação de novos instrutores, incluindo de organizações parceiras; iii) entregar materiais de aprendizagem às escolas / parceiros; iv) realizar visitas mensais (sem aviso prévio) para controle de qualidade a todos os locais de forma a verificar a frequência, observar as aulas e fornecer feedback aos instrutores.

Componente 1: Capacitar adolescentes angolanos (US\$ 140 milhões)	
	<p>Esta subcomponente financiará a expansão nacional dos programas de aprendizagem acelerada, especialmente do 1º ciclo do secundário, os quais actualmente são apenas oferecidos em 3 províncias. Cerca 250.000 vagas serão criada para chegar a um total de 1.000.000 de alunos, permitindo aos graduados adquirirem competências básicas e para a vida, e dando-lhes oportunidades para prosseguir com seus estudos.</p>
Subcomponente 1.3: Manter as meninas na escola (US\$ 110 milhões)	<p>Esta subcomponente dará incentivos financeiros (bolsas) a famílias de alunos do 1º ciclo do secundário em todo o país (incluindo bónus para meninas) e promoverá actividades de educação em WASH (água, saneamento e higiene) para tornar as escolas mais seguras e apelativas para as meninas, de forma a garantir que as adolescentes se mantenham nas escolas, especialmente face aos elevados riscos de evasão escolar decorrentes do encerramento de escolas relacionado ao COVID-19. As actividades preconizadas nesta subcomponente incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redução dos custos directos da escolaridade no primeiro ciclo do secundário através da atribuição de bolsas de estudo às famílias. Em 60 municípios prioritários, serão oferecidas bolsas de estudo às famílias para reduzir os seus custos com o envio de crianças para o 1º ciclo do ensino secundário. Isso teria o benefício adicional de fornecer algum apoio financeiro às famílias com crianças em idade escolar durante a crise económica. Um bónus extra será atribuído no caso das meninas que se inscrevam pela primeira vez no 1º ciclo do ensino secundário. A divulgação será feita no nível da escola, promovendo o programa a todos os alunos elegíveis. Todos os alunos que frequentem as aulas nas escolas participantes serão elegíveis para receberem este apoio enquanto permanecerem na escola, de modo que um(a) aluno(a) que entre no 1º ciclo do ensino secundário no início do programa receberá este apoio durante os três anos do 1º ciclo (equivalente às 7ª, 8ª e 9ª classes) Os beneficiários seriam cadastrados ao nível de escola, usando os recursos (tablets e software) disponíveis para o Projecto de Fortalecimento do Sistema Nacional de Protecção Social (PFSNPS) (P169779). O pagamento das bolsas seria realizado adoptando o mecanismo Kwenda estabelecido pelo PFSNPS, segundo o qual uma bolsa anual de \$USD 25 seria paga em duas parcelas. O pagamento das bolsas seria baseado nos resultados, sendo que o não cumprimento resultaria no não pagamento da 2ª parcela. No total, esta subcomponente financiará 900 mil alunos por ano durante quatro anos, cerca de metade dos quais serão meninas (incluindo 635 mil meninas que entrarão no 1º ciclo do secundário e receberão bónus de inscrição). - Realização de actividades de educação em WASH para garantir a participação segura e saudável das meninas nas escolas. Seguindo as directrizes definidas no âmbito do Programa Nacional de Saúde Ambiental do MINSA, esta subcomponente financiará sessões de formação conjunta de técnicos de saúde ao nível municipal, gestores escolares, professores e educadores de pares sobre educação em WASH, consciencialização e para estabelecer Grupos de Água e Saneamento (GAS). Estas actividades reforçarão as sessões de formação já administradas por ONG ao nível municipal, trabalhando com materiais de comunicação e outros recursos de WASH desenvolvidos pela UNICEF. As sessões de formação incidirão sobre as medidas de higiene e saneamento necessárias para garantir que as escolas apresentam um ambiente convidativo para a permanências das meninas adolescentes. Os GAS, que são compostos por pais e outros membros da comunidade, incluindo os próprios jovens, serão treinados nas técnicas básicas para manutenção de equipamentos em instalações WASH. As sessões de treinamento focarão a gestão da higiene menstrual (GHM), incluindo educação sobre higiene menstrual, acesso a produtos sanitários e eliminação de resíduos sanitários, tudo elementos essenciais para reduzir o absentéismo de meninas

Componente 1: Capacitar adolescentes angolanos (US\$ 140 milhões)	
	<p>adolescentes (e para educar meninos). As actividades financiarão sessões de treinamento, materiais para menstruação (por exemplo, absorventes descartáveis / reutilizáveis) e materiais para garantir as condições adequadas de descarte dos resíduos sanitários nas escolas e ao nível comunitário (por exemplo, sabão, latas de lixo, etc.) (ver actividades complementares de WASH propostas no âmbito da Componente 2). Prevê-se que as actividades relacionadas com WASH melhorarem substancialmente o clima escolar para 100 mil meninas por ano, levando a um aumento da frequência escolar entre as meninas.</p> <p>De modo geral, as actividades preconizadas nesta subcomponente, conjuntamente com outras como seja a implementação de planos relativos a VBGRE, resultarão em escolas mais seguras, mais confortáveis, mais sintonizadas com as necessidades das meninas e, portanto, mais propícias à aprendizagem.</p>

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)	
<p>A Componente 2 aborda os desafios que concernem mais directamente ao sistema de ensino, tendo por base as experiências do Projecto Aprendizagem para Todos (PAT, P122700) em curso. Esta componente visa melhorar a educação das crianças e adolescentes que estão integrados no sistema de ensino, melhorando o ensino e medindo a aprendizagem, inclusive por meio de programas de ensino à distância, quando pertinente. Visa também manter mais meninas na escola através da construção de salas de aula, reabilitação de instalações sanitárias e melhoria do clima escolar. Garantir a transição das meninas para o ensino médio e oferecer-lhes oportunidades melhores de aquisição de competências através de uma melhor aprendizagem resultaria em meninas mais empoderadas e em uma cidadania mais produtiva, contribuindo amplamente para o crescimento. Mais importante ainda, estariam auferindo maiores remunerações, começando a ter filhos mais tarde, tendo uma maior capacidade de investir na saúde e educação dos filhos, desencadeando um ciclo virtuoso no âmbito familiar e nacional.</p>	
Subcomponentes	Objectivos do projecto e actividades preconizadas
<p>Subcomponente 2.1: Reabilitar e ampliar a oferta educativa (US\$ 60 milhões)</p>	<p>Esta subcomponente apoiará a expansão da oferta educativa nos níveis pré-primário, primário e secundário de escolaridade.</p> <p>Para colmatar o défice existente na oferta educativa, esta subcomponente, que será coordenada pelo Departamento de Infra-estruturas do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE), criará espaços de escolares para as futuras vagas de estudantes angolanos. Tendo por base o trabalho de micro planeamento realizado por este Departamento, no âmbito desta subcomponente serão construídas, reabilitadas e equipadas escolas, adoptando duas abordagens: i) uma abordagem centralizada no caso da construção de novas escolas e expansão/reabilitação em grande escala de escolas existentes; e ii) uma abordagem descentralizada, para reabilitações/expansões em pequena escala de escolas já existentes. As actividades seriam direccionadas aos mesmos 60 municípios abrangidos pelas actividades da Componente 1.</p> <p>As <u>novas construções e obras de reabilitação de grande porte</u> (> US \$ 70.000) priorizarão o ensino secundário, começando pelos municípios com as maiores lacunas de cobertura, incluindo as escolas com salas de aula que actualmente funcionando a céu aberto. A selecção dos locais será baseada num estudo de mapeamento escolar usando Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e dados do censitários. Os planos arquitectónicos elaborados pelos consultores seguirão as directrizes nacionais que exigem escolas com 24 salas de aula, instalações sanitárias unissexo com dimensões específicas em função da escola, tamanhos de salas de aula e similares. As directrizes nacionais estipulam 36 crianças por sala de aula, com a expectativa de que todas as escolas funcionem em dois turnos. As empresas construtoras serão seleccionadas e contratadas centralmente pelo Departamento de Infra-estrutura do GEPE.</p>

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)

As **actividades de construção pequena escala** (<US \$ 70,0000) focar-se-ão nas escolas existentes, principalmente do nível primário. Dadas as actuais restrições fiscais à expansão da força de trabalho docente, o sequenciamento de actividades visará primeiramente as escolas já em funcionamento com salas de aula que precisam de reabilitação e expansão em pequena escala, tais como a expansão de escolas com algumas salas de aula em baixo de árvores. Para cada local, será recrutado um consultor para elaborar os projectos arquitectónicos, tendo por base as directrizes nacionais aprovadas pelo MED, adaptadas ao local da escola existente. As especificações actuais delineadas nos projectos nacionais estipulam que as escolas devem apresentar 12 salas de aula, sendo pelo menos uma para jardim de infância. As especificações são estabelecidas para o tamanho do terreno, o tamanho das salas de aula e as instalações sanitárias unissexo. Conjuntamente com os projectos arquitectónicos terão de ser elaborados Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS), em conformidade com o QGAS do projecto. A contratação da preparação dos projectos arquitectónicos e PGAS será agrupada sempre que possível, inclusive entre locais, dependendo do tamanho, complexidade e proximidade das obras. As empresas construtoras serão identificadas por província e contratadas centralmente pelo Departamento de Infra-estrutura do GEPE.

A supervisão técnica das obras de pequena e grande escala será feita pelos departamentos de obras públicas provinciais ou por entidades terceiras, dependendo da capacidade local existente, conforme descrito no Manual Operacional do Projecto (POM). Nos casos em que seja necessário contratar entidades terceiras para a supervisão técnica, essas tarefas serão agrupadas ao nível provincial em obras de pequena e grande escala.

O Projecto seguirá os padrões nacionais estabelecidos para a elaboração de projectos de arquitectura e engenharia para diferentes tipos de escolas (escolas primárias e secundárias). Os projectos serão actualizados quando necessário para incorporar os riscos apresentados pelas alterações climáticas e desastres naturais, incluindo escolas estrategicamente localizadas que serviam como abrigos em tempos de crise (no mínimo uma por província). As actividades de construção propostas serão realizadas com um importante foco nas questões de género, especialmente no que se refere ao saneamento e higiene escolar (por exemplo, latrinas separadas para meninas e meninos) e com a intenção de criar espaços inclusivos para todas as crianças.

As actividades de construção propostas pela Subcomponente 2.1 visam fortalecer a resiliência de longo prazo aos riscos apresentados por eventos de desastres naturais e alterações climáticas e choques de saúde. Os desastres naturais, incluindo aqueles tornados mais frequentes pelas alterações climáticas, apresentam um risco generalizado e crescente para a infra-estrutura escolar e a comunidade escolar. A COVID-19 realçou a necessidade de garantir o acesso e a provisão de instalações WASH nas escolas.

Além das actividades de construção e reabilitação, a Subcomponente 2.1 visa estabelecer uma estrutura geral para ampliar as intervenções de infra-estrutura, com base em projecções censitárias, usando técnicas de micro planeamento. Este processo basear-se-á no diagnóstico rápido em curso que identificará os principais factores de risco para a infra-estrutura escolar, para identificar as linhas de acção prioritárias, ao que se seguirão actividades analíticas para desenvolver uma estrutura tecnicamente sólida para maximizar os resultados dos investimentos em infra-estrutura escolar e alcançar uma maior resiliência das escolas de Angola.

As actividades acima descritas resultarão em 4.000 salas de aula adicionais, beneficiando pelo menos 280 mil alunos por ano. No 1º ciclo do secundário, isso representa um aumento de 15% no número de salas de aula a nível nacional e a erradicação de turmas com aulas ao ar livre.

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)	
	<p>É importante ressaltar que estas actividades também resultarão na melhoria da capacidade de reabilitação/construção de escolas aos níveis central e subnacional, bem como na melhoria da capacidade técnica da comunidade local de engenheiros, em particular no que diz respeito à gestão de riscos climáticos e aspectos relacionados com o QAS do BM.</p>
<p>Subcomponente 2.2: Apoiar o ensino de alta qualidade (US\$ 20 milhões)</p>	<p>A Subcomponente 2.2 visa melhorar i) as políticas de gestão de professores; ii) a monitorização da qualidade do ensino e avaliação da aprendizagem; e iii) o desenvolvimento profissional dos professores. As actividades previstas, detalhadas abaixo, serão implementadas pelo Instituto Nacional de Formação dos Quadros Educativos (INFQE) e desenvolvidas ao nível das Zonas de Influência Pedagógica (ZIP), onde o INFQE tem pontos focais responsáveis pela execução actividades de <i>coaching</i> e treinamento para professores nas áreas de abrangência.</p> <p>Melhorar as políticas de gestão dos professores em Angola. Esta subcomponente financiará assistência técnica ao Governo de Angola no fortalecimento das políticas e instrumentos para atrair e seleccionar os melhores candidatos para se tornarem professores. As actividades propostas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de ferramentas de selecção em grande escala para futuros professores através de concursos públicos, actualmente elaborados pela Direcção de Recursos Humanos do MED e implementados pelas províncias. Essas ferramentas de triagem serão aplicadas ao recrutamento de 20.000 professores ao longo da vida do Projecto. - Nas áreas do país onde a fixação de professores se mostra mais problemática, serão implementadas políticas sustentáveis em torno de incentivos e selecção, como a priorização de grupos específicos (por exemplo, mulheres jovens) no processo de admissão a centros de treinamento de ensino. Da mesma forma, as competências linguísticas dos professores serão consideradas para a selecção, de modo que os professores que falem línguas angolanas de origem africana sejam combinados com as comunidades que falem essas línguas. - Implementação de políticas relacionadas com a definição de um período experimental (para garantir, por exemplo, que apenas os professores qualificados e motivados para uma carreira docente permanecem na profissão) e com a avaliação, de modo a informar sobre o desenvolvimento profissional contínuo e permitir ao MED uma visão precisa do desempenho dos professores em todo o país. <p>A execução destas actividades culminará no desenvolvimento de uma ferramenta actualizada de gestão de recursos humanos que rastreia as qualificações, implantação, trajetória de carreira e desempenho dos professores em todo o sistema. Os resultados esperados incluiriam professores mais qualificados e distribuídos de forma mais equitativa por todo o país.</p> <p>Melhorar a monitorização das práticas dos professores em sala de aula e a medição da aprendizagem. As actividades propostas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitorização do desempenho dos professores em sala de aula utilizando o TEACH, uma ferramenta de observação em sala de aula que estima objectivamente a qualidade do ensino, combinada com o instrumento Indicadores de Prestação de Serviços (do inglês <i>Service Delivery Indicators</i>, SDI). Os dados resultantes permitirão medir a qualidade da prestação de serviços ao nível escolar e da sala de aula, estimando o absentismo dos professores, o tempo dedicado às tarefas e outros indicadores básicos de prestação de serviços, como o estado da infraestrutura escolar e a presença de livros didácticos. O TEACH e o SDI serão

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)	
	<p>aplicados em 1.000 escolas, permitindo a recolha de uma amostra representativa a nível nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medição da aprendizagem dos alunos através de: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de sistemas de medição para estimar as tendências de evolução ao nível nacional, provincial, escolar e estudantil. ▪ Desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Avaliação, que estabeleça a visão relativamente aos tipos de avaliação a realizar, com que frequência, por quem e em que grau de ensino. Dois tipos de avaliação serão financiados: i) avaliações sumativas, que são desenhadas para informar o sistema educacional sobre as tendências gerais da aprendizagem nos vários níveis; e ii) avaliações formativas que se destinam a fornecer feedback aos professores sobre o desempenho dos alunos nas escolas primárias e secundárias. Os resultados dessas avaliações, incluindo as avaliações sumativas, serão amplamente partilhados, desagregando os resultados até ao nível de detalhe considerado apropriado (por exemplo, escola ou município). O Projecto financiará a participação de Angola no SACMEQ, uma avaliação regional que permite a comparação com outros países da África Subsaariana nas áreas de matemática e compreensão de leitura. <p>Melhoria no desenvolvimento profissional dos professores e supervisão pedagógica, com base no trabalho realizado no âmbito do Projecto Aprendizagem para Todos (PAT, P122700) em curso.</p> <p>As actividades propostas serão implementadas por meio das 167 ZIP e constituirão uma abordagem didáctica que usa <i>coaching</i> (usando os resultados do TEACH), aprendizagem à distância e oportunidades de aprendizagem entre pares. A ênfase será colocada na continuação da implementação de materiais de ensino com guião (planos de aula, impressos ou para tablets) que começou no âmbito do Projecto Aprender para Todos (P122700), incluindo eventualmente línguas angolanas de origem africana. É importante ressaltar que estas actividades de desenvolvimento profissional híbrido (ocorrendo virtualmente ou cara a cara nos fins de semana e durante as férias escolares) também contribuirão para os esforços de prevenção da VBG ao construir módulos em torno da prevenção e resposta à VBG, papéis dos professores no apoio aos sobreviventes, mudança nas normas de género, comportamentos proibidos por parte do pessoal (incluindo a assinatura de códigos de conduta como condição para participação no desenvolvimento profissional) e expectativas para a participação dos professores nos procedimentos de reclamação ao nível da escola.</p> <p>Esta subcomponente apoiaria também (i) 72 escolas modelo onde seriam realizadas reformas com vista ao atingimento de um elevado desempenho, tais como a selecção meritocrática de directores e professores, um programa de pagamento de bónus, e autonomia gestão e responsabilidade, e (ii) medidas para reformar a gestão/supervisão escolar, de modo que os directores das ZIP sejam equipados com as ferramentas necessárias para uma supervisão mais activa. As ferramentas seriam na forma de i) competências de gestão para melhor desempenharem as suas responsabilidades diárias, e ii) pedagógicas, usando um SDITEACH simplificado, para monitorar a implementação de abordagens pedagógicas e observar de forma mais eficaz as salas de aula.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este subcomponente resultará em mais e melhor informação sobre o estado da aprendizagem em Angola para os formuladores de políticas, profissionais, líderes escolares e o público em geral. As actividades previstas resultarão em 60.000 professores mais bem preparados na sala de aula, com informações oportunas sobre quais os alunos que têm mais dificuldades e quais partes do currículo são mais difíceis de aprender, permitindo-lhes ensinar no nível certo. Ao nível dos directores de escolas

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)	
	<p>e supervisores pedagógicos (10.000 beneficiados), permitirá melhorar a assistência que prestam aos professores que mais precisam de apoio personalizado. Para o sistema como um todo, permitirá um melhor diagnóstico dos problemas mais urgentes que impedem a aprendizagem e acompanhar o progresso de áreas geográficas específicas ao longo do tempo.</p>
<p>Subcomponente 2.3: Garantir a continuidade da aprendizagem (US\$ 20 milhões)</p>	<p>Em resposta à COVID-19, esta subcomponente apoiará: i) o desenvolvimento de abordagens de ensino à distância para alunos e professores; ii) a preparação de materiais para ajudar a recuperar o atraso na aprendizagem, e iii) actividades para garantir a reabertura segura das escolas. Esta subcomponente será implementada pelo Departamento de Infra-estruturas e Meios de Ensino (DIEME), em estreita colaboração com o INFQE (responsável pela execução das acções formativas) e o Instituto Nacional de Avaliação e Desenvolvimento Educativo (INADE) (responsável pela concepção curricular e desenvolvimento de materiais). As actividades previstas serão implementadas por meio dos ZIP.</p> <p>Apoio à oferta de educação multimodal, incluindo os programas de aprendizagem online, na televisão e na rádio que actualmente são apoiados pelo Projecto Aprendizagem para Todos (PAT P122700).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apoiar o desenvolvimento de programas de aprendizagem dirigidos a professores e alunos, a fim de os preparar para a reabertura de escolas. Os tópicos prioritários são os procedimentos de higiene e segurança, os programas de aprendizagem acelerada, como avaliar crianças e adequar o ensino pós-COVID-19 e como fornecer apoio psicossocial básico aos alunos (ou encaminhar casos mais complexos para CASI). - Conectar os professores entre si (através de linhas telefónicas, redes sociais, fóruns online), para formar redes de aprendizagem entre pares à medida que os professores se ajustam aos novos métodos de ensino durante o encerramento das escolas e assim que as escolas reabrem. - Financiar a compra de equipamentos para o ensino à distância, tais como rádios, TV, baterias solares e <i>pen drives</i>. <p>Embora as abordagens de ensino à distância sejam desenvolvidas como uma resposta à COVID-19, a sua utilidade vai para além da pandemia, podendo ser usadas para alcançar os alunos que vivam em zonas mais remotas (como por exemplo em áreas rurais de difícil acesso) ou em situações não relacionadas à pandemia que possam limitar acesso às escolas (por exemplo, desastres naturais).</p> <p>Desenvolvimento de matérias de aprendizagem acelerada para recuperar o atraso na aprendizagem devido à COVID-19:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Preparação de novos materiais de aprendizagem que serão também guias do professor correspondentes com planos de aula, acompanhados por guias do aluno, fortemente focados no ensino de leitura. Nos anos 2 e 3 do Projecto, estes materiais serão alargados às línguas angolanas de origem africana. - Desenvolvimento curricular dos programas de aprendizagem (continuando actividades em curso). - Impressão e distribuição de materiais de aprendizagem existentes. - Realização de oficinas participativas para desenvolver novos materiais (usando o <i>Bloom</i>) - Modernização do sistema de distribuição de livros didácticos em Angola, usando soluções habilitadas por tecnologia, como <i>Track & Trace</i>.

Componente 2: Reduzir a pobreza de aprendizagem em Angola (US\$ 100 milhões)

Actividades para garantir a reabertura segura das escolas:

As actividades propostas para garantir a reabertura segura das escolas, assegurando o bem-estar, a segurança e a aprendizagem das crianças, reflectem as medidas previstas no Plano de Emergência para a COVID-19 desenvolvido pelo MED e devem ser implementadas ainda antes da efectivação do projecto utilizando recursos do adiantamento para preparação do projecto (PPA) solicitado ao BM pelo MED. A implementação dessas medidas será da responsabilidade do DIEME. Essas medidas incluem:

- Desenvolvimento e implementação de directrizes sobre a segurança nas escolas e preparação de materiais de comunicação sobre os riscos de transmissão da COVID-19. Estas directrizes incluem protocolos sobre distanciamento físico, cuidados de higiene, lavagem de mãos, etiqueta respiratória, uso de equipamentos de protecção, procedimentos de limpeza de instalações e práticas seguras de preparação de alimentos.
- Treinamento de professores e pessoal administrativo na implementação do distanciamento físico, práticas e procedimentos de higiene.
- Fornecimento de materiais de protecção ao pessoal de limpeza e treinamento sobre desinfectação.
- Apoio a outras medidas de higiene, como a limpeza aprofundada das escolas, fornecimento de água segura, equipamentos para lavagem de mãos e produtos de limpeza.
- Apoio à implementação de casas de banho separadas para meninos e meninas, e a provisão de produtos para higiene menstrual.
- Descentralização da produção ou aquisição de sabão e produtos de desinfectação de mãos para os municípios, por forma a agilizar o processo e evitar constrangimentos logísticos.

Expansão da campanha de desparasitação, em curso, promovida pelo Governo, a 10 outras províncias, para combater a esquistossomose (SCH) e as parasitoides intestinais ou helmintíases (STH) que constituem determinantes significativas da malnutrição das crianças, frequência da escola, resultados escolares e perpetuação de ciclos de empobrecimento e baixo capital humano.

Componente 3: Gestão, monitorização e avaliação do projecto (US\$ 10 milhões)

A Componente 3 foca-se na gestão e monitorização e avaliação do Projecto.

Subcomponentes	Descrição sumária
<p>Subcomponente 3.1: Gestão do projecto (US\$ 7,5 milhões)</p>	<p>Esta subcomponente visa o fortalecimento da capacidade de gestão do pessoal do MED para apoio à implementação do Projecto. Isso incluiria a melhoria da selecção, avaliação e preparação do pessoal do sistema educativo, por meio de assistência técnica, além do financiamento dos custos operacionais associados.</p> <p>No âmbito desta subcomponente estão previstas as seguintes actividades específicas: (i) assistência técnica para a preparação dos módulos de formação para pessoal da administração do sistema educativo aos níveis central, provincial e municipal; (ii) serviços de consultoria para apoiar actividades de capacitação; (iii) materiais formativos e custos relacionados com o fornecimento dos programas de formação; e (iv) custos operacionais para programas de gestão, monitorização e formação de projectos.</p>

Componente 3: Gestão, monitorização e avaliação do projecto (US\$ 10 milhões)	
Subcomponente 3.2: Desenvolver, monitorizar e avaliar a implementação de políticas educacionais (US\$ 2,5 milhões)	<p>Esta subcomponente visa informar o desenvolvimento de futuras políticas educacionais, monitorizando a implementação e avaliando o impacto das intervenções.</p> <p>As actividades específicas previstas no âmbito desta subcomponente incluem: (i) actividades de capacitação para estabelecer e processar dados e estatísticas educacionais de forma a incorporá-los no planeamento; (ii) treinamentos em serviço para fortalecer a capacidade do MED em M&A; (iii) assistência técnica para desenvolver um esquema de financiamento de Subsídio com Base no Desempenho para actividades de infra-estrutura; e (iv) assistência técnica para a realização de estudos qualitativos e avaliação rigorosa do impacto dos projectos inovadores desenvolvidos no âmbito do Projecto.</p>

O Projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II terá uma cobertura geográfica nacional, incluindo áreas urbanas e rurais, priorizando os municípios onde há maiores lacunas de cobertura e onde já existem operações activas do Banco.

O Projecto irá beneficiar jovens angolanos dentro e fora do sistema educacional (beneficiários directos), bem como suas famílias, professores, directores e comunidades (beneficiários indirectos). Ao longo da vida do Projecto, mais de 1 milhão de jovens angolanos serão directamente beneficiados, sendo 700 mil meninas (não incluindo os alunos que beneficiarão de melhores resultados de aprendizagem). Além da vida do Projecto, 630 mil meninas e meninos continuarão a beneficiar directamente das actividades do Projecto, por meio do aumento de vagas nas escolas, inclusive para educação de segunda chance. Muitas das actividades, como bolsas de estudo, terão impactos directos durante o projecto, e impactos indirectos que continuarão após o projecto, através do aumento dos anos de escolaridade.

Como parte integrante da sua preparação, o Projecto foi alvo de uma análise do risco ambiental e social (*Environmental and Social Review Summary – ESRS*) elaborada pelos especialistas do BM, segundo a qual o Risco Ambiental e Social do projecto é Substancial.

O risco ambiental foi considerado substancial pelos seguintes motivos: i) a fraca capacidade do Mutuário na aplicação do novo QAS do BM e pelo facto de ser a sua primeira exposição a algumas das áreas de foco específicas de investimento do Projecto; ii) a fraca capacidade a nível local para lidar com os riscos ambientais do Projecto devido às dificuldades em encontrar recursos humanos com comprovada experiência ambiental ao nível provincial e municipal; e iii) o facto das obras civis a serem financiadas no âmbito do Projecto (Subcomponente 2.1) incluírem novas construções (novas escolas), bem como a reabilitação, expansão e reforma de escolas existentes.

O risco social do projecto foi classificado como substancial tendo em conta i) a falta de experiência do Mutuário na gestão de questões sociais de acordo com o novo QAS do BM; ii) o facto de ser a sua primeira experiência em algumas áreas específicas de investimento previstas no projecto; iii) os potenciais impactos sociais negativos associados ao influxo de mão-de-obra e a questões de reassentamento resultantes das actividades de construção previstas no âmbito do projecto; e iv) os riscos de VBG/EAS/AS associados ao projecto.

Considerando a quantidade de obras de construção previstas no âmbito do projecto, a sua proximidade a ambientes escolares, a existência de VBGRE, e a prática existente de sexo

transaccional em meninas adolescentes e mulheres jovens, uma primeira avaliação dos riscos de EAS/AS associados ao projecto, realizada pela equipa de especialistas em desenvolvimento social do BM, resultou numa classificação de risco Alto. Com base nesta classificação será necessário incluir na Unidade de Implementação do Projecto (UIP) um(a) especialista em VBG/EAS/AS e será implementado um conjunto de medidas específicas para mitigar os riscos de EAS/AS no sistema de ensino, incluindo, entre outras, i) a elaboração e implementação de um MFRR específico para VBG/EAS/AS; ii) a aplicação de códigos de conduta sobre VBG/EAS/AS entre os funcionários das escolas e todos os trabalhadores associados ao Projecto; e iii) a definição e implementação de um procedimento de resposta, incluindo um sistema de referenciação para orientar as(os) sobreviventes aos necessários serviços sanitários, legais, policiais e psicossociais.

O projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II está em preparação e prevê-se que seja aprovado pelo BM em Março de 2021.

Dada a complexidade do Projecto e considerando a situação mundial imposta pela pandemia COVID-19, que potencia a preocupação já existente quanto à abertura das escolas em melhores condições sanitárias, o MED solicitou ao BM um adiantamento para preparação do projecto (PPA). Este PPA poderá financiar assistências técnicas para a concepção e implantação de projectos, fortalecimento institucional, suporte operacional incremental, e fortalecimento do MED para a implementação do Projecto, conforme **Tabela 2** abaixo. Este PEPI concentra-se no projecto principal. Um PEPI abreviado separado foi desenvolvido para o PPA.

Tabela 2 – Actividades previstas no âmbito do PPA

Actividades	Tipo	Valor (US\$)
Estudos de <i>baseline</i> para o projecto que em função da COVID-19 não serão realizadas no âmbito do PAT I (estudo sobre as barreiras à educação das meninas, estudo sobre as práticas de gestão escolar, estudo sobre a qualidade do pré-escolar, consultoria para reformar a selecção dos professores e gestores escolares)	Firma de consultoria	1.000.000,00
Aplicação de avaliação nacional em larga escala para escola de proficiência e valor agregado, observação em sala de aula, EGRA, SEACMEC	Firma de consultoria	1.500.000,00
Desenho e pilotagem do sistema de transferência de renda e do mecanismo obrigatório de reclamação e feedback	Consultoria e serviços	250.000,00
Apoiar acções de assistência técnica às direcções de infra-estrutura, educação de jovens e adultos, educação infantil, ensino a distância, gestão de informações e estatística SIGE/EMIS, avaliação de aprendizagem, sistema de M&A e impacto	Consultoria e serviços	300.000,00
Actividades de fornecimento de água, higiene e saneamento das escolas para a reabertura e manutenção das medidas fitossanitárias	Bens, serviços e custos operacionais	2.500.000,00
Manutenção da equipa UIP na transição para o Projecto (M&A, Aquisições, Fiduciária, Gestão, Especialista em QAS-ESF)	Consultores individuais	450.000,00
TOTAL		6.000.000,00

3 BREVE RESUMO DAS ACTIVIDADES REALIZADAS DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Durante a preparação do projecto foram realizadas diversas actividades de consulta a PI, com especial foco nas partes afectadas pelo projecto e nas PI com responsabilidades na implementação do projecto. As consultas realizadas abrangeram as seguintes PI:

- Beneficiários do projecto:
 - Ministério da Educação (MED)
 - Adolescentes em idade escolar;
 - Jovens que estão fora do sistema de ensino e procuram uma segunda oportunidade de educação e formação profissional;
 - Professores do ensino secundário;

- Pessoas e grupos vulneráveis:
 - Crianças e jovens em situação de risco;
 - Crianças órfãs;
 - Meninas grávidas e/ou em casamento precoce ou forçado;
 - Mães solteiras;
 - Mulheres, meninas em risco de VBG/EAS/AS;
 - Jovens potenciais gays, lésbicas, bissexuais, transgéneros e intersexos (LGBTI);
 - Pessoas portadoras de deficiência;
 - Comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas, incluindo povos San e outras minorias étnicas;
 - Comunidades pastoris no sul de Angola;
 - Pessoas analfabetas;
 - Famílias pobres ou com dificuldades financeiras;
 - Famílias residentes em áreas mais remotas e com dificuldades de acesso a serviços;

- Entidades com responsabilidades na implementação do projecto:
 - UIP;
 - Ministério da Educação (MED);
 - Gabinetes Provinciais da Educação (GPE) das 18 províncias de Angola;
 - Ministério da Saúde (MINSA);
 - Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU);
 - Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS);
 - Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD);
 - Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA);
 - Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP);
 - Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham com grupos vulneráveis, incluindo:

- ✓ Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Rural (ACADIR);
- ✓ Associação para o Desenvolvimento da Pessoa e pela Pessoa (ADPP);
- ✓ Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA);
- ✓ Federação Angolana das Associações das Pessoas Portadoras de Deficiência (FAPED);
- ✓ MENTOR INITIATIVE;
- ✓ Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango Inclusão Tecnologia e Ambiente (MBAKITA);
- ✓ Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (OCADEC);
- ✓ Observatório do Género;
- ✓ Rede Mulher Angolana;
- Agências Internacionais:
 - ✓ Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP);
 - ✓ Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Os métodos de consulta utilizados foram condicionados pelo surto e propagação da COVID-19. Assim, no momento anterior à pandemia foram adoptados os métodos aplicados por norma a projectos em preparação financiados pelo BM: reuniões de consulta independentes com pessoas vulneráveis, entrevistas, grupos focais, e workshops. Posteriormente, foi privilegiado o uso de ferramentas de comunicação à distância, incluindo telefone, comunicação online e redes sociais, bem como o recurso a questionários enviados por correio electrónico.

Na **Tabela 3** identificam-se as actividades de consulta com PI realizadas até à presente data (Fevereiro de 2021), e resumem-se os principais comentários/contributos obtidos, os quais são detalhados no **Anexo 1**, apresentando-se no **Anexo 2** as respectivas listas de participantes (quando aplicável).

Durante essas consultas, o Mutuário forneceu informações às partes interessadas sobre os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais. Os contributos obtidos das partes interessadas foram incorporados no QGAS elaborado para o Projecto e reflectidos na concepção do projecto e subseqüentes medidas de mitigação.

Tabela 3 – Actividades de consulta com PI realizadas durante a preparação do projecto

Actividades	Data	Local	Grupo de PI Participantes (N.º e Sexo)	Objectivos	Principais comentários/ contributos obtidos
Workshop para preparação da cadeia de resultados do Projecto	27 a 29 de Janeiro de 2020	Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE), Luanda	MED (directores e técnicos) Nº participantes: 34 (4 directores + 30 técnicos) + 4 UIP PAT II (20M / 18F)	Realizar exercícios colaborativos para a preparação de resultados do projecto	<ul style="list-style-type: none"> - As entidades consultadas manifestaram unanimemente o seu apoio ao desenvolvimento do Projecto e a sua disponibilidade para colaborarem na sua preparação e implementação nas áreas para as quais estejam qualificados. - As entidades consultadas, em particular as entidades governamentais com competências na área da educação e protecção social, e as OSC que trabalham com grupos vulneráveis afectados pelo projecto, validaram, de forma geral, os desafios a que o projecto pretende dar resposta, nomeadamente: normas sociais e expectativas sobre os papeis atribuídos a cada género; disparidades entre géneros no acesso e permanência na escola; oferta reduzida de escolas seguras (elevada frequência de casos de VBGRE) e inclusivas (existência de barreiras físicas, comportamentais e culturais que induzem a discriminação de diversos grupos vulneráveis, em particular povos indígenas); falta de segundas oportunidades de educação com qualidade para adolescentes e jovens adultos fora do sistema educacional; baixa qualidade do ensino em geral; falta de avaliação da aprendizagem; disrupções na educação causadas pela COVID-19. - As actividades propostas no âmbito do projecto tiveram elevada aceitação, tendo sido enfatizados os seguintes aspectos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de implementar mecanismos de prevenção da gravidez precoce (identificada como uma das principais causas de abandono escolar entre meninas), e nos
Reuniões com Grupos Focais (GF) nas escolas	5 a 13 de Fevereiro de 2020	Províncias de Benguela e Huíla	Professores e alunos do ensino secundário Nº e sexo participantes: Sem dados	Identificar as principais necessidades e desafios dos professores(as) e alunos(as) no que concerne a educação e definir medidas para atendê-los	
Reuniões com GF fora da escola	5 a 13 de Fevereiro de 2020	Províncias de Benguela e Huíla	Raparigas e rapazes adolescentes que estão fora do sistema de ensino Nº e sexo participantes: Sem dados	Identificar os principais factores que obstaculizam a integração destes adolescentes no sistema de ensino	
Reunião com membros do povo autóctone San	12 de Fevereiro de 2020	Huíla	Povo autóctone Koisan Nº e sexo participantes: Sem dados	Avaliar as suas necessidades educacionais e identificar as melhores formas de lhes dar resposta	
Reunião com parceiros sociais	24 de Junho de 2020	Luanda	Instituições públicas, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto Nº participantes: 10 (3M / 7F)	Definir estratégias e responsabilidades para a implementação do projecto	

Actividades	Data	Local	Grupo de PI Participantes (N.º e Sexo)	Objectivos	Principais comentários/ contributos obtidos
Reunião de consulta pública referente ao PPA (<i>Project Preparation Advance</i>)	19 de Agosto de 2020	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM	Instituições públicas, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto Nº participantes:18 (representando 13 instituições/ONG) + 1 UIP PAT II + 1 Consultora A&S (9M /11F)	Descrever as actividades consideradas no âmbito do PPA e apresentar e divulgar o PGAS e o PEPI preparados pela UIP para o PPA	casos em que tal ocorra, evitar a discriminação das ménidas grávidas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de implementar mecanismos para identificar e tratar eficazmente os casos de VBGRE que diariamente ocorrem nas escolas a nível nacional, em particular os casos de assédio e abuso sexual de professores a alunas em troca de notas. Foi repetidamente enfatizada a necessidade da criação de sistemas de denúncia eficazes e seguros, que salvaguardem a integridade física e moral das(os) denunciantes, e de um mecanismo de punição para os perpetradores, de forma a construir um ambiente escolar mais seguro. Foi também referida por diversas entidades a importância de envolver as famílias e as comunidades na criação desse ambiente seguro (identificada a necessidade de sensibilização desses interlocutores).
Consulta aos parceiros sociais no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto	21 Agosto de 2020 a 20 de Outubro de 2020	Não aplicável (consulta realizada através do envio de questionários dirigidos a cada parceiro)	Instituições públicas, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto Nº participantes: 10 (3M /7F)	Recolher informação sobre as expectativas, receios e preocupações destas PI em relação ao Projecto, bem como outra informação relevante para a sua planificação e implementação	
Reunião com INEFOP no âmbito da elaboração dos Instrumentos A&S do Projecto	25 de Agosto de 2020	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM	Instituição pública com responsabilidades na implementação do projecto Nº participantes: 2 (representantes do INEFOP) + 2 Consultores A&S (1M /3F)	Recolher informação sobre as expectativas, receios e preocupações do INEFOP em relação ao Projecto, bem como outra informação relevante para a sua planificação e implementação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A falta de recursos financeiros de muitas famílias constitui um dos principais motivos para muitas crianças (de ambos os sexos) deixarem precocemente a escola, e irem ajudar as famílias nas suas respectivas actividades de geração de renda. As transferências de renda para as família ou atribuição de bolsas de estudo para as crianças constituirá uma incentivo fundamental para as famílias manterem as crianças na escola. A atribuição de merenda escolar tem-se revelado como outro incentivo relevante para a ida das crianças à escola. Na atribuição de bolsas é importante
Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)	11 Setembro de 2020 a 20 de Outubro de 2020	Não aplicável (consulta realizada através do envio de questionários dirigidos a cada parceiro)	Instituições públicas, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto Nº participantes:33 (8 M/25F)	Recolher dados, informação sobre experiências e opiniões das PI em relação aos diversos grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto	

Actividades	Data	Local	Grupo de PI Participantes (N.º e Sexo)	Objectivos	Principais comentários/ contributos obtidos
Reunião com Mbakita no âmbito da consulta referente aos Grupos Vulneráveis (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)	17 de Setembro de 2020	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM	ONG que trabalha com grupos vulneráveis (povos San, comunidades pastoris no sul de Angola, comunidades em áreas remotas) Nº participantes: 2 (representantes da Mbakita) + 2 Consultores A&S (3M /1F)	Recolher dados, informação sobre experiências e opiniões da MBAKITA em relação aos diversos grupos vulneráveis, a considerar no âmbito do projecto, particularmente os povos San e outras comunidades étnicas minoritárias e vulneráveis	definir critérios que priorizem os mais carenciados. <ul style="list-style-type: none"> Grande parte das escolas existentes apresenta carências infra-estruturais graves em termos de espaços de aula e de instalações sanitárias. Na maioria das escolas não existe abastecimento de água nem disponibilidade de produtos de higiene e limpeza. As instalações sanitárias da maioria das escolas ou estão encerradas ou não funcionam adequadamente (ou de todo).
Reunião com GPE das 18 províncias no âmbito da elaboração dos Instrumentos A&S do Projecto	29 de Setembro de 2020	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM	Instituição governamental (nível provincial) Nº participantes: 18 (representantes GPE) + 3 Consultores A&S (16M /5F)	Recolher dados e informações sobre experiências e opiniões dos GPE em relação aos diversos grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto	<ul style="list-style-type: none"> Fraca oferta escolar para crianças com necessidades de aprendizagem especial. O facto dessas crianças serem colocadas em escolas de ensino especial foi apontado como um factor de exclusão e discriminação. Foi referida a importância de serem integradas nas escolas “normais” e de capacitar professores para responderem às necessidades de ensino dessas crianças.
Reunião com INIDE no âmbito da elaboração dos Instrumentos A&S do Projecto	13 de Outubro de 2020	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM	Instituição governamental Nº participantes: 1 (representante INIDE) + 2 Consultores A&S (2M /1F)	Recolher dados e informação relevantes para a integração dos grupos vulneráveis projecto. Foram igualmente abordadas questões relacionadas com os sistemas de avaliação de alunos e professores, orientação pedagógica e aspectos relacionados com a redução da pobreza da aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> Importância da revisão dos programas curriculares para integrarem adequadamente as questões-chave promovidas pelo projecto, incluindo a Educação Social Abrangente, a VBG, a VBGRE, o ensino das línguas angolanas de origem africana. Necessidade de criar soluções adaptadas para promover a frequência escolar pelas crianças de povos San e outras minorias étnicas, em particular crianças de povos nómadas.

4 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS

4.1 Identificação das principais partes interessadas

A **Tabela 4** apresenta um mapeamento das principais partes interessadas a serem informadas e consultadas sobre o projecto, incluindo:

- Partes afectadas – Indivíduos, grupos, comunidades locais e outras partes que possam ser afectadas directa ou indirectamente pelo projecto, de forma positiva ou negativa.
- Outras partes interessadas – Partes que participam ou influenciam a implementação do projecto.

Tabela 4 – Principais partes interessadas no projecto

Partes Afectadas	Outras Partes Interessadas	
	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
Beneficiários do projecto: <ul style="list-style-type: none"> - Crianças e adolescentes em idade escolar - Jovens e adultos que procuram uma segunda oportunidade de educação e formação profissional - Directores das Escolas - Professores e demais profissionais da educação - Funcionários dos estabelecimentos de ensino - Coordenadores de actividades extra-escolares - Pais e encarregados de educação - Trabalhadores e fornecedores de bens e serviços (preferencialmente das comunidades locais) que vierem a participar em actividades necessárias à implementação do projecto <ul style="list-style-type: none"> ▪ Habitantes de cidades / aldeias próximas das escolas /instalações de ensino a serem construídas / reabilitadas ▪ Organizações Não-Governamentais (ONG) locais, regionais, 	Unidade de Implementação do Projecto Ministério da Educação (MED) Ministério das Finanças (MINFIN) Ministério da Saúde (MINSa) Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) Fornecedores de bens e serviços para a reabilitação, expansão e construção de escolas, infra-estruturas WASH ONG que trabalham com grupos vulneráveis, incluindo as que trabalham com comunidades San (OCADEC, MBAKITA, ADRA, ACADIR)	Banco Mundial Secretário para os Assuntos Sociais e Económicos do Presidente da República Ministério das Finanças (MINFIN) Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) Ministério do Interior (MININT) Ministério das Telecomunicações, e Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) Ministério da Saúde (MINSa) Ministério da Administração do Território (MAT) Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente (MCTA) Governos e Gabinetes Provinciais

Partes Afectadas	Outras Partes Interessadas	
	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<p>nacionais (incluindo organizações de saúde e ambientais)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizações da Sociedade Civil ▪ Agências internacionais (FNUAP, UNICEF) <p>Pessoas e grupos vulneráveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Crianças (de ambos dos sexos) em situação de risco - Crianças órfãs - Meninas grávidas e/ou em casamento precoce ou forçado - Mães solteiras - Mulheres, meninas(os) em risco de VBG/EAS/AS - Jovens potenciais LGBTI - Pessoas portadoras de deficiência - Comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas, incluindo grupos San, Ovahimba, Ovatwa, Ovatjimba e Mukwisi/Ovakwisi (mesmo que Kwisi) - Comunidades pastoris no sul de Angola - Pessoas refugiadas - Pessoas deslocadas internamente - Pessoas analfabetas - Idosos - Pessoas doentes - Famílias pobres ou com dificuldades financeiras - Famílias residentes em áreas mais remotas e com dificuldades de acesso a serviços 	<p>Outras organizações da Sociedade Civil que trabalham com grupos vulneráveis, incluindo as organizações na área de prevenção e resposta à VBG</p> <p>Agências internacionais (FNUAP, UNICEF)</p>	<p>Administrações e Direcções Municipais</p> <p>Directores de Escolas</p> <p>Coordenadores das actividades extra-escolares</p> <p>Professores</p> <p>Sindicatos e Associações de professores</p> <p>Alunos e Associações de alunos</p> <p>Instituições religiosas e lideranças tradicionais</p> <p>Pessoas e grupos vulneráveis</p> <p>Meios de comunicação social</p> <p>Sociedade civil</p> <p>Fazedores de opinião</p>

4.2 Resumo das necessidades das partes interessadas

A **Tabela 5** apresenta um sumário preliminar das necessidades das partes interessadas, o qual terá de ser revisto para incluir as necessidades identificadas durante as consultas a realizar.

Tabela 5 – Necessidades das partes interessadas

Partes Interessadas	Meios de notificação preferenciais	Necessidades específicas
<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e adolescentes em idade escolar • Jovens e adultos que procuram uma segunda oportunidade de educação e formação profissional • Directores das Escolas • Professores e demais profissionais da educação • Coordenadores de actividades extra-escolares • Pais e encarregados de educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Site - Comunicação social - Entrevistas / inquéritos face-a-face e recenseamento - Discussões de grupos focais e reuniões de consulta pública - Materiais de Informação, Educação e Comunicação (IEC) - Rádio / televisão 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de uma plataforma nacional de aconselhamento para jovens, que lhes permitirá receber informação sobre saúde sexual abrangente através de SMS, Facebook, ou WhatsApp, desenvolvendo métodos de comunicação escritos e visuais, bem como meios de comunicação como anúncios de rádio e televisão e outros ✓ Melhor formulação de políticas em saúde e educação desagregadas por idade
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas e grupos vulneráveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas / inquéritos face-a-face e recenseamento - Discussões de grupos focais e reuniões de consulta pública - Rádio, televisão - Rede comunitária 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tradutor para línguas locais (aplicável a todos os indivíduos ou grupos que não dominem a língua oficial) ✓ Traduzir toda a documentação relevante para línguas locais, incluindo os resultados de actividades de consulta realizadas anteriormente ✓ Usar linguagem simples, evitar jargões e oferecer aos participantes o espaço para colocarem questões ✓ Nas aldeias ou zona rurais, as reuniões com as comunidades devem ser realizadas à tarde (as manhãs são geralmente reservadas para actividades agrícolas) ✓ Atribuir, quando possível, uma ajuda de custo aos participantes de reuniões de consulta com duração igual ou superior a 3h (incluindo tempo de deslocação) para compensar os participantes pela renumeração/rendimento que eventualmente teriam auferido se estivessem a trabalhar ✓ Disponibilização de transporte para indivíduos ou grupos localizados em áreas remotas com vista à sua participação em reuniões de consulta ou outras actividades de envolvimento ✓ No caso das comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas, sempre que possível,

Partes Interessadas	Meios de notificação preferenciais	Necessidades específicas
		<p>envolver parceiros locais/ facilitadores nas consultas e</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ No caso de mulheres e meninas, assim como jovens potenciais LGBTI observar as seguintes necessidades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar ambientes seguros para consulta ▪ Garantir o anonimato e a confidencialidade quanto à informação partilhada nas consultas, quando tal for solicitado pelas pessoas consultadas ▪ Garantir que as pessoas consultadas não são pressionadas para divulgarem informações em relação às quais não se sentem confortáveis. Não deve ser solicitado às pessoas consultadas para falarem sobre situações de violência ou abuso que sofreram, ou sobre outros eventos traumáticos ▪ Caso algumas pessoas consultadas divulguem experiências pessoais traumáticas, particularmente em relação à violência ou abuso, informar sobre os serviços de apoio adequados que estejam disponíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Habitantes de cidades / aldeias próximas das escolas /instalações de ensino a serem construídas / reabilitadas 	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião pública - Rádio, televisão - Discussão com os moradores / pais encarregados da educação 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tradutor para línguas locais ✓ Nas aldeias ou zona rurais, reuniões à tarde realizadas com a comunidade (as manhãs são geralmente reservadas para actividades agrícolas)
<ul style="list-style-type: none"> • Organizações Não-Governamentais (ONG) locais, regionais, nacionais (incluindo organizações de saúde e ambientais) 	<ul style="list-style-type: none"> - E-mail, telefone - Reuniões - Rádio, televisão, jornais 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação para a melhoria da qualidade dos recursos ✓ Treinamento para uso efectivo dos recursos ✓ Disseminação mais adequada dos recursos ✓ Disseminação da informação, percepção dos processos e actividades complementares
<ul style="list-style-type: none"> • Outras organizações da Sociedade Civil 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunicação local 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliação para a melhoria da qualidade dos recursos ✓ Treinamento para uso efectivo dos recursos ✓ Disseminação mais adequada dos recursos ✓ Disseminação da informação, percepção dos processos e actividades complementares

5 PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O PEPI apoiará o desenvolvimento dos restantes instrumentos A&S requeridos para o Projecto em conformidade com o QAS do BM e informará o envolvimento das partes interessadas durante a implementação do projecto. Este documento deverá ser actualizado, sempre que pertinente, através da incorporação das recomendações e medidas que resultem das reuniões de consulta às partes interessadas.

5.1 Métodos de envolvimento das partes interessadas

Devido ao surto e propagação da COVID-19, o Governo da República de Angola, de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), determinou que as pessoas deveriam exercer o distanciamento social e, especificamente, evitar reuniões públicas para prevenir e reduzir o risco de transmissão do vírus. A imposição de restrições rigorosas a reuniões públicas, eventos de grupos públicos e à circulação de pessoas é uma abordagem adaptada a nível mundial nos esforços dos governos para travar a propagação do vírus. O público está também cada vez mais consciente e preocupado com os riscos de transmissão, principalmente através de interações sociais em grandes reuniões.

Por seu lado, o BM emitiu uma nota técnica que orienta o processo de envolvimento com partes interessadas nos casos em que existem restrições que não permitam a realização de um processo normal, como tem sido a norma no caso de projectos financiados por esta instituição. A referida nota técnica recomenda que as actividades de consulta pública não devem ser adiadas, mas sim concebidas para serem adequadas ao propósito a que se destinam, garantindo consultas eficazes e significativas para atender às necessidades do projecto e das partes interessadas. A nota técnica apresenta algumas sugestões para prevenir/minimizar a propagação da COVID-19 no envolvimento com partes interessadas, as quais devem ser ajustadas em conformidade com as restrições impostas pelos governos nacionais.

Tradicionalmente, o envolvimento com partes interessadas é realizado através de uma combinação de vários métodos, incluindo: i) agenda estruturada; ii) grupos focais; iii) reuniões públicas; iv) reuniões de consulta independentes com as mulheres e as meninas em ambientes seguros e confidenciais para recolher e entender os seus pontos de vista sobre o projecto, incluindo sobre riscos de EAS/AS; v) consultas com comunidades; e vi) workshops.

Contudo, em virtude das restrições de contacto social impostas pelo Governo de Angola para prevenir a contaminação pela COVID-19 e considerando as recomendações do BM no que concerne ao envolvimento das partes interessadas neste contexto pandémico, os métodos de envolvimento propostos para o projecto de Empoderamento das Raparigas e PAT II devem, sempre que possível e apropriado, privilegiar o uso de ferramentas de comunicação à distância, incluindo telefone, comunicação online e redes sociais.

Importa salvaguardar que no caso dos grupos vulneráveis, em particular as comunidades remotas e com poucos recursos, a utilização de métodos de envolvimento à distância constitui muitas vezes um factor de exclusão, pelo que a viabilidade e adequabilidade da utilização destes métodos deverá ser realisticamente avaliada caso a caso, sendo necessário garantir um equilíbrio nas abordagens de consulta e participação, bem como as necessárias medidas de higiene e distanciamento social no caso de serem realizadas reuniões presenciais de consulta.

No que concerne o uso privilegiado de métodos de envolvimento à distância propõe-se:

- O uso generalizado das ferramentas de comunicação online (tais como Skype, Zoom, Webex e Teams) para a realização de reuniões. Reuniões presenciais devem ser evitadas, em particular reuniões de consulta pública, workshops, reuniões com comunidades. Em casos específicos, como por exemplo consultas sobre VBG/EAS/AS ou em comunidades locais tradicionais sem acesso a internet, poderão ser realizadas reuniões presenciais em pequenos grupos, tais como grupos focais, desde que garantidas todas as medidas de higiene e distanciamento social recomendadas.
- O uso de canais de comunicação tradicionais (TV, jornal, rádio, linhas telefónicas dedicadas, anúncios públicos e correio) quando as partes interessadas não tiverem acesso aos canais online ou não os usarem com frequência. Estes canais tradicionais podem também ser altamente eficazes na disseminação de informações relevantes para as partes interessadas e permitir que elas forneçam feedback e sugestões.
- O uso de ferramentas de comunicação online para preparar workshops virtuais em situações em que seja necessária a realização de reuniões com muitos participantes ou workshops. Webex, Skype e, em situações de baixa capacidade de TIC, reuniões de áudio podem ser ferramentas eficazes para preparar workshops virtuais. O formato de tais workshops pode incluir as seguintes etapas:
 - *Inscrição virtual dos participantes*: Os participantes podem inscrever-se online por meio de uma plataforma dedicada.
 - *Distribuição de materiais do workshop aos participantes, incluindo agenda, documentos do projecto, apresentações, questionários e tópicos de discussão*: Estes materiais de apoio podem ser distribuídos online aos participantes.
 - *Análise dos materiais de informação distribuídos*: Os participantes têm um período definido para esta actividade, antes de agendar a discussão sobre as informações fornecidas.
 - *Discussão, recolha de comentários e partilha*:
 - Os participantes podem ser organizados e integrados em diferentes grupos temáticos, equipas ou “mesas” virtuais, desde que concordem com isso.
 - Discussões em grupo, equipa ou mesa podem ser organizadas através de media social, usando Webex, Skype ou Zoom, ou por feedback escrito sob forma de um questionário electrónico ou formulários de feedback que podem ser enviados por e-mail.
 - *Conclusão e síntese*: O coordenador do workshop fará uma síntese da discussão virtual ocorrida, formulará as conclusões e compartilhará electronicamente com todos os participantes.
- Em situações em que a comunicação online seja complicada, as informações podem ser disseminadas por meio de plataforma digital, como Facebook, Twitter, grupos de WhatsApp, links/sites com informação do Projecto, e meios tradicionais de comunicação (TV, jornal, rádio, linhas telefónicas e e-mails). Todos os canais de comunicação devem especificar claramente a forma como as partes interessadas podem fornecer seus comentários e sugestões.
- O uso de agenda focada e estruturada para actividades de consulta com decisores e influenciadores. Essa agenda deverá ser preparada com base na componente do projecto sob consulta e no status da sua preparação e implementação.

- O envio de questionários focados em aspectos concretos da preparação e implementação do projecto. Esta pode ser uma boa opção para recolher informação sobre as perspectivas das partes interessadas com responsabilidade na preparação e implementação do projecto.

Além das diferentes necessidades das partes interessadas, na selecção dos métodos de envolvimento a aplicar devem ser igualmente consideradas as componentes do projecto em consulta e o respectivo estágio de preparação/implementação. Os métodos seleccionados devem ser sensíveis ao género e idioma e cultura locais para otimizar o envolvimento com o público-alvo.

5.2 Estratégia proposta para a divulgação de informação

A divulgação de informação às partes interessadas será realizada através da combinação de métodos de comunicação escrita e visual, bem como do recurso a meios de comunicação social. Os métodos utilizados deverão ser apropriados e acessíveis a todos, em particular aos grupos vulneráveis identificados no âmbito do Projecto.

Comunicação Escrita e Visual

- Sumário Executivo - Este sumário pretende apresentar o projecto de forma concisa e simples, evitando o uso de linguagem técnica. Desta forma, é possível passar informação simples e resumida sobre o projecto, às partes interessadas.
- Folhetos/Brochuras - Os folhetos/brochuras do projecto devem ser redigidos tanto em língua Portuguesa como nas línguas locais, e distribuídos durante os compromissos de divulgação dos instrumentos de salvaguardas, disseminação do projecto, e actividades específicas do mesmo, que necessitem o envolvimento das partes interessadas, ao longo do tempo de vida do projecto
- Quadros de Aviso - Quadros de avisos podem funcionar bem em comunidades rurais e periurbanas e envolvem a disseminação de informação através de corredores comunitários, escolas locais e entradas de locais de trabalho. Este é um bom método para disseminar informações relacionadas com o tempo e duração das actividades, próximas reuniões, relatórios de progresso e outras informações.
- SMS - Pode ser usado para transmitir mensagens muito específicas, e é muito usado para comunicar de forma rápida. Alternativamente, este método pode ser usado para solicitar informações e informar as partes interessadas a participar em eventos de consulta.
- Emails - Amplamente utilizado para comunicação com agências governamentais, ONG e outros actores institucionais. Este método é expedito e rápido, permitindo a partilha de informação, solicitação de informação a especialistas sobre questões de salvaguardas e divulgação de documentos de normas ambientais e sociais directamente aos principais interessados. Além disso, a comunicação por email fornece acesso directo às partes interessadas na organização de reuniões.
- Redes Sociais - O uso das redes sociais poderá ser um veículo de extrema importância, expedito e de rápida divulgação das actividades do projecto, que poderá dar origem a rápidas reacções/feedback.
- Websites - Criação de uma página de internet dedicada ao projecto com informação relativa à sua preparação e implementação, a qual ficará alojada no site do MED. Esta opção permitirá a divulgação permanente de informações actualizadas, funcionando,

simultaneamente, como um repositório da informação do projecto que poderá ser consultado a todo o momento pelas partes interessadas. Constitui-se também como uma boa opção para as partes interessadas apresentarem o seu feedback sobre o projecto ou solicitarem esclarecimentos.

Comunicação Social

Na disseminação da informação do projecto serão usados os seguintes métodos de comunicação social:

- Rádio Nacional de Angola;
- Rádio Luanda;
- Rádios locais e provinciais;
- Televisão Pública de Angola;
- TV Zimbo (emissora privada de televisão);
- Jornal de Angola e jornais digitais (Angop, O País, etc.).

5.3 Estratégia proposta para consulta

O processo de consulta requer o uso e a combinação de diferentes métodos, tendo em conta as características do público-alvo. Na **Tabela 6** é apresentada uma estratégia preliminar com indicação dos métodos de consulta a aplicar nas diferentes fases/actividades do projecto (preparação e implementação).

Tabela 6 – Estratégia para consulta das partes interessadas

Fase do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Cronograma	Partes interessadas alvo	Responsáveis
Fase de Preparação	Recolha de informação sobre as expectativas, receios e preocupações das PI em relação ao Projecto e outra informação relevante para a sua preparação. Nas consultas com PI especial atenção deverá ser dada aos grupos vulneráveis, em particular mulheres e meninas.	Métodos de consulta aplicados a por norma a projectos em preparação financiados pelo BM (reuniões de consulta independentes com pessoas vulneráveis, entrevistas, grupos focais, e workshops) – Métodos usados sobretudo no período pré-pandémico Reuniões através de ferramentas de comunicação online	Antes da avaliação	Entidades governamentais com responsabilidades na implementação do projecto OSC que trabalham com grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto	MED / UIP Banco Mundial
	Recolha de informação para a elaboração das versões <i>draft</i> dos instrumentos A&S (incluindo PEPI, PCAS, QGAS, PGMO, QPR, QPPI)	Reuniões através de ferramentas de comunicação online	Antes da avaliação	Entidades governamentais com responsabilidades na implementação do projecto OSC que trabalham com grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto	MED / UIP
	Divulgação das versões <i>draft</i> dos instrumentos A&S (incluindo PEPI, PCAS, QGAS, PGMO, QPR, QPPI)	Reuniões através de ferramentas de comunicação online	Antes da avaliação	Entidades governamentais com responsabilidades na implementação do projecto OSC que trabalham com grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto	MED / UIP
	Divulgação das versões finais dos instrumentos A&S (PEPI, PCAS, QGAS, PGMO, QPR, QPGV) de modo a aferir a necessidade de actualização	Reuniões e workshops através de ferramentas de comunicação online Canais de comunicação tradicionais Links/sites com informação do Projecto	Antes da avaliação	Entidades relevantes dependendo do instrumento	MED / UIP Banco Mundial

Fase do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Cronograma	Partes interessadas alvo	Responsáveis
Fase de Implementação	Divulgação do mecanismo de resolução de queixas e reclamações	Reuniões através de ferramentas de comunicação online Grupos focais (com membros de grupos sociais vulneráveis, incluindo mulheres/meninas) Canais de comunicação tradicionais Links/sites com informação do Projecto	Início e durante a fase de implementação	Beneficiários do projecto Grupos vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Trabalhadores do Projecto ONG que trabalham com grupos vulneráveis	MED / UIP (EA / EDS / EVBG)
	Plano de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO)	Reuniões através de ferramentas de comunicação online Grupos focais (com trabalhadores alocados ao projecto) Links/sites com informação do Projecto	Início e durante a fase de implementação	Entidades governamentais com competências em SSO Trabalhadores do Projecto (trabalhadores directos, contractados e comunitários)	MED / UIP (EDS / EVBG)
	Códigos de conduta de VBG/EAS/AS	Reuniões através de ferramentas de comunicação online Grupos focais (com membros de grupos sociais vulneráveis) Canais de comunicação tradicionais Links/sites com informação do Projecto	Início e durante a fase de implementação	Entidades governamentais Beneficiários do projecto Grupos vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Trabalhadores do Projecto ONG que trabalham com grupos vulneráveis	MED / UIP (EDS / EVBG)
	Actividades para melhorar o acesso a serviços e informações de saúde para adolescentes, com foco nas meninas	Reuniões com entidades envolvidas, incluindo comunidades Grupos Focais com meninas e meninos (secções em espaços seguros) Canais de comunicação tradicionais Canais de comunicação online	Durante a fase de implementação	Beneficiários do projecto Grupos sociais vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Comunidades e líderes comunitários	MINSA MED / UIP ONG contratadas para prestar serviços

Fase do Projecto	Tópico para a consulta	Método usado	Cronograma	Partes interessadas alvo	Responsáveis
Fase de Implementação	Actividades para fornecer aos adolescentes segundas chances de educação e habilidades para a vida (com especial foco na aprendizagem de cuidados maternos por mães adolescentes)	Reuniões com entidades envolvidas Grupos Focais com beneficiários (adolescentes e jovens adultos em busca de segundas oportunidades de educação; mães adolescentes) Canais de comunicação tradicionais Canais de comunicação online	Durante a fase de implementação	Beneficiários do projecto Grupos sociais vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Comunidades e líderes comunitários	MED / UIP MAPTASS MINSA
	Actividades para reduzir os custos directos da escolaridade (atribuição de bolsas de estudo) e garantir a participação segura e saudável das meninas nas escolas (educação em WASH)	Reuniões com entidades envolvidas Grupos Focais com beneficiários Canais de comunicação tradicionais Canais de comunicação online	Durante a fase de implementação	Beneficiários do projecto Grupos sociais vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Comunidades	MED / UIP MASFAMU
	Informações sobre a execução das obras de reabilitação, expansão e construção de novas escolas, incluindo calendário de execução, interferências com as comunidades locais (afecção da circulação de pessoas e veículos ou necessidades de reassentamento); oportunidades de emprego e de fornecimento de bens e serviços geradas, entre outros	Reuniões Grupos focais (com membros de grupos sociais vulneráveis) Canais de comunicação tradicionais Canais de comunicação online	Antes do início da construção e durante a sua duração	Beneficiários do projecto Grupos sociais vulneráveis Pais e encarregados de educação Funcionários de estabelecimentos de ensino Comunidades presentes na envolvente da áreas onde decorrerão os trabalhos de construção Potenciais trabalhadores e fornecedores de bens e serviços	MED / UIP
	Actividades para melhoria da qualidade do ensino e oferta de educação multimodal	Reuniões com entidades envolvidas Grupos Focais com beneficiários Canais de comunicação tradicionais Canais de comunicação online	Durante a fase de implementação	Beneficiários do projecto Professores Funcionários de estabelecimentos de ensino Comunidades	MED / UIP

5.4 Estratégia proposta para incorporar a visão dos grupos vulneráveis

Indivíduos ou grupos vulneráveis incluem: i) crianças (de ambos os sexos) em situações de risco e/ou crianças órfãs; ii) meninas grávidas e/ou em casamento precoce ou forçado; iii) mães jovens e/ou solteiras; iv) mulheres, meninas(os) em risco de VBG/EAS/AS; v) jovens potenciais LGBTI ; vi) pessoas portadoras de deficiência; vii) idosos; viii) pessoas doentes; ix) famílias pobres ou com dificuldades financeiras; x) comunidades rurais e pobres; xi) comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas; xii) pessoas refugiadas; xiii) pessoas deslocadas internamente; e xiv) pessoas analfabetas.

Em geral, esses grupos sociais enfrentam obstáculos à participação em processos de consulta pública. Mesmo que participem em reuniões de consulta, eles podem não entender os riscos/impactos do projecto apresentados devido a barreiras de idioma ou por se sentirem inibidos devido a seu status na comunidade e, portanto, nem sempre são capazes de expressar livremente as suas expectativas e preocupações em relação ao projecto.

Algumas pessoas, especialmente pessoas com baixos níveis de alfabetização, não conseguem comunicar na língua oficial (português), necessitando ser consultados nos idiomas locais. Outros, devido aos seus escassos recursos económicos, enfermidades ou limitações físicas, não têm possibilidade de se deslocarem para participarem em eventos de consulta, sendo necessário nestes casos garantir meios de levar a consulta até essas pessoas. Outros também são vítimas de preconceitos sociais e portanto excluídos das reuniões comunitárias.

Para assegurar um processo de consulta relevante com os grupos vulneráveis, de forma a reflectir a sua visão na preparação e implementação do projecto, serão observados os seguintes requisitos:

- Iniciar as consultas com os grupos vulneráveis afectados pelo projecto no estágio inicial do processo de planeamento do projecto para recolher opiniões iniciais sobre a proposta do projecto e informar a sua concepção;
- Encorajar os grupos vulneráveis a apresentarem os seus comentários ao projecto, para informar a sua concepção e envolvê-los na identificação e mitigação de riscos e impactos ambientais e sociais;
- Garantir uma consulta continua e dinâmica com os grupos vulneráveis, envolvendo também os organismos e as organizações que os representam;
- Divulgar e disseminar informações relevantes, transparentes, objectivas, significativas e de fácil acesso, num prazo que possibilite consultas relevantes com os grupos vulneráveis, e em um formato culturalmente apropriado, em idioma(s) local relevante e compreensível para esses grupos;
- Analisar e responder em tempo útil aos comentários recebidos;
- Apoiar o envolvimento activo e inclusivo de todos os grupos vulneráveis;
- Garantir que a consulta não é objecto de manipulação externa, interferência, coerção, discriminação e intimidação;
- Documentar e divulgar os resultados da consulta.

Na consulta com comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas e outros grupos étnicos minoritários serão observados os requisitos estabelecido no QPPI.

Durante o ciclo de vida do projecto é necessário continuar a mapear as limitações e necessidades específicas dos grupos vulneráveis, em particular dos que sejam afectados pelo projecto, de forma a definir os métodos de consulta apropriados e a alocar os meios necessários (financeiros, logísticos, etc.) para garantir a participação de todos no processo de consulta. Na **Tabela 7** apresenta-se uma abordagem preliminar às formas de envolver os grupos vulneráveis. A abordagem agora apresentada será detalhada em futuras revisões do PEPI.

Os grupos vulneráveis serão adequadamente informados sobre os MFRR disponíveis no projecto (o mecanismo geral e o mecanismo específico para VBG/EAS/AS), para que possam usá-los sempre que necessário.

Tabela 7 – Estratégia para envolver grupos vulneráveis

Grupos Alvo	Estratégia
Crianças (de ambos dos sexos) em situação de risco e crianças órfãs; meninas grávidas ou em casamento precoce ou forçado; mães solteiras; mulheres, meninas(os) em risco de VBG/EAS/AS; jovens potenciais LGBTI	<ul style="list-style-type: none"> • Organização de actividades de consulta individualizadas (por exemplo, reuniões e discussões em grupos focais) • Discussões em grupos focais (de sexo separado) com meninas e adolescentes apoiadas por mulheres facilitadoras, onde as meninas, as mulheres jovens, as jovens grávidas e as jovens mães se sintam à vontade para dialogar • Discussão e informação sobre os problemas e os direitos dos jovens potenciais gays, lésbicas, transgénero e intersexo, sua inclusão, recusa de violência, <i>bullying</i> ou discriminação • Uso das redes sociais para envolvimento com adolescentes e jovens adultos e disseminação de informação • Envolvimento de ONG e outras organizações da sociedade civil que trabalham nas áreas do apoio à criança, do empoderamento de mulheres / meninas e da prevenção de VBG/EAS/AS, no planeamento/estruturação das acções de envolvimento com estes grupos (incluindo LGBTI), aproveitando a experiência dessas entidades neste domínio • Realização de actividades de sensibilização e empoderamento da comunidade, e prestação de serviços de aconselhamento para abordar as questões de género na educação
Pessoas portadoras de deficiência ou com enfermidades que limitem a sua mobilidade física	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de formas de comunicação e divulgação da informação adaptadas às pessoas com deficiência, por exemplo uso de linguagem gestual e escrita braille • Disponibilização de transporte para pessoas com mobilidade reduzida entre a sua residência e os locais de consulta • Envolvimento de ONG e organizações da sociedade civil que trabalhem com estas partes interessadas ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas
Partes interessadas em áreas rurais pobres e remotas; comunidades locais tradicionais historicamente desfavorecidas e outros grupos étnicos minoritários	<ul style="list-style-type: none"> • Tradução da informação relevante para línguas locais • Divulgação da informação através da rádio, quadros de aviso, e dos líderes locais • Aumentar a participação da comunidade nos níveis de base, incluindo a escolha de locais apropriados para consulta • Garantir um cronograma de consulta que permita apresentações, explicações e respostas das comunidades • Envolvimento de ONG e outras organizações da sociedade civil que trabalhem com estas partes interessadas (facilitadores) ao nível da comunidade para ajudar a disseminar a informação e organizar consultas • Disponibilização de transporte para indivíduos ou grupos localizados em áreas remotas com vista à sua participação em reuniões de consulta ou outras actividades de envolvimento

5.5 Cronograma

Prevê-se que o projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II seja aprovado em Março 2021 e seja implementado entre 2021 e 2026. Os diversos instrumentos A&S requeridos para o projecto serão preparados e aprovados até ao final de Fevereiro 2021.

As consultas com as partes interessadas iniciaram-se durante a preparação do projecto e continuarão durante a fase de implementação, à medida que as actividades previstas no âmbito do projecto vão sendo executadas e os respectivos impactos positivos e negativos vão sendo gerados, o que poderá determinar a necessidade de actualizar os instrumentos A&S preparados. Será necessário envolver as partes interessadas na revisão desses instrumentos, obtendo os seus comentários em relação às alterações realizadas e a outras que se considere serem necessárias para mitigar os riscos/impactos negativos do projecto e garantir a ampliação dos benefícios para as pessoas afectadas. Sempre que um comentário de uma parte interessada for integrado na revisão de um documento, uma explicação será dada (oralmente ou por escrito) e documentada no relatório para o processo de consulta/acta da reunião, conforme apropriado.

No prazo de duas semanas após a conclusão dos processos de consulta, o Projecto garantirá que todos os comentários recolhidos durante a consulta serão integrados nos documentos revistos e que as versões actualizadas/finais desses documentos serão partilhadas com as partes interessadas, em particular as pessoas afectadas. Considerando, o contexto da COVID-19, as versões actualizadas/finais dos instrumentos A&S deverão ser, preferencialmente, disponibilizadas para consulta online e download. Contudo, no caso das partes interessadas sem acesso a canais online será também necessário disponibilizar versões impressas desses documentos em locais públicos claramente identificados e facilmente acessíveis (por exemplo, bibliotecas comunitárias, escolas, centros de saúde e/ou escritórios do governo local). Na selecção desses locais devem ser considerados aspectos de género, de forma a assegurar que mulheres/meninas tenham acesso aos documentos. Deverá igualmente ser garantido um canal específico através do qual as pessoas analfabetas ou com reduzida literacia poderão obter informações sobre os conteúdos dos documentos, por exemplo, disponibilização de um balcão de atendimento ou uma linha telefónica gratuita. A informação deve ser fornecida numa linguagem clara e compreensível para os receptores.

5.6 Fases seguintes do projecto

As pessoas serão informadas à medida que o projecto se desenvolve, incluindo a divulgação de relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projecto e sobre a implementação do PEPI e do mecanismo de feedback e resolução de reclamações. O projecto deverá reportar periodicamente às partes interessadas. A periodicidade desse reporte poderá variar ao longo da implementação do projecto em função das necessidades identificadas. Propõe-se como objectivo que a UIP realize reuniões semestrais com as principais partes interessadas. Esta periodicidade poderá ser encurtada durante períodos particularmente activos em que as PI possam sofrer mais impactes (por exemplo, reuniões trimestrais durante a construção de infra-estruturas, passando a reuniões semestrais durante a operação).

O Projecto implementará um sistema de relatórios que permitirá a recolha de informação e a sua análise e divulgação às partes interessadas. A implementação do PEPI será monitorizada pela UIP e por uma terceira parte independente, sendo objecto dos respectivos relatórios. A

UIP irá preparar, e partilhar com as partes interessadas, relatórios semestrais que evidenciem o nível de implementação do projecto através do uso de diferentes indicadores.

6 RECURSOS E RESPONSABILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

6.1 Recursos

O envolvimento das partes interessadas requer a alocação de recursos adequados. Estima-se que a execução das actividades do PEPI necessite de um orçamento anual de cerca de \$US 171.000,00 (conforme **Tabela 8**, abaixo). Esta estimativa orçamental não inclui os salários do pessoal envolvido nas actividades do PEPI e tem carácter preliminar, estando sujeita a revisão e ajuste com base nas necessidades de consulta identificadas durante a implementação do projecto.

Tabela 8 – Estimativa orçamental anual para implementação do PEPI

No.	Actividades-chave	Unidade	Quantidade anual prevista	Custo unitário anual (USD)	Orçamento total anual (USD)
1	Anúncios nos jornais/jornal digital/radio/TV	Anúncio	90	\$400	\$36.000
2	Reuniões de consulta (aluguer de sala, impressão, computadores, projectores, refrescos, material de higienização, etc.)	Reunião	18	\$4.000	\$72.000
3	Contratação de facilitadores locais para apoiar as actividades de envolvimento com comunidades remotas e vulneráveis	Valor Global	1	\$4.000	\$4.000
4	Contratação de tradutores para línguas locais para apoiar as actividades de envolvimento com PI	Valor Global	1	\$4.000	\$4.000
5	Linha telefónica dedicada ao MFRR	Valor Global	1	\$1.000	\$1.000
6	Aquisição de licenças profissionais para o uso de ferramentas de comunicação online	Valor Global	1	\$1.000	\$1.000
7	Transporte (incluindo transporte de indivíduos ou grupos vulneráveis localizados em áreas remotas para reuniões de consulta ou outras actividades de envolvimento com PI)	Valor Global	1	\$40.000	\$40.000
8	Contingências	Valor Global	1	\$22.000	\$22.000
TOTAL					\$180.000

6.2 Gestão de funções e responsabilidades

A implementação bem-sucedida do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão. A UIP será responsável pelo envolvimento das partes interessadas. Dentro da UIP, o Especialista em Desenvolvimento Social terá a responsabilidade de coordenar as actividades do PEPI. No desenvolvimento de actividades relacionadas com VBG/EAS/AS terá o apoio da(o) Especialista em VBG. Perguntas / comentários sobre o Projecto devem ser encaminhados para os contactos indicados abaixo.

- Pedro Aganian (Coordenador Adjunto do Projecto): pedro.santos@pat-med.org
- Esther isabel Epalanga (Ponto Focal Social): eestherisabel@yahoo.com
- Dilson Faria (Ponto Focal Ambiental): dilsonfaria@hotmail.com

7 MECANISMO DE FEEDBACK E RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES

O projecto terá um mecanismo de feedback e resolução de reclamações, visando criar um canal de comunicação entre o projecto e as partes interessadas para receber os seus feedbacks e tratar as reclamações relacionadas com as actividades do projecto. Um MFRR independente e específico para as questões relacionadas a VBG/EAS/AS será desenvolvido para tratar de reclamações relacionadas com este tema de maneira ética e confidencial. Um outro MFRR independente será desenvolvido para tratar das reclamações dos trabalhadores do projecto.

Os três mecanismos desenvolvidos para o projecto deverão ser amplamente divulgados entre as partes interessadas, incluindo beneficiários directos e indirectos do projecto, pessoas/grupos vulneráveis, trabalhadores afectos ao projecto, entidades com responsabilidades na implementação do projecto (entidades governamentais, organizações da sociedade civil, agências internacionais), entre outras. Na divulgação dos mecanismos podem ser utilizados diversos meios, incluindo os seguintes:

- exibição de pósteres informativos em locais públicos, como escritórios governamentais, centros comunitários, etc;
- distribuição de brochuras;
- realização de acções de divulgação e conscientização mediadas por facilitadores e com tradução para línguas locais angolanas;
- grupos focais;
- divulgação através de meios de comunicação social (jornais, rádios e TV) e das redes sociais.

Deverá ser estabelecida uma Comissão de Resolução de Reclamações pela UIP e pontos focais (PF) para colectar e gerenciar os feedbacks e as reclamações ao nível local. Os PFs e os membros da Comissão deverão ser definidos em consulta com as partes interessadas relevantes do projecto. Um outro procedimento para a resolução ética e confidencial das reclamações de VBG/EAS/AS será estabelecida através do MFRR específico para este tipo de casos.

As reclamações poderão ser feitas anonimamente através múltiplos canais de recepção e a confidencialidade deverá ser garantida em todas as circunstâncias respeitando os princípios orientadores quanto à gestão dos casos de VBG/EAS/AS. Será desenvolvido também um formulário para registar as reclamações durante a implementação do projecto através um

processo respeitando a confidencialidade da(o) sobrevivente – ex. pelo fornecedor de serviços de apoio ou pelo coordenador do MFRR independente, dependendo do canal usado pela(o) sobrevivente. Para todos os canais, esses formulários das reclamações serão registados e guardados num lugar seguro e fechado à chave com um acesso muito limitado.

O Projecto incentivará as pessoas vulneráveis a apresentar queixas e comprometer-se-á a tratá-las de forma adequada e no menor tempo possível, dando respostas oportunas aos reclamantes. As pessoas vulneráveis serão informadas com antecedência sobre os MFRR disponíveis no projecto (o geral e o específico para VBG/EAS/AS), para que possam usá-los sempre que necessário.

Todos os passos descritos em baixo serão adaptados e elaborados à parte no MFRR específico para VBG/EAS/AS de forma a assegurar um tratamento ético e confidencial das reclamações e dos dados de VBG/EAS/AS, seguindo os princípios orientadores para a gestão desses casos e um processo centrado no(a) sobrevivente.

7.1 Passo 1 – Recepção, registo e classificação das reclamações

Todas as partes interessadas poderão comunicar as suas reclamações e feedbacks recorrendo a diversos canais, nomeadamente: email (disponibilização de um endereço para o efeito), telefone (disponibilização de uma linha telefónica dedicada), correio (disponibilização de um endereço para o efeito), site de internet (específico para o projecto), reclamações verbais ou por escrito à equipa do projecto recorrendo a formulários específicos, reclamações via terceiros (por exemplo, através dos líderes tradicionais das comunidades, intermediários), entre outros.

As reclamações anónimas são admissíveis. Para o efeito o reclamante poderá apresentar a sua reclamação por escrito através de um formulário específico para queixas anónimas que estará disponível no site de internet dedicado ao MFRR ou enviá-la por correio.

No caso de reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS, a(o) sobrevivente poderá registar uma reclamação através de um canal confortável e confidencial, incluindo, por exemplo, os canais referidos acima, um fornecedor de serviços, ou uma consulta na comunidade, entre outros. Imediatamente depois do registo da reclamação, com a sua aceitação clara, a(o) sobrevivente deverá igualmente ser encaminhada(o) para serviços de acompanhamento e apoio, tais como médicos, psicossociais, e legais, para aceder aos serviços que ela ou ele necessita.

Uma vez recebidos, o PF do MFRR classificará os feedbacks e as reclamações em procedente e não procedente e irá registá-los na plataforma do MFRR, numa tabela que servirá para acompanhar os casos até ao respectivo encerramento. A elegibilidade de uma reclamação para tratamento será aferida com base na sua relação com o projecto. Reclamações que não estejam relacionadas com o projecto serão encerradas e o reclamante será informado do facto e da respectiva justificação.

Além da classificação em procedente e não procedente, as reclamações serão também classificadas de acordo com as seguintes categorias: Meio Ambiente, Social, VBG, Desempenho dos Projectos.

Adicionalmente, as reclamações sobre questões graves e sensíveis devem ser sinalizadas como “lista vermelha” e prontamente informadas à coordenação da UIP.

7.2 Passo 2 – Confirmação da recepção

A equipa que recebe a reclamação deverá fornecer ao reclamante um comprovativo da sua recepção e registo, o que em condições normais deverá ocorrer num período de 3 a 5 dias após o recebimento da reclamação.

Nos casos relacionados com VBG/EAS/AS, o comprovativo pode ser enviado à(ao) sobrevivente pelo fornecedor de serviços, dependendo da maneira pela qual a reclamação foi recebida, sendo esse processo de notificação nos casos de VBG/EAS/AS detalhado num procedimento específico. Em todos os casos, a identidade da(o) sobrevivente será protegida.

Nos casos de reclamações anónimas não poderá haver interacção directa com o reclamante para confirmação da recepção da reclamação, sua investigação e comunicação da respectiva resolução, a menos que, ou até que, o reclamante renuncie ao seu anonimato, ou se a reclamação tiver sido apresentada através de um intermediário. Em todos os outros aspectos, as reclamações anónimas serão processadas da mesma forma que as restantes. Reclamações anónimas apresentadas através do formulário específico disponível no site do MFRR gerarão uma notificação/recibo de recepção bem sucedida no momento da seu envio pelo reclamante.

Em função da elegibilidade da reclamação, aferida no momento da sua classificação, o PF do MFRR informará o reclamante sobre as seguintes situações:

- Reclamação não válida: O PF informará o reclamante sobre as razões da inelegibilidade da sua reclamação e, caso seja pertinente, sugerirá outros canais de resolução. Nesta situação a reclamação será encerrada na plataforma do MFRR.
- Reclamação válida: O PF informará o reclamante que a sua reclamação foi bem recebida e registada e descreverá sumariamente os passos seguintes para investigação e resolução da reclamação, identificando os prazos previstos para o reclamante obter uma resposta (contribuindo para a previsibilidade e transparência do processo). Esses prazos devem ser realistas, sem serem demasiado alargados, o que poderia frustrar as expectativas do reclamante em relação a uma resolução expedita. Nas situações em que existir um claro senso de urgência em relação a uma queixa (por exemplo, devido ao clamor público ou percepções de danos contínuos), esses prazos poderão ter de ser mais abreviados. Nos casos em que não seja possível cumprir os prazos definidos deverá ser fornecida ao reclamante uma resposta provisória, explicando quais acções que estão a ser desenvolvidas para investigar e resolver a reclamação, fundamentar a necessidade de tempo adicional e estabelecer uma nova data para envio da resposta final.

Nos casos em que sejam recebidas sugestões, consultas ou pedido de esclarecimento através do MFRR, os PF contactarão os respectivos autores para agradecer as sugestões ou esclarecer as dúvidas/questões apresentadas. Se necessário, os PF definirão as eventuais acções de seguimento aplicáveis, acordando com o autor e os actores relevantes do projecto o desenvolvimento dessas acções e os respectivos prazos. As sugestões ou questionamentos recebidos através do MFRR serão registados pelos PF na respectiva plataforma como encerrados (se tiverem sido totalmente atendidos/respondidos) ou com a indicação das acções de seguimento acordadas e os actores responsáveis.

7.3 Passo 3 – Verificação, investigação e desenvolvimento de uma resposta

Após a confirmação da recepção da reclamação, o PF responsável pela sua análise e resolução realizará junto do reclamante e das outras partes envolvidas (empregadores, fornecedores de serviços, gestores do projecto, etc.) uma investigação para verificar a validade da reclamação, documentá-la e definir uma solução amigável. Se necessário, o PF convocará um encontro entre as partes envolvidas.

As reclamações deverão, na medida do possível, ser resolvidas de forma amigável, a nível local e em conformidade com os regulamentos e critérios definidos no manual operacional do projecto. Se a resolução de uma reclamação implicar compensações adicionais significativas, medidas correctivas complexas ou a imposição de sanções, estas devem estar em linha com as regras operacionais do projecto, a legislação nacional, e as políticas do Banco Mundial (particularmente os instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais).

O mecanismo de resolução de reclamações gera tipicamente três tipos de resposta:

- Acção directa para resolver a reclamação;
- Avaliação e envolvimento adicional com o reclamante e outras partes interessadas para, em conjunto, determinarem a melhor forma de resolver a reclamação.
- Determinação de que a reclamação não é elegível para o MFRR, porque não se relaciona com o projecto, ou porque outro mecanismo (dentro ou fora do projecto, incluindo o processo judicial) é o canal mais apropriado para o reclamante usar.

Como referido acima, as reclamações relacionadas com VBG/EAS/AS serão tratadas através de procedimento específico.

7.4 Passo 4 – Comunicação da resposta proposta ao reclamante e estabelecimento de um acordo

O PF do MFRR é responsável por comunicar atempadamente e por escrito a resposta proposta ao reclamante, utilizando uma linguagem acessível. O reclamante pode ou não concordar com a resposta proposta. Caso haja acordo, a equipa poderá prosseguir com a resposta proposta.

Os casos de VBG/EAS/AS serão tratados através de um procedimento específico, em paralelo com o qual a(o) sobrevivente deve receber o apoio adequado (psicossocial, médico, etc.), sendo necessário salvaguardar a sua segurança quando a resposta à reclamação for comunicada às partes envolvidas, em particular ao agressor. Além disso, os casos de VBG/EAS/AS nunca serão tratados ou resolvidos através um processo de mediação.

Nos casos de reclamações anónimas, em que não é possível comunicar directamente a solução proposta ao reclamante, a alternativa poderá ser divulgá-la publicamente através do site do MFRR ou de uma nota informativa escrita afixada em vários locais de referência situados na área geográfica a que se refere a reclamação. Essa nota deve ser escrita numa linguagem clara, acessível, em português e nas línguas locais mais faladas.

Nível 1: Comunitário/Municipal (PF/PFAS)

O primeiro nível para resolver uma reclamação é ao nível comunitários, onde Pontos Focais do MFRR (PF) serão designados para ouvir, discutir e potencialmente resolver uma reclamação.

Os PF serão seleccionados directamente nas comunidades e nas escolas. O Ponto Focal Ambiental e Social (PFAS) ao nível municipal, que foi previamente nomeado pela UIP para gerenciar e supervisionar as questões ambientais do projecto em nível municipal, apoiará os PFs na busca de uma solução para a reclamação. Os PFs manterão sempre o PFAS actualizado sobre a evolução do caso e o informará assim que for encontrada uma solução. Os PFs e o PFAS tentarão de solucionar a reclamação de forma amigável e de alcançar uma solução amigável dentro de um prazo de 15 dias úteis ou outro prazo acordado pelas partes.

Se o reclamante aceitar a solução proposta pelos PFs/PFAS, o PFAS elabora um relatório com a resolução do caso, o qual é assinado pelas partes e regista o caso como resolvido. Caso contrário, o PFAS elabora um relatório explicando os motivos que obstaculizaram uma solução, carrega o relatório no sistema de registo do MFRR, e encaminha o caso para o segundo nível de resolução.

Nível 2: Provincial (M-EAS)

O segundo nível de resolução é o provincial, onde o especialista ambiental e social (M-EAS), que foi previamente nomeado pela UIP para coordenar e supervisionar as questões ambientais do projecto ao nível provincial, será responsável pelo tratamento de reclamações que sejam encaminhadas para o segundo nível de resolução.

Após a análise de toda a informação disponível sobre a reclamação, o M-EAS, se considerar necessário ou por solicitação do reclamante, organizará uma visita ao terreno para ouvir as partes envolvidas. As conclusões sobre a análise da reclamação e respectiva proposta de solução deverão ser apresentadas num prazo máximo de 20 dias.

Se o reclamante aceitar a solução proposta, o M-EAS elabora um relatório com a resolução do caso, o qual é assinado pelas partes. Caso contrário, o PF elabora um relatório explicando os motivos pelos quais não foi alcançada uma solução, carrega o relatório no sistema de registo do MFRR, e encaminha o caso para o terceiro nível de resolução.

Nível 3: Nacional (EDS)

Se o caso não foi resolvido ao nível provincial, o terceiro nível de resolução é o nível nacional. O especialista em desenvolvimento social (EDS) nomeado para a UIP ficará responsável pelo tratamento de reclamações que sejam encaminhadas para o terceiro nível de resolução.

Após a análise de toda a informação disponível sobre a reclamação, o EDS, se considerar necessário ou por solicitação do reclamante, organizará uma visita ao terreno para ouvir as partes envolvidas. As conclusões sobre a análise da reclamação e respectiva proposta de solução deverão ser apresentadas num prazo máximo de 20 dias.

Se o reclamante aceitar a solução proposta, o EDS elabora um relatório com a resolução do caso, o qual é assinado pelas partes. Caso contrário, o EDS elabora um relatório explicando os motivos pelos quais não foi alcançada uma solução, carrega o relatório no sistema de registo do MFRR, e encaminha o caso para o quarto nível de resolução.

Nível 4: Independente (MI)

As reclamações que atinjam o quarto nível de resolução são tratadas por um mediador independente (MI) que será seleccionado e pago pelo PAT II. Os MI devem idealmente ser seleccionados em acordo com o reclamante de uma lista pré-aprovada ou através de outros meios de nomeação.

Neste caso, o EDS elaborará um relatório resumindo a informação disponível sobre a reclamação (incluindo a origem da reclamação, os resultados das investigações e etapas anteriores), o qual enviará ao mediador independente. O mediador analisará estas informações e proporá uma solução. Se considerar necessário, o mediador poderá chamar ou fazer visitas às partes envolvidas para um encontro ou solicitar documentação ou investigações adicionais. O mediador independente terá um prazo máximo de 20 dias úteis para pronunciar-se.

Se o reclamante aceitar a solução proposta pelo mediador, o EDS elabora um relatório com a resolução do caso, o qual é assinado pelas partes. Caso contrário, o EDS elabora um relatório explicando os motivos pelos quais não foi alcançada uma solução, carrega o relatório no sistema de registo do MFRR, e informa o reclamante sobre os seus direitos e a via de apelação da decisão do mediador.

Embora o recurso judicial não faça parte do MFRR, é uma opção disponível que os reclamantes devem conhecer desde o início do processo. A sua utilização deve ser evitada na medida do possível devido aos atrasos que imputa na resolução dos casos.

7.5 Passo 5 – Implementar a resposta para resolver a queixa

Quando houver um acordo entre um reclamante e a equipa de MFRR para avançar com a resposta proposta ou processo de partes interessadas, deve ser dada uma resposta (quando possível, com resolução) num prazo definido que se sugere seja de um mês. O prazo para os casos de VBG/EAS/AS será definido no procedimento específico e independente de outros tipos de reclamações.

7.6 Passo 6 – Rever a resposta se não for bem sucedida

Em alguns casos pode não ser possível fornecer ao reclamante uma resposta satisfatória e, apesar dos esforços de boa-fé, não ser possível resolver as reclamações. Em tais situações, a equipa do MFRR deve rever a resposta com o reclamante e explorar a possibilidade de uma modificação nessa resposta que possa atender às suas preocupações.

7.7 Passo 7 – Encerramento da reclamação

O passo final é encerrar a reclamação. Caso a resposta seja satisfatória, a equipa do MFRR deve documentar a resolução satisfatória em consulta com o reclamante. Em situações de queixas mais complexas e incomuns, também pode ser útil documentar as principais lições aprendidas. A documentação escrita do reclamante indicando satisfação com a resposta deve ser obtida.

7.8 MFRR específico para VBG

O projecto terá um mecanismo específico para os casos de VBG/EAS/AS (MFRR VBG), o qual será acessível e seguro para as(os) sobreviventes relatarem os incidentes, e isso inclui aspectos centrados na(o) sobrevivente, garantindo relatórios confidenciais desses casos e resposta ética e confidencial às (aos) sobreviventes.

Em geral, o MFRR VBG terá múltiplos canais de recepção, que podem incluir os canais escritos, ex. o correio electrónico ou uma caixa de reclamações, e também outros canais mais privados, ex. através uma entrevista individual durante uma consulta na comunidade, um fornecedor de serviços, ou um ponto focal de VBG/EAS/AS numa escola. Em todos os casos, o(a) sobrevivente mantém o direito para escolher a pessoa ou a estrutura em que(m) ela/el pode confiar e deve dar a sua aceitação clara antes de registar uma reclamação.

Assim que a(o) sobrevivente relate um incidente ou se identifique, se ainda não orientada(o), e com a aceitação clara da(o) sobrevivente, ela/ele deve ser referida(o) imediatamente a um fornecedor de serviços de qualidade quem pode ajudá-la(o) de maneira ética e confidencial. O apoio para a(o) sobrevivente será sempre assegurado independentemente de que uma ligação do agressor presumido com o projecto existe. Uma vez referida(o) ao fornecedor, se quiser e se der a aceitação clara, a(o) sobrevivente pode registar uma reclamação através a entidade para o projecto, ou o empregador do agressor (ex. o empreiteiro), dedicada à resolução de casos potenciais de VBG/EAS/AS. O formulário de registo, e todos os documentos relacionados com o caso, serão guardados num lugar seguro com um acesso muito limitado.

Uma vez recebida a reclamação, uma estrutura ou um comité de verificação da reclamação será convocado pelo(a) coordenador(a) do mecanismo para analisar o incidente, confirmar a ligação do presumível agressor com o projecto, e sugerir uma acção disciplinar, se necessário. Os membros dessa estrutura podem ser escolhidos, por exemplo, do projecto, das organizações activas sobre o tema relacionado com a prevenção e resposta à VBG, ou do empreiteiro, se relevante. Se for possível, e se tal for claramente aceite pela(o) sobrevivente, um(a) representante do fornecedor de apoio da(o) sobrevivente assim como o defensor da(o) sobrevivente poderão participar no processo de verificação. Todos os membros do comité serão treinados sobre, entre outros, o assunto geral de VBG, o procedimento específico para o tratamento ético e confidencial das reclamações de VBG/EAS/AS, e os princípios orientadores relacionados com o cuidado da(o) sobrevivente e a gestão dos dados do caso.

Depois da verificação e resolução da reclamação, o resultado será comunicado em primeiro lugar à(ao) sobrevivente, sempre considerando a confidencialidade e a segurança dela(e), antes de informar o agressor. Se quiserem, os indivíduos envolvidos têm direito a apelar a decisão do comité.

Durante a vida do projecto e da existência do MFRR, este mecanismo será sempre seguido e monitorizado por uma terceira parte independente a fim de verificar o respeito do procedimento de tratamento dos casos de VBG/EAS/AS e dos princípios orientadores relacionados com o apoio ético e confidencial à(ao) sobrevivente. A Especialista em VBG da UIP também acompanhará e seguirá de perto o MFRR e as actividades do comité de verificação.

8 MONITORIZAÇÃO E RELATÓRIOS

8.1 Participação das partes interessadas nas actividades de monitorização

Serão elaborados relatórios semestrais da implementação do PEPI pela UIP e monitorizados indicadores de desempenho por uma terceira parte independente, por exemplo uma empresa de consultoria especializada nesta área ou uma ONG não envolvida no projecto com experiência comprovada neste tipo de monitorização. Essa entidade reportará ao MED/UIP e ao Banco Mundial, o qual assegurará a implementação de quaisquer medidas correctivas que sejam necessárias.

Devem ser definidos indicadores para monitorizar/avaliar a implementação das diversas actividades abrangidas pelo PEPI, incluindo o funcionamento do MFRR. Na **Tabela 9** abaixo propõem-se alguns indicadores que devem ser revistos e complementados conforme necessário.

Tabela 9 – Indicadores para monitorização das actividades do PEPI

Actividades do PEPI	Indicadores de Monitorização
Divulgação de informação	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo despendido (em dias) pela equipa do projecto em actividades de divulgação de informação - Orçamento despendido em actividades de divulgação de informação - N.º de acessos ao site do projecto - N.º e % de acessos por tipologia de documento disponível para consulta
Realização de consultas	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo despendido (em dias) pela equipa do projecto em consultas - Orçamento despendido em actividades de consulta - N.º de consultas realizadas - N.º e % de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros conforme aplicável) - Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (total e desagregados por género e grupos vulneráveis)
Integração da visão das PI no Projecto	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de incorporação de recomendações/sugestões das PI no desenho do projecto - N.º de alterações realizadas no manual operacional do projecto para integrar contributos recebidos das PI
Reporte às PI sobre as actividade de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Número de relatórios de reporte elaborados
MFRR	<ul style="list-style-type: none"> - Número total de reclamações recebidas - Número e % de reclamações elegíveis e não elegíveis - Número e % de reclamações por categoria (Meio Ambiente, Social, VBG, Desempenho dos Projectos) - Número e % de reclamações por status de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em recurso) - Número e % de queixas resolvidas/encerradas no prazo previsto - Número e % de queixas reconhecidas no prazo previsto - Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento de reclamação

Deverão ser realizadas periodicamente reuniões entre a UIP e as partes interessadas para discutir e rever os principais indicadores de envolvimento. Como objectivo propõe-se uma periodicidade semestral. Nessas reuniões as partes interessadas (pessoas afectadas e interessadas) terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de consulta do projecto, e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI de modo a torná-lo mais eficaz.

A avaliação dos resultados do Projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do PEPI (especialmente os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias.

Todas as informações relacionadas com incidentes de VBG/EAS/AS serão relatadas conforme os princípios orientadores e as melhores práticas quanto à gestão dos dados de casos de VBG/EAS/AS.

8.2 Preparação de relatórios sobre as actividades de envolvimento realizadas para informação das partes interessadas

O objectivo do PEPI é dar oportunidade às partes interessadas para expressarem as suas opiniões, expectativas e preocupações sobre o Projecto. É obrigatório que a UIP, através dos canais de comunicação existentes, reporte às partes interessadas, evidenciando como as suas contribuições, expectativas e preocupações foram abordadas, e identificando as que não foram incluídas e justificando porquê. Se as partes interessadas não estiverem satisfeitas, podem usar o MFRR para apresentar queixas relacionadas com os impactos do projecto ou com o processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projecto.

Anexo I: Resumo das actividades de envolvimento com Partes Interessadas realizadas durante a preparação do Projecto

Actividade: Workshop para preparação da cadeia de resultados do Projecto			
Data:	27 a 29 de Janeiro de 2020	Local:	INFQE - Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação, Luanda
Grupo de PI:	MED	N.º Participantes:	34 (4 directores + 30 técnicos)
Objectivos da Actividade:	Realizar exercícios colaborativos para a preparação de resultados do projecto.		
Resumo da Actividade:			
Foram apresentados os conceitos básicos sobre gestão por resultados, monitoramento e avaliação, avaliação de impacto, indicadores e cadeia de resultados. Com isso, foi possível fazer um exercício colaborativo para elaborar a cadeia de resultados das quatro componentes do projecto. Verificou-se uma participação activa de todos os envolvidos e o alinhamento das acções do projecto com as estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) e Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PNDE).			

Actividade: Reuniões com Grupos Focais nas escolas			
Data:	5 a 13 de Fevereiro de 2020	Local:	Áreas urbanas, periurbanas e rurais nas províncias de Benguela e Huíla
Grupo de PI:	Professores e alunos do ensino secundário	N.º Participantes:	
Objectivos da Actividade:	Identificar as principais necessidades e desafios dos professores(as) e alunos(as) no que concerne a educação e definir medidas para atendê-los.		
Resumo da Actividade:			
<p>Embora cada escola mostrasse suas próprias dinâmicas e características, foi possível identificar alguns elementos comuns a todas as escolas visitadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No que concerne à aprendizagem, os maiores desafios identificados pelas meninas e os meninos estão relacionados, principalmente, com (i) a falta de material escolar, (ii) a escassez de professores, (iii) a sobrelotação das classes, e (iv) a insuficiente alimentação que obstaculiza a aprendizagem e a concentração. A metodologia pedagógica que se concentra principalmente na teoria e a falta de uma abordagem mais prática são também factores que não facilitam a aprendizagem dos alunos. • A gravidez na adolescência foi relatada como a maior causa de abandono escolar entre as meninas. Na maioria das escolas, uma vez grávidas, as meninas estão obrigadas a passar para o turno da noite devido ao estigma atribuído a gravidez e ao medo de emulação de outras meninas. • A falta de recursos e a subsequente necessidades de trabalhar para suportar as famílias ressaltou como a maior causa de abandono escolar entre os meninos. Os meninos também abandonam a escola, pois consideram o trabalho mais gratificante do que inverter na educação. • A escassez de exemplos positivos sobre os benefícios educacionais dentro do ambiente familiar e social também influencia negativamente a decisão de meninas e meninos de deixar a escola. • A violência de género no âmbito escolar, especialmente na forma de abuso e assédio sexual por parte de professores em troca de boas notas, foi também identificada como um risco crítico ao qual as meninas estão expostas. As escolas não apresentam um mecanismo de denúncia apropriado que permita aos estudantes ou a qualquer outro actor relatarem o caso de forma segura, anónima e ética. Os casos são, geralmente, resolvidos em particular ou ocultados, e na maioria dos casos os professores não são demitidos nem investigados. <p>Recomendações: Com base nos resultados das reuniões realizadas com estes grupos focais, destaca-se a necessidade de integrar no desenho do projecto intervenções que abordem de maneira abrangente os riscos de gravidez na adolescência e de abuso e assédio sexual nas escolas, inclusive proibindo as escolas de enviar meninas grávidas para o turno da noite e adoptando uma abordagem de tolerância zero para com situações de abuso e assédio. Recomenda-se ainda o desenvolvimento de um MFRR específico para VBG, além do MFRR genérico do projecto.</p>			

Fotos da Actividade:

Benguela - Escola Primária da Bela Vista



Benguela - Escola Primária Cassoco



Benguela - Escola Primária Kasseque Macau



Actividade: Reuniões com Grupos Focais fora das escolas			
Data:	5 a 13 de Fevereiro de 2020	Local:	Áreas urbanas, periurbanas e rurais nas províncias de Benguela e Huíla
Grupo de PI:	Raparigas e rapazes adolescentes que estão fora do sistema de ensino	N.º Participantes:	
Objectivos da Actividade:	Identificar os principais factores que obstaculizam a integração destes adolescentes no sistema de ensino.		
Resumo da Actividade:			
<p>Alguns dos adolescentes consultados já tinham anteriormente frequentado a escola, enquanto e outros nunca haviam ingressado no ensino, mas em todos os casos a falta de recursos financeiros foi o motivo principal apontado para não frequentarem a escola.</p> <p>Embora o ensino primário seja gratuito, os alunos precisam comprar os seus livros, cadernos e canetas, os quais muitos deles não podem pagar. Tal situação leva meninas e meninos a trabalhar para apoiar financeiramente a família, resultando no facto da maioria dos adolescentes fora do sistema de ensino não conseguirem ler nem escrever.</p> <p>Recomendações: Para apoiar o processo de aprendizagem dos adolescentes fora da escola, o projecto poderia promover programas de alfabetização conjugados com treinamento técnico, a fim de melhorar as habilidades dos adolescentes em futuras actividades remuneradas. A atribuição de bolsas de estudos também poderiam ser apoiada através do projecto para permitir que os adolescentes carentes possam ser educados, uma vez que os recursos são limitados e a operacionalização muito difícil.</p>			

Actividade: Reuniões com membros do povo autóctone Koisan			
Data:	12 de Fevereiro de 2020	Local:	Huíla
Grupo de PI:	Povo autóctone Koisan	N.º Participantes:	
Objectivos da Actividade:	Avaliar as suas necessidades educacionais e identificar as melhores formas de lhes dar resposta.		
Resumo da Actividade:			
<p>A reunião realizada evidenciou o facto das crianças Koisan deixarem a escola assim que o ciclo primário termina. Tal facto resulta principalmente das suas tradições, segundo as quais as meninas engravidam e casam-se cedo e os meninos começam a trabalhar. A língua nativa não é ensinada na escola, pois o português é a língua usada para leccionar.</p> <p>Recomendações: De acordo com os requisitos da NAS7 do novo QAS do BM, como parte integrante da preparação do projecto, e antes da sua avaliação pelo Banco (<i>Project Appraisal</i>), deverá ser desenvolvido e divulgado um Quadro de Política de Grupos Vulneráveis (QPGV), de forma a garantir que o projecto promove o respeito pelos direitos humanos, dignidade, aspirações, identidade e cultura dos povos autóctones presentes ou com apego colectivo nas áreas de implementação do projecto.</p>			

Actividade: Reunião com parceiros sociais			
Data:	24 de Junho de 2020	Local:	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), Luanda
Grupo de PI:	Instituições públicas, agências internacionais e ONG com responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto	N.º Participantes:	10
Objectivos da Actividade:	Definir estratégias e responsabilidades para a implementação do projecto.		
Resumo da Actividade:			
<p>A reunião foi promovida e presidida pela Direcção Nacional de Acção Social Escolar (DNASE). Na parte inicial da reunião a DNASE descreveu sumariamente os esforços que o MED tem vindo a desenvolver com vista à implementação do projecto e, em particular, ao empoderamento de meninas, os quais incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da saúde de adolescentes e jovens angolanos nas escolas dotando-os de habilidades para a vida. • Revisão dos programas curriculares dos níveis de ensino primário e secundário de modo a integrar a temática da Educação Sexual Abrangente. A Comunicação Social foi também referida como um potencial parceiro na divulgação dos conteúdos atinentes a esta temática. <p>Neste contexto a DNASE identificou três eixos fundamentais para a implementação do Projecto: (a) formação de quadros; (b) elaboração de materiais de informação, educação e comunicação; e (c) implementação de clubes escolares.</p> <p>No seguimento os restantes parceiros apresentarão as suas contribuições para a definição da estratégia de implementação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ADPP (Rikke Viholm) – Referiu a sua experiência na formação de professores, na qual os formandos aprendem sobre SSR, entre outras temáticas. Sobre esta temática específica têm também programas de capacitação virados para as comunidades, os quais têm sido executados em quatro províncias do sul do país, incluindo Luanda. Partilharam também informação sobre o Programa de Habilidades e Competências na Educação de Adultos que estão a implementar, através do qual os jovens adultos têm a possibilidade de estarem enquadrados na formação das artes e ofícios. • MINJUD (Alcina K. Cunha; Rosa M. Joaquim) – Forneceu informação sumária sobre o Programa “JIRO”, que é um programa multisectorial, direccionado para a SSR, género, ITS/HIV-SIDA e outros comportamentos. Este programa abrange todas as províncias, com excepção do Bengo e Zaire, e é direccionado a jovens até aos 35 anos. Esta entidade referiu a sua experiência na realização de palestras sobre medidas de biossegurança em comunidades no contexto da COVID-19. Fez menção a um projecto que tem em carteira relativo à criação de Núcleos e Clubes ligados à SSR. Informou sobre a existência de uma Plataforma Digital com uma aplicação sobre SSR para jovens, designada “SMS Jovens”, a qual seria lançada brevemente. • FNUAP (Marina Coelho; Eneida Forte) – Informou que tem estado a trabalhar com o MINSa, MINJUD(JIRO) e MED, em alguns projectos. Um dos apoios concedido recentemente por esta entidade refere-se ao Projecto “Patrulha Stop Covid-19” do Conselho Nacional da Juventude(CNJ) que visa a sensibilização comunitária para cumprimento das medidas de prevenção, segurança e combate à pandemia COVID-19 em todo território nacional. Sugeriu que deveriam ser absorvidas as experiências de outros países da África Austral no que concerne ao Empoderamento das Raparigas nas Escolas, na vertente de Educação Sexual Abrangente, das habilidades e competências para a vida e sua participação social. Referiu a necessidade de existir uma Plataforma Digital Única de Inovação Interactiva para os adolescentes e jovens acederem a informação relevante. Em relação aos apoios solicitado pelo MED para a elaboração do Plano de implementação do Projecto Empoderamento das Meninas, o FNUAP manifestou o seu interesse e disponibilidade para dar apoio técnico ao Projecto. <p>No que concerne à atribuição de bolsas, foram expressas opiniões divergentes mas foi alcançado consenso no que respeita à transformação das bolsas em bens materiais.</p> <p>Recomendações: Considerando a pertinência de elaborar um Plano de Implementação do Projecto Empoderamento das Meninas e sendo necessário a adopção de outras estratégias para a sua concretização, desta reunião resultaram as seguintes recomendações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Os Membros integrantes do Projecto ausentes ao encontro deveriam remeter as suas contribuições por e-mail; 			

Actividade: Reunião com parceiros sociais	
✓	Os Membros integrantes do Projecto deverão considerar como ponto de partida para a elaboração do Plano de Implementação, o desenho do projecto preparado pelo BM, o qual inclui alguns dos indicadores importantes, garantido o alinhamento com as perspectivas do Banco;
✓	Criação de uma Linha Verde para abordagem de temáticas que muitas das vezes não são ministradas na escola;
✓	Em relação ao Empoderamento das Raparigas na Escola deve-se considerar as experiências de outros países da região austral de África;
✓	O empoderamento como um acto de cidadania deve ser extensivo aos rapazes;
✓	A Comunicação Social, pode ser um potencial parceiro a ter em conta na divulgação e expansão dos conteúdos atinentes a Educação Sexual Abrangente.

Actividade: Reunião virtual de consulta pública referente ao PPA			
Data:	19 de Agosto de 2020	Local:	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM
Grupo de PI:	Instituições públicas, agências internacionais e ONG com responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto	N.º Participantes:	18 participantes (representando 13 instituições/ONG) + 1 PAT II + 1 Consultora A&S
Objectivos da Actividade:	Descrever as actividades consideradas no âmbito do PPA e apresentar e divulgar o PGAS e o PEPI preparados pela UIP para o PPA.		
Resumo da Actividade:			
<p>Esta consulta foi coordenada pelos técnicos do MED Isel Isabel Epalanga Sossou (Chefe de Departamento de Apoio Social ao Aluno e Educação Extra-Escolar/DNASE) e Dilson de Faria, (Chefe do Departamento de Infra-estruturas/GEPE), os quais apresentaram o PGAS e o PEPI (versões simplificadas) elaborados para o PPA.</p> <p>Concluída apresentação de PowerPoint colocaram o microfone à disposição dos participantes para questões e contributos, tendo sido recebidos os seguintes contributos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ADPP (Rikke Viholm; Evaristo Waya) – Referiu a necessidade de se considerarem no projecto as doenças hídricas uma vez em que são um importante determinante da saúde das comunidades, devendo ser considerada como medida de mitigação a execução de sistemas de captação e tratamento de água. No que concerne ao sistema de transferência de renda, foi sugerida como medida de mitigação de eventuais erros na atribuição deste benefício a definição correcta e detalhada dos beneficiários. Foi salientada a necessidade de garantir a inclusão de todos no projecto, em particular os mais vulneráveis. Para o efeito foram apresentadas duas sugestões: i) incluir as línguas locais e gestual no desenvolvimento das actividades previstas nas comunidades mais vulneráveis no seu todo, tendo-se em conta os hábitos e costumes de cada localidade/comunidade; e ii) prever medidas para inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais (pessoas com mobilidade reduzida (PMR), por exemplo). • FNUAP (Marina Coelho) – Considerando os elevados riscos de VBG/EAS/AS associados à mão-de-obra alocada ao Projecto, esta entidade destacou a necessidade de se incluir nos contractos de trabalho/prestação de serviços de todos os trabalhadores afectos ao projecto (sejam eles trabalhadores directos, contratados, de fornecimentos principais ou comunitários) uma cláusula relacionada com proibição de VBG/AS, além de se realizar formação/capacitação da mão-de-obra para prevenir a ocorrência de tais práticas. Deve ser disponibilizado um MFRR específico para VBG/EAS/AS, o qual deverá dar tratamento imediato/rápido às queixas recebidas para permitir que as (os) sobreviventes saiam o mais rápido possível da situação. Para tal será necessária uma forte articulação do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) a nível central com as Direcções Municipais. A UNFPA destacou ainda outros dois pontos: i) a relevância e impacto positivo das instalações sanitárias das escolas terem condições adequadas para atender PMR; e ii) a grande valia de contratar Jovens no entorno das escolas para participar nas obras de melhoria das instalações sanitárias, promovendo desta forma o sentimento de pertença que contribuirá a preservação da infra-estrutura escolar. • INAC (Elisa Gorgel) – Informou terem uma Linha SOS Criança, “número 15015”, para denuncia de negligência, maus-tratos, fuga à paternidade, abuso sexual, exploração, trabalho infantil, e qualquer outro tipo de violência física ou psicológica contra a criança. Esta linha, que entrou em funcionamento a 16 de Junho de 2020, funciona diariamente das 08 às 16 horas. Fora deste período as chamadas recebidas são encaminhadas directamente para o SISP (Sistema Integrado de Segurança Pública), “número 111”, que as regista e as transmite ao INAC no dia seguinte, através de um relatório diário das ocorrências recebidas. Desde que entrou em funcionamento esta linha já recebeu mais de 48 mil denúncias, tanto da parte de adultos como de crianças. Das denúncias recebidas cerca de 85% foram tratadas e obtiveram resposta 			

Actividade: Reunião virtual de consulta pública referente ao PPA	
<p>através dos pontos focais do INAC ao nível municipal (Saúde, Polícia e Acção Social). Neste momento o INAC está a fazer um levantamento das ONG que ao nível local também poderão constituir pontos focais para tratamento das denúncias recebidas. Perante uma denúncia de abuso da criança, o INAC liga à Polícia para apreensão do agressor, à Saúde para assistência à Criança e verificação da gravidade da agressão, e à Acção Social no âmbito da Protecção da Criança. Se o problema tiver ocorrido no seio familiar, e não existirem meios para salvaguardar a integridade física e psicológica da Criança mantendo-a com a família, a criança é retirada e colocada em Centros de Acolhimento e, posteriormente, nas situações em que se comprove a inaptidão da família de origem, a Criança é entregue a uma família substituta.</p>	
<ul style="list-style-type: none"> • MENTOR INITIATIVE (Pablo Eulogio) – Defendeu a necessidade de elaboração de legislação nacional para implementação de uma Política Nacional de Saúde Escolar no que concerne às questões WASH nas Escolas, de forma a definir os requisitos mínimos aplicáveis às escolas em meio urbano, periurbano e rural. Referiu ainda a necessidade de se realizarem ciclos de formação/capacitação de Professores e Directores em questões WASH (lavagem correcta das mãos, uso correcto das instalações sanitárias e latrinas, etc.). • UNICEF (Edson Monteiro) – Partilhou um link para acesso a informação sobre higienização das mãos em meios com poucos recursos (“Compêndio de Lavagem das Mãos”). Informou ainda que em parceria com a MENTOR e outras instituições têm vindo a desenvolver manuais de água, saneamento e higiene nas escolas, que incorporam instruções para tratamento de muitas doenças de origem hídrica (como evitar e eliminar) e higiene menstrual (considerando a relevância deste assunto para a permanência das raparigas na escola). Disponibilizou-se a partilhar com o PAT os vários manuais elaborados sobre os assuntos acima referidos. Levantou a possibilidade de colaborar com o Ministério da Saúde, melhorar e elaborar novos Manuais de Apoio para prevenção de doenças deste fórum, para que o MED possa dar um melhor apoio aos Gabinetes Provinciais, às Direcções Municipais e às escolas no que concerne estas questões. 	

Actividade: Consulta aos parceiros sociais no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto			
Data:	21 Agosto de 2020 a 20 de Outubro de 2020	Local:	Não aplicável (consulta realizada através do envio de questionários dirigidos a cada parceiro)
Grupo de PI:	Instituições públicas, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto	N.º Participantes:	10
Objectivos da Actividade:	Recolher informação sobre as expectativas, receios e preocupações destas PI em relação ao Projecto, bem como outra informação relevante para a sua preparação e implementação.		
Resumo da Actividade:			
<p>A Consultora responsável pela elaboração dos instrumentos de A&S, enviou a diversas entidades com responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto questionários dirigidos com vista à recolha de informação sobre (a) as suas expectativas e preocupações em relação ao projecto, incluindo principais desafios, dificuldades e obstáculos que identificam na planificação, implementação e concretização do Projecto num contexto da COVID-19; (b) os contributos que poderão dar para a implementação projecto e limitações internas que poderão condicionar essa contribuição (por exemplo, falta de recursos humanos, logísticos e financeiros); (c) projectos/iniciativas em que estão envolvidos que apresentem potenciais interacções com o Projecto; e (d) projectos/iniciativas nacionais ou internacionais que considerem referências relevantes para o desenvolvimento das actividades previstas no âmbito do Projecto.</p> <p>A lista de entidades consultadas inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Associação para o Desenvolvimento da Pessoa e pela Pessoa (ADPP); • Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP); • Instituto Nacional da Criança (INAC); • Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP); • Ministério da Acção Social, da Família e Promoção da Mulher (MASFAMU); • MENTOR INITIATIVE; • Ministério da Saúde (MINSa); • Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente; • Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD); • Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). 			

Actividade: Consulta aos parceiros sociais no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto

Até à data de fecho do presente relatório (dia 04.09.2020) tinham sido obtidas respostas de seis entidades, INEFOP, MENTOR, FNUAP, MINJUD, ADPP e MINSÁ.

Em alternativa à resposta por escrito, o INEFOP solicitou a realização de uma reunião para análise das questões colocadas (cujo resumo se apresenta na subsequente).

A **MENTOR**, através do seu Coordenador Nacional em WASH, Pablo Eulogio, enviou uma resposta por escrito às questões colocadas, cujo conteúdo se sumariza nos pontos listados de seguida:

- Necessidade de desenvolver políticas de saúde escolar que estabeleçam os requisitos mínimos de ASHE que as escolas devem observar para serem consideradas saudáveis. Estas políticas devem ser reforçadas e complementadas com a formação dos directores/as e professores/as, e complementadas com manuais simples sobre como criar estas condições nas escolas (pontos de lavagem das mãos, latrinas, clubes de higiene...).
- No contexto da COVID19, a MENTOR realiza diversas actividades que são relevantes para o âmbito do projecto: (a) apoia localmente os Gabinetes Provinciais de Saúde e Educação na sensibilização comunitária, com ênfase na lavagem das mãos; (b) constrói latrinas em escolas com a colaboração das comunidades locais; (c) realiza sessões de formação em ASHE (Água, Saneamento, Higiene e Educação) para directores de escola e professores, sendo os conteúdos formativos elaborados em conjunto com os gabinetes provinciais; (d) trabalha activamente no programa integrado ASHE/DTN (Doenças Transmissíveis Negligenciadas) nas províncias de Huambo (3 municípios), Uíge (4 municípios) e Zaire (3 municípios), e apoia técnica e logisticamente nas campanhas de desparasitação nas províncias de Bengo, Cuando Cubango, Cuanza Sul e Bié.
- As iniciativas em ASHE desenvolvidas pela MENTOR em escolas têm tido resultados muito positivos ao nível da aceitação e sensibilização. Os maiores desafios prende-se com a aquisição de produtos de higiene (sabão, lixívia para tratar água etc.), devido à falta de orçamento específico nas escolas para este efeito (muitas vezes a aquisição destes produtos é feita com verbas dos docentes), e com o uso regular e adequado das latrinas.

A **FNUAP**, através de Marina Coelho (Representante Assistente), forneceu informações sobre o trabalho que vem desenvolvendo em Angola e deu opiniões e sugestões relativamente ao Projecto, sumarizadas nos pontos seguintes:

- Fez um balanço positivo da implementação do Plano de Acção do Programa de País 2015-2019, para Angola, abrangendo temas como a importância do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, aumento da cobertura de planeamento familiar, investimento multisectorial na área da juventude, igualdade de género e empoderamento de meninas e mulheres. Informou também sobre os principais resultados obtidos e que o projecto contribuiu para a melhoria da capacidade institucional dos parceiros do governo e sociedade civil.
- Relativamente aos principais desafios que se colocam à planificação, implementação e concretização do projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II, a FNUAP indicou os seguintes: a) criação de mecanismos para assegurar a participação activa de jovens no processo; b) mapeamento de escolas e municípios onde o projecto vai intervir; c) definição de critérios de vulnerabilidade, como orfandade, pobreza extrema, portadores de deficiência, para inclusão de beneficiários; d) possibilidade de articulação com o projecto PFFS do BM, sobre implementação de Serviços Amigos de Adolescentes e Jovens, na área da saúde; e) implementação de abordagem multisectorial no nível local; f) sensibilização de professores e directores sobre ESA e código de conduta sobre Assédio e Abuso Sexual; g) sensibilização de pais, mães e encarregados de educação sobre a disseminação da ESA na escola; h) criar e manter o funcionamento dos mecanismos de referência escola-serviços de saúde amigos dos jovens-comunidade; i) documentar o processo de implementação do projecto; j) proposta custeada e com evidências sobre a sua viabilidade de execução no âmbito governamental.
- A FNUAP apresentou ainda diversas recomendações sobre a incorporação de temas de Saúde Reprodutiva e Direitos Reprodutivos nos programas curriculares escolares, de forma apropriada para cada idade; de discussão destes temas no âmbito de clubes escolares ou comunitários; e sobre a necessidade das escolas manterem vínculos de referência com os centros de saúde, para encaminhamento de alunas e alunos vivendo em situações de violência.
- A FNUAP fez ainda algumas reflexões e deu sugestões para a inclusão dos diversos grupos vulneráveis nos benefícios do programa e referiu a necessidade de abordar as questões e problemas de adolescentes gays, lésbicas, transgéneros e intersexos, nomeadamente no âmbito da Educação Sexual Abrangente, situações que fazem parte da realidade escolar e têm sido motivo de *bullying*, afastamento da escola e discriminação.

O **MINJUD**, através da Coordenadora do Projecto JIRO, Alcina Cunha, forneceu informações sobre o trabalho que tem vindo a ser realizado no âmbito deste projecto que é relevante para o projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II. Os pontos abaixo sumarizam a informação recebida:

- O MINJUD informou sobre os principais temas e actividades desenvolvidas no âmbito do Programa JIRO.

Actividade: Consulta aos parceiros sociais no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto

- Relativamente à implementação do projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II, referiu, como desafios, a implementação nas escolas dos serviços Kambas dos jovens (questões de SSR entre adolescentes e jovens), a implementação de bancadas femininas nas escolas e a retenção de activistas voluntários; como dificuldades referiu a parceria entre o MINJUD, o MED e as escolas; como obstáculos, referiu a falta de sensibilidade dos directores das escolas para a realização de determinadas actividades nos recintos escolares e a falta de disponibilidade de espaço físico nas escolas para abordagem entre pares.
- Sobre a melhor forma de articular, no âmbito do Projecto, escolas, comunidades, serviços de saúde, clubes escolares, bancadas femininas e Centros de Aconselhamento, o MINJUD referiu que começa com uma boa coordenação multisectorial (MED, MINJUD, MINSA) que permita uma abordagem conjunta e uma adequada integração dos voluntários, envolvimento dos encarregados de educação, indicação de um centro de saúde de referência para encaminhamento dos jovens. Os clubes femininos deverão ter uma relação estreita com as bancadas femininas e os Centros de Aconselhamento.
- O MINJUD informou ainda sobre algumas actividades direccionadas para alguns grupos vulneráveis, como jovens chefes de família, jovens portadores de deficiência, meninas vítimas de violência e meninas grávidas ou em casamento precoce ou forçado.
- Sobre a intervenção do Programa JIRO em zonas rurais, para além de actividades de sensibilização já desenvolvidas nas comunidades, algumas em língua local, espera-se que seja possível, com o arranque da fase de expansão do programa, abranger os jovens dessas zonas, incluindo instalação dos serviços de aconselhamento e testagem nas localidades onde já existem Centros Comunitários de Juventude.

A ADPP, por intermédio da sua Administradora Geral, Rikke Viholm, forneceu informações sobre as actividades desenvolvidas pela organização e deu opiniões e sugestões relativamente ao projecto Empoderamento das Raparigas e PAT II, sumarizadas nos pontos seguintes:

- Informou sobre as actividades desenvolvidas pela ADPP, desde 2009, nomeadamente ao nível do empoderamento de meninas na educação; desenvolvimento de métodos e programas (Manual de Juventude) para promover a discussão entre mulheres jovens, com inclusão também de rapazes, sobre casamento e gravidez precoce, violência doméstica; promoção de saúde sexual e reprodutiva e planeamento familiar; implementação da Bancadas Femininas (meio urbano) e de clubes de juventude (meio rural e suburbano); formação profissional e de empreendedorismo de mulheres.
- Relativamente aos desafios para a implementação do Projecto, referiu a necessidade de definir como concretizar as acções, e os respectivos métodos de implementação e operacionalização. Referiu, especificamente, a necessidade de quantificar a verba destinada a assegurar que as meninas continuam a estudar (Componente I) e definir a sua operacionalização desde o primeiro dia.
- Sobre a Componente III, sublinhou a questão das infra-estruturas, e a multiplicidade de projectos que existem a nível dos municípios, possível atraso nas construções e falta de planos para incorporar as escolas novas nos orçamentos e planos de funcionamento. Sugeriu a concentração de fundos para melhorar o fornecimento de energia e água às escolas. Chamou também a necessidade de assegurar a manutenção das infra-estruturas escolares (plano de manutenção e custos anuais), e constituição de grupos de protecção das infra-estruturas, com envolvimento de alunos, professores e comissão de pais. As obras de melhoramento apenas vão funcionar se existirem planos de uso e manutenção, sistemas de limpeza, e se as casas de banho novas não ficam fechadas ou apenas usadas pelos professores.
- No que respeita às dificuldades de implementação do Projecto, para além das restrições colocadas pela COVID-19, referiu as dificuldades em ganhar a confiança das pessoas a quem se destina o projecto. Daí a importância de treinar muito bem os activistas. Referiu também a importância de colaborar com os centros de saúde para servir as jovens mulheres com planeamento familiar.
- Deu opiniões e sugestões sobre a melhor forma de incluir os diversos grupos vulneráveis como beneficiários do projecto. Referiu a necessidade de mobilizar as famílias e comunidades no sentido de entenderem que a educação é para todos, incluindo os portadores de deficiência, porque também têm direito a ambicionar uma vida melhor.
- Relativamente à formação profissional, referiu que o período de 6 meses que se segue à formação é crucial e que as ajudas e apoios fazem a diferença entre sucesso e fracasso. Neste âmbito é importante organizar os formandos em pequenos grupos de apoio mútuo, acções comuns de comercialização e venda. Relativamente às taxas de empregabilidade, após formação, referiu não dispor de dados oficiais. No caso das acções da ADPP, há cursos com maior empregabilidade, como é o caso dos cursos de mecânica, em que pelo menos 50% dos formandos foram empregados em oficinas da área de residência.
- Referiu, ainda, que é importante que as avaliações da aprendizagem sejam concluídas, pelo que não devem ser muito complicadas.

Actividade: Consulta aos parceiros sociais no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto

O **MINSA**, por intermédio da Assessora da Directora Nacional para os Cuidados Primários, Ana Leitão, forneceu um conjunto de informações sobre as actividades da Direcção Nacional de Saúde Pública (DNSP) e respectiva participação no âmbito do projecto. Os pontos referidos seguidamente sumarizam a informação recebida.

- Referiu que a DNSP deverá ter uma grande responsabilidade na implementação do projecto, dispondo de departamentos/secções e programas capazes de dar o devido suporte ao MED, para o efeito.
- Ao mesmo tempo que MINSA e MED articulam, discutem e concebem estratégias adequadas, deve ser aprovada a Política de Saúde na Escola. DNSP e MED devem também ter presentes as estratégias internacionais como a “Escola Promotora de Saúde”, da OMS, e a “Educação Sexual Abrangente”, da UNESCO.
- A DNSP dispõe de diversos materiais, como o Manual sobre Promoção da Saúde na Escola, para professores do 1º nível, manuais sobre Saúde Reprodutiva para Adolescentes e Jovens, manual para apoio ao Agente Comunitário, manual sobre VBG e vários protocolos sobre Nutrição, Saúde Reprodutiva e Promoção da Saúde. Está a ser elaborado um manual, para o Agente Comunitário, sobre nutrição.
- Referiu ainda várias experiências desenvolvidas pela DNSP, nomeadamente a criação e funcionamento de Serviços de Saúde Reprodutiva Amigos dos Adolescentes e Jovens (SSRAAJ), em Luanda, Huíla e Benguela, estando a ser concebido um instrumento para orientar esses SSRAAJ.
- Outras experiências e acções incluem a Educação de Pares entre Alunos, Educação de Pares entre Professores, o Aproveitamento dos 5-10 minutos de cada aula para a educação para a saúde, Cantos nas Escolas (troca de experiências com Moçambique), Educação de Pares na Comunidade, advocacia junto da Assembleia Nacional e trabalho com ONG a nível da comunidade.
- Quanto ao esperado aumento da procura dos serviços de saúde sexual e reprodutiva e de planeamento familiar, sobretudo por parte de mulheres jovens, como resultado do projecto, e quanto à capacidade de resposta dos serviços existentes, foram dadas informações detalhadas sobre experiências de operacionalização deste tipo de serviços, nomeadamente entre 2000 e 2004, no âmbito de uma parceria que incluiu a FNUAP. No entanto, estes serviços não tiveram continuidade, por falta de sustentabilidade, e acabaram por ficar quase desactivados, com excepção de alguns pontos em Luanda e, eventualmente, na Huíla.
- Quanto ao tipo de atendimento e seguimento, médico, sanitário e psicológico, prestado nas unidades de saúde pública a vítimas de violência baseada no género, não foram dadas informações concretas.

Finalmente, a DNSP deu um conjunto diversificado de sugestões para a concepção e implementação do projecto, abrangendo diversos temas e acções, tais como: implementação ou reforço de estratégias ao nível da saúde e educação (OMS e UNESCO); abordagem conjunta a crianças, adolescentes e jovens; programa de saúde escolar, com água e controlo das casas de banho; vacinação na altura da matrícula; merenda escola e cantina escolar; ensino sobre cidadania, democracia, responsabilização e direitos humanos; informação, a alunos e professores, sobre sexualidade e diversidade sexual e diversidade em geral; higiene menstrual; prevenção do uso do álcool, tabaco e outras drogas; abordagens, para alunos e professores, que promovam a equidade e igualdade de género; práticas sexuais tradicionais nocivas à saúde, nomeadamente no seio da família; *bullying*; fenómeno das Misturas Etárias; cancro do colo do útero e respectiva prevenção e vacinação; saúde mental; educação financeira.

Actividade: Reunião virtual com o INEFOP no âmbito da elaboração do Instrumentos A&S do Projecto			
Data:	25 de Agosto de 2020	Local:	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM
Grupo de PI:	Instituição Pública com responsabilidades na implementação do projecto	N.º Participantes:	2 (INEFOP) + 2 (Consultores)
Objectivos da Actividade:	Recolher informação sobre as expectativas, receios e preocupações do INEFOP em relação ao Projecto, bem como outra informação relevante para a sua preparação e implementação.		
Resumo da Actividade:			
<p>Esta reunião foi realizada no seguimento do questionário enviado ao INEFOP para recolha de informação com vista à elaboração dos instrumentos de A&S do projecto.</p> <p>Na reunião participaram dois elementos do INEFOP, a Senhora Dra. Edgarda Neto (Directora Geral-Adjunta para a Formação Profissional) e a Senhora Dra. Guilhermina Samunda (Técnica), Sofia Antunes (Consultora) e João Martins (Consultor). Sumarizam-se de seguida os principais pontos abordados nesta reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O INEFOP referiu que, no âmbito da formação profissional, a principal preocupação é fazer chegar a formação ao nível dos municípios, porque a nível de capitais provinciais há centros de formação, e o grande constrangimento é ao nível dos municípios. É mais difícil construir centros de formação a nível municipal porque a população abrangida é menor e os recursos são escassos, pelo que uma das soluções é a utilização de unidades móveis de formação profissional, embora haja apenas 31 unidades para 164 municípios. • É também necessário dar atenção ao tipo de cultura de cada região, devido à sua diversidade cultural e social, e ao nível das necessidades específicas de formação, pelo que é necessário estruturar projectos formativos em função das actividades e modos de vida de cada região, por exemplo, pesca e agricultura. • A falta de alfabetização também limita muito a possibilidade e a eficácia da formação profissional. É necessário, portanto, começar pelos projectos de alfabetização e depois avançar para a formação profissional. • O INEFOP tem feito muitas acções de formação, nomeadamente junto de mulheres, ao nível da gestão básica de pequenos negócios e de empreendedorismo, nas áreas da produção agrícola, comercialização, serviços. Esta formação básica dá acesso a programas de micro-crédito. • A necessidades de formadores é uma das questões principais para a implementação do Projecto, nomeadamente ao nível dos municípios. É importante que sejam locais, não apenas por conhecerem as realidades locais, mas também por que conseguem dar maior suporte às acções locais de formação e envolvimento dos parceiros locais. O INEFOP tem cerca de 2.000 formadores a nível nacional, mas são poucos e faltam formadores a nível municipal. Era importante constituir bolsas de formadores a nível provincial. A formação técnica dos formadores é feita em Luanda. A formação pedagógica é feita a nível provincial. • As especialidades e cursos mais procurados pelos jovens são os cursos de artes e ofícios, como electricidade de baixa tensão e auto, serralharia, mecânica auto, soldadura, culinária, cabeleireiro, corte e costura, contabilidade geral, informática, construção civil. Os cursos mais complexos, como electrónica, também são procurados, mas o acesso é difícil porque exige conhecimentos e formação escolar de base mais avançados. • Uma das principais dificuldades do INEFOP é a aquisição de ferramentas, equipamentos e kits, para os centros de formação, que sejam suficientemente actualizados para que a formação dos jovens corresponda às necessidades do mercado de trabalho. Os custos são muito elevados. O INEFOP cobra um valor residual pelos cursos, sendo completamente gratuito para os mais carenciados, nomeadamente ao nível dos pavilhões de artes e ofícios, dos municípios. • Não há quaisquer restrições à entrada de meninas nos cursos geralmente procurados por rapazes, como mecânica, construção e outros, embora o número seja baixo. Mas o número de meninas, em geral, também é baixo, a nível nacional. Num universo de 40 mil a 50 mil formandos anuais, apenas cerca de 6.000 são meninas. Este universo de 40 mil a 50 mil formandos anuais inclui formação do INEFOP e formação em centros privados. A formação do INEFOP é superior a 50% dos formandos, porque tem uma rede nacional. 			

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)			
Data:	11 de Setembro de 2020 a 20 de Outubro 2020	Local:	Não aplicável (consulta realizada através do envio de questionários dirigidos a cada parte interessada)
Grupo de PI:	Instituições públicas, incluindo GPE, agências internacionais e ONG c/ responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto	N.º Participantes:	33
Objectivos da Actividade:	Recolher dados, informação sobre experiências e opiniões das PI em relação aos diversos grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto		
Resumo da Actividade:			
<p>A Consultora responsável pela elaboração dos instrumentos de A&S, enviou a diversas entidades com responsabilidades e/ou influência na implementação do Projecto questionários dirigidos com vista à recolha de informação sobre os grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto e experiências de trabalho com esses grupos. A lista de entidades consultadas inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direcção Nacional de Educação de Jovens e Adultos (DNEJA); • Gabinetes Provinciais de Educação das 18 províncias de Angola. • Instituto Nacional da Criança (INAC); • Instituto Nacional de Educação Especial (INEE); • Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE); • Ministério da Acção Social, da Família e Promoção da Mulher (MASFAMU); • Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD); • Ministério da Saúde (MINSÁ); • Associação de Conservação do Ambiente e Desenvolvimento Rural (ACADIR); • Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA); • Federação Angolana das Associações das Pessoas Portadoras de Deficiência – FAPED; • Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); • Missão de Beneficência Agropecuária do Kubango Inclusão Tecnologia e Ambiente (MBAKITA); • Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (OCADEC); • Observatório do Género; • Rede Mulher Angolana. <p>Até à data de fecho do presente documento (20.10.2020) tinham sido recebidas seis respostas escritas aos questionários enviados, as quais se resumem abaixo.</p> <p>Paralelamente e complementarmente ao envio de questionários, foi promovida uma reunião virtual para a qual foi solicitada a participação de todos os GPE, com o objectivo de abordar os temas constantes dos questionários, bem como outras questões consideradas relevantes. Foram ainda realizadas outras duas reuniões virtuais, ambas solicitadas pelas entidades consultadas: uma com a ONG MBAKITA, e outra com o INIDE. Em quadros separados são apresentadas súmulas dos temas abordados três reuniões realizadas.</p> <p>Sumário das respostas recebidas aos questionários dirigidos enviados:</p> <p>O MINJUD, por intermédio do Dr. Kikas Manuel Machado (Director Nacional da Juventude), informou que, relativamente às questões colocadas sobre jovens potenciais gays lésbicas, transexuais e intersexo, embora nas actividades e projectos desenvolvidos no âmbito do Projecto JIRO não seja feita qualquer discriminação em relação a estas pessoas, não são desenvolvidas actividades especificamente direccionadas para estes grupos. Relativamente a outras questões colocadas, referiu que seriam melhor respondidas pelos sectores da Educação e da Família e Assistência Social.</p> <p>A DNEJA, por intermédio do Dr. Evaristo Pedro (Director), informou sobre a estrutura organizacional da DNEJA, a nível nacional e a nível provincial/municipal.</p>			

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)

Informou que a Comissão Nacional da Alfabetização (CNA) foi criada pelo Despacho Presidencial nº 174/19, de 9 de Outubro. A CNA é um órgão multisectorial, presidido pelo titular do departamento responsável pelo Sector da Educação, com o objectivo de monitorar e promover a execução do Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos 2019-2022. Neste contexto, a CNA tem as suas representações a nível provincial (CPA) e municipal (CMA).

Indicou também os principais diplomas normativos e documentos orientadores da intervenção da DNEJA, entre os quais o referido Plano de Acção para a Intensificação da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – EJA Angola_2019-2002, que enviou em anexo à sua resposta.

Informou que o processo de alfabetização é desenvolvido em duas modalidades: i) Formal, que acontece nas escolas públicas ou privadas; ii) Não Formal, que é realizada nas instituições da rede de parceiros sociais.

Relativamente às actividades concretas de alfabetização, a DNEJA referiu que são desenvolvidas em conformidade com o Plano EJA Angola 2019-2022.

Informou que as Províncias com maior taxa de analfabetismo são, segundo os dados dos Censos de 2014, Luanda, Malanje, Moxico, Lunda-Norte, Uíge, Huíla, Cunene, Benguela, Bié, Huambo e Cuanza-Sul. Quanto às zonas com maior taxa de analfabetismo referiu serem as zonas rurais e suburbanas.

Quanto às zonas do país e aos grupos étnico-linguísticos e outros grupos sociais relativamente aos quais há maiores dificuldades de acesso e maiores dificuldades de implementar a actividade de alfabetização, a DNEJA referiu o seguinte:

- Zonas rurais das províncias do Centro-Sul, designadamente, Huambo, Huíla, Cunene, Namibe e Cuando-Cubango;
- Províncias do Nordeste, nomeadamente, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico;
- No que se refere aos grupos étnicos e sociais, destaque para as raparigas das zonas rurais e peri-urbanas;
- Os grupos etnolingüísticos mais afectados são os Ngangela, Mukubai, Kwanyama, Oshivambo, Nyaneke, Luvale, Cokwe, Khoysan, Bangalas e Songo.

O INEE, por intermédio do Dr. Lucas Luciano (Director), forneceu diversas informações sobre a inclusão de crianças portadoras de deficiência, e respectivas dificuldades, problemas e carências.

Relativamente aos tipos de discriminação e dificuldades, por tipo de deficiência e incapacitação, o INEE informou o seguinte:

- Crianças com Deficiência Auditiva:
 - Não aceitação da deficiência por parte dos ouvintes;
 - Barreiras na comunicação tendo em conta que a Língua Gestual está prevista na Lei da Acessibilidade, mas ainda não está regulamentada e a figura do Intérprete de Língua Gestual não fazer parte da lista dos officios, para a sua admissão laboral;
 - As crianças são percebidas apenas pela sua deficiência deixando de parte outras habilidades que possuem;
 - Encontram barreiras significativas quando pretendem continuar os seus estudos nos níveis subsequentes devido à ausência do conhecimento e uso da Língua gestual.
- Crianças com Deficiência Visual:
 - Locomoção nos espaços públicos.
- Crianças com Deficiência Intelectual (Autismo, Síndrome de Down, Paralisia Cerebral, Atraso Mental):
 - São confundidos com indivíduos com problemas mentais (esquizofrenia) e muitos são encaminhados para os serviços de psiquiatria.

No que respeita às dificuldades de integração social das crianças portadoras de deficiência, o INEE referiu os seguintes aspectos:

- Nas zonas rurais, a muitos desses casos, são-lhes atribuídas designações pejorativas como: bruxos, obra do demónio.
- Resistência por parte dos familiares em os levar à escola achando que neles é impossível despertar alguma habilidade.
- Existência de barreiras arquitectónicas, de atitude e de comunicação.

Quanto às dificuldades de acesso à escola e ao aproveitamento escolar, o INEE referiu os seguintes aspectos:

- ✓ Os alunos com deficiências sensoriais (visual e auditiva) não apresentam dificuldades no seu aproveitamento escolar, sendo necessária a criação de condições elementares (materiais em braille, utilização da Língua Gestual como língua primeira e outros equipamentos específicos) para o efeito.
- ✓ Relativamente aos alunos com deficiência intelectual, o seu aproveitamento escolar depende do nível ou grau de deficiência, e das condições de trabalho assim como da preparação do professor no seu atendimento.
- ✓ Algumas dificuldades são identificadas no acesso à escola devido à resistência por parte de alguns gestores em receber alunos com deficiências, ferindo assim os objectivos da política nacional da educação especial orientada para a inclusão escolar.

No que respeita a Políticas de Apoio e Inclusão, o INEE referiu a Implementação da Política Nacional de Educação Especial Orientada para a Inclusão Escolar (Decreto Presidencial nº 187/17, de 16 de Agosto), e o Programa de Adequação Curricular que prevê a inserção de conteúdos de educação especial em todos os cursos de formação de professores.

Relativamente a actividades desenvolvidas no apoio às crianças portadoras de deficiência, o INEE referiu as seguintes:

- Organização e realização de acções de informação e sensibilização da comunidade escolar e geral;
- Realização de acções de formação de professores e gestores, em matérias de educação especial.

UNICEF, UNESCO, Banco Mundial e Banco Atlântico são os principais parceiros com que o INEE trabalha no desenvolvimento das suas actividades.

A **OCADEC** forneceu um conjunto de informações sobre as suas actividades de apoio às comunidades San na província de Huíla, mais precisamente na localidade de Hupa, município de Cacula, e nas localidades de Derruba e Mupembati, no município de Quipungo.

Na província do Cunene, a OCADEC tem desenvolvido acções de pesquisa sobre as principais fontes de sobrevivência das comunidades San, nas localidades de Cafima e Nehone, município de Kwanhama. Tem também desenvolvido acções de advocacia e lobby, junto do Governo, para oferta de serviços sociais básicos a estas comunidades.

Na província da Huíla, a OCADEC tem trabalhado com as comunidades San ao nível da segurança da terra, agricultura, fomento de animais de pequeno porte, organização comunitária, promoção do acesso à saúde e educação, acesso a documento de identificação pessoal, e obtenção de renda familiar através de pequenos negócios.

Entre os resultados das actividades desenvolvidas, contam-se os seguintes:

As comunidades San da Hupa e Mupembati têm as terras asseguradas com títulos de reconhecimento emitidos pelo governo.

- ✓ As comunidades San de Hupa, Derruba e Mupembati na sequência do apoio na componente agrícola passaram de uma para duas refeições dia.
- ✓ Nestas comunidades mais de 90% das famílias foram registadas e possuem cédulas pessoais.
- ✓ As crianças San da Hupa e Derruba frequentam o centro infantil equipado com material lúdico e de estimulação cognitiva fornecido na sequência de uma parceria com o Governo e a UNICEF.

Relativamente às principais necessidades e dificuldades sentidas por estas comunidades, a OCADEC referiu as seguintes:

- Necessidade de reforço dos serviços sociais básicos e de extensão rural para apoiar as comunidades na componente agro-pecuária.
- Construção de infra-estruturas definitivas como escolas, centros de saúde e infra-estruturas comerciais.
- Melhoramento das vias de acesso.
- Estabelecimento de uma política comercial que facilite a venda dos seus produtos como produtos agrícolas, animais, artesanato e mel.
- Estabelecimento de turmas de alfabetização e centros de formação profissional que respondam às suas necessidades (ex. cursos de serralharia, corte e costura, culinária, horticultores e cuidadores de gado).
- Necessidade de enquadrar jovens San como guias turísticos e fiscais do Parque Nacional do Bicuari na Huíla e Mupa no Cunene.

No que respeita a formas de discriminação social a que são sujeitas as comunidades San, a OCADEC referiu que são alvo de vários tipos de discriminação, por pertencerem a uma comunidade minoritária sem representatividade na hierarquia política, social e tradicional do país e no processo histórico do país. São alvo de estigmatização e não têm participação em processos de interesse. As mulheres e as crianças sofrem exploração económica por parte dos vizinhos Bantu; as mulheres sofrem dupla exploração, primeiro por serem mulheres e depois por pertencerem a uma minoria sem expressão.

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)

As necessidades específicas ao nível da educação das crianças incluem:

- Maior proximidade dos serviços, como é o caso das escolas, à aldeia em que vivem.
- Existência de facilitadores das crianças do pré-escolar e da escola que falem a língua !Xun (!Kung).
- Adaptação dos conteúdos curriculares às reais necessidades das crianças, em vez de haver um curriculum que seja genérico.

Relativamente aos problemas, dificuldades e necessidades específicas das meninas e mulheres, a OCADEC referiu as seguintes:

- Acesso aos serviços sociais básicos.
- Problemas económicos.
- As jovens mulheres enfrentam problemas de gravidez precoce e falta de oportunidade para o emprego e auto-emprego que permitam superar as suas necessidades económicas e sociais;
- Insucesso escolar e abandono precoce a escola.

Sobre a forma como, nas suas actividades, tem procurado preservar a cultura, identidade, organização social e modos de vida tradicionais das comunidades San, a OCADEC referiu a protecção das terras ancestrais, através de georreferenciação e atribuição, pelo governo, de títulos de reconhecimento útil consuetudinário, o que permite que as comunidades pratiquem acções identitárias como por exemplo a dança de cura, cultos aos antepassados, a caça e recollecção, a língua, a organização comunitária, e a liderança focalizada no território específico e reconhecido.

No que respeita ao ambiente COVID-19, a OCADEC referiu que as comunidades têm tido dificuldade no acesso aos materiais de biossegurança, e que tem levado a cabo palestras, distribuição de material de biossegurança e distribuição de folhetos informativos sobre COVID-19, em línguas locais.

Quanto à inclusão destas comunidades, no âmbito do Projecto de Empoderamento de Raparigas e PAT II, de forma culturalmente adequada, a OCADEC referiu os seguintes aspectos:

- 'Equipar os adolescentes com competências para a vida e proporcionar segundas oportunidades', e 'Remover obstáculos à educação de raparigas', são as subcomponentes mais importantes para incluir estas comunidades.
- Formas culturalmente mais apropriadas para incluir estas comunidades: i) escolas mais próximas das aldeias onde vivem; ii) facilitadores que se expressem em língua local e vivam mais próximo das aldeias; iii) familiaridade com os hábitos e costumes das comunidade; iv) Conhecer e respeitar os valores, costumes e hábitos da comunidade de referência.
- É recomendável promover trocas de experiências entre as comunidades de diferentes províncias e municípios e a entre as comunidades San de Angola e do Norte da Namíbia.
- O processo de abordagem sobre os San e outras minorias deve ser institucionalizado e assumido pelo governo através das suas instituições.

A OCADEC mostrou disponibilidade para colaborar na mediação e promoção da inclusão destas comunidades no âmbito do projecto.

Quanto às principais dificuldades e obstáculos com que se defronta para desenvolver o seu trabalho, a OCADEC referiu que não possui uma infra-estrutura de trabalho digna (escritório), tem poucos recursos humanos e financeiros e limitados meios de transporte.

A OCADEC tem como principais parceiros o Governo, MISEREOR, Visão Mundial, UNICEF, ADRA, FAS (Fundo de Apoio Social), CARITAS de Angola-Igreja Católica.

Juntamente com a resposta ao questionário, a OCADEC disponibilizou o seu Relatório de Actividades de Junho de 2018 a Junho de 2019.

A **MBAKITA**, por intermédio do seu Director Geral, Senhor Pascoal Baptistiny Sávio Samba, forneceu um conjunto amplo de informações sobre as actividades que desenvolve em apoio das comunidades San e outras minorias vulneráveis, étnicas, linguísticas, sociais, crianças, jovens, mulheres e imigrantes.

A organização trabalha sobretudo no Cuando-Cubango (em nove municípios), mas também tem representações e actividades em outras províncias, como a Huíla (Lubango), Cunene (Ondjiva), Namibe (Moçâmedes), Bié (Kuito e Chitembo) e Moxico (Lwena e Luchazes).

As principais áreas temáticas de intervenção da organização são a agricultura sustentável, o ambiente, a ajuda humanitária, os direitos humanos, a educação e as tecnologias de informação, a governação e eleições, e a saúde.

Entre os resultados das actividades desenvolvidas, contam-se os seguintes:

- 8 professores inseridos no sistema financeiro da educação.

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)

- 20 parteiras tradicionais registadas pelo Gabinete Provincial da Saúde como agentes de saúde comunitária.
- 10 líderes San empossados como Autoridades Tradicionais com direito a subsídio de representação.
- 1 sargento enquadrado nas forças armadas angolanas.
- 20 Delegados San que conseguiram participar nas Conferências Provinciais (Quando Cubango), Nacionais (Luanda 2008, 2012 e 2018), Regionais (Lubango 2007), e dos SADC (Rundo 2010, Windhoek-Gobabis 2012), sobre Direitos das Minorias Indígenas San.
- 50 famílias que praticam a agricultura de subsistência como alternativa à caça e recollecção.
- 1.020 San com acesso ao registo de nascimento.

Entre as principais dificuldades e necessidades com que se defrontam os grupos vulneráveis com quem trabalha, a MBACKITA referiu a inexistência de legislação que proteja as minorias indígenas e étnicas, a necessidade de apoio financeiro por parte do Governo angolano e a protecção dos direitos humanos dos povos indígenas.

Sobre os problemas das comunidades indígenas, no que respeita à manutenção do acesso ao seu território ancestral e aos recursos naturais, e manutenção dos seus modos de vida, a MBACKITA referiu que o acesso à terra de seus ancestrais e o direito aos recursos naturais lhes é negado. A expropriação das suas terras ou o ser-lhes negado o acesso aos recursos naturais de que depende a sua sobrevivência como povos, é causada por uma série de factores, tais como paradigmas dominantes de desenvolvimento que favorecem a agricultura estabelecida, em detrimento de outros modos de produção, como a caça, recollecção, pastorícia e criação de gado como meio de subsistência. A criação de parques naturais e de áreas de conservação e os projectos de empresas comerciais de larga escala, como sejam a exploração turística Okavango/Zambeze, a exploração de bosques e florestas, a exploração de minas e as plantações comerciais, têm contribuído para a alienação e expropriação da terra em detrimento dos direitos consuetudinários das comunidades à terra e a outros recursos naturais, conduzindo a um enfraquecimento dos sistemas de conhecimento, através dos quais os povos indígenas se têm mantido ao longo dos séculos, e tem levado a uma negação dos seus sistemas de modo de vida e a privação dos seus recursos.

Relativamente às formas de discriminação e exclusão social, a MBACKITA referiu que as comunidades indígenas San são objecto de discriminação racial e étnica, e, em grande escala, discriminadas pelas populações dominantes, sendo consideradas atrasadas. Continua a haver muitos estereótipos, sendo designados de “atrasados”, “não civilizados”, “primitivos” e “incultos” e como sendo um embaraço para o estado angolano moderno. Este tipo de discriminação legitima a marginalização, a subjugação, a exclusão e a expropriação dos povos indígenas pelas instituições governamentais e grupos dominantes, em violação dos seus direitos humanos como povos/comunidades, ameaçando a continuidade das suas culturas e modos de vida, e impedindo-os de serem capazes de participar verdadeiramente nas decisões relativas ao seu próprio futuro e às suas formas de desenvolvimento. As suas culturas e modos de vida diferem consideravelmente da sociedade dominante, e as suas culturas estão ameaçadas e, nalguns casos em risco de extinção.

No que concerne às necessidades específicas ao nível da educação das crianças, foram indicadas as seguintes:

- Acesso ao registo de nascimento;
- Direito a igual acesso aos serviços públicos;
- Direito à educação;
- Direito a cuidados médicos e assistência medicamentosa;
- Alimentação adequada / merenda escolar;
- Acesso a material didáctico bilingue e multilingue;
- Nenhuma escola indígena funciona em espaço adequado, não existem infra-estruturas de ensino e aprendizagem;
- As aulas são dadas debaixo das árvores e sem material didáctico e meios de ensino;
- Acesso a vestuário e/ou assistência social.

Relativamente aos problemas, dificuldades e necessidades específicas das meninas e mulheres, foram referidas as seguintes:

- Dificuldade de acesso a educação de qualidade;
- Abandono escolar, absentismo escolar;
- Início precoce da actividade sexual;
- Acesso a água segura;
- Não abrangência das comunidades San nas intervenções do Ministério da Educação;
- Fome, pobreza, miséria e nudez;
- Necessidade de alimentação, vestuário, escolas, postos de saúde e medicamentos.

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)

No que respeita ao ambiente COVID-19, a MBACKITA solicitou apoio ao parceiro MISEREOR, tendo levado a cabo uma campanha de prevenção contra o coronavírus, incluindo acções de sensibilização, mobilização e consciencialização, como suporte à distribuição de material de biossegurança (álcool gel, máscaras, sabão azul e lixívia).

Quanto à inclusão destas comunidades, no âmbito do Projecto de Empoderamento de Raparigas e PAT II, de forma culturalmente adequada, a MBACKITA referiu os seguintes aspectos:

- 'Fornecer informação e serviços de saúde aos adolescentes', 'Equipar os adolescentes com competências para a vida e proporcionar segundas oportunidades', 'Remover obstáculos à educação de raparigas' e 'Apoiar os professores na sala de aula', são as subcomponentes mais importantes para incluir estas comunidades.
- Formas culturalmente mais apropriadas para incluir estas comunidades:
 - i) Realizar a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didáctico específico para o cumprimento do curriculum lectivo;
 - ii) Ministras nas escolas públicas os conteúdos multilingues referentes à história e cultura dos povos indígenas, no âmbito das províncias onde habitam os grupos minoritários, em especial nas áreas da educação artística, literária e cultural angolana, à luz da Lei 14/05, de 7 de Outubro do Ministério da Cultura;
 - iii) Considerar a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial e, em particular, dos sistemas de conhecimentos das populações;
 - iv) O reconhecimento da igual dignidade e o respeito por todas as culturas, incluindo as de pessoas pertencentes a minorias étnicas e indígenas;
 - v) O papel fundamental que a educação desempenha na protecção e promoção das expressões culturais. Que nos próximos anos se efective, nos estabelecimentos do ensino primário e secundário, o estudo da cultura, usos, costumes, hábitos e história das línguas locais.

Quanto a outras recomendações consideradas importantes para a inclusão das comunidades indígenas no projecto, a MBACKITA referiu as seguintes:

- Que o Estado angolano ratifique a convenção C169 da OIT que protege os grupos minoritários ou seja os povos indígenas tribais e semi-tribais.
- O direito de acesso à terra e a outros recursos para a produção de alimentos.
- Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover a oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Reduzir as desigualdades sociais e étnicas.
- Ter conta o ODS nº 16 'Paz, Justiça e Instituições Eficazes'.

A MBACKITA mostrou total disponibilidade para colaborar na mediação e promoção da inclusão destas comunidades no âmbito do projecto.

Quanto às principais dificuldades e obstáculos com que se defronta para desenvolver o seu trabalho, a MBACKITA referiu a escassez de financiamentos, a insuficiência de meios de transporte para aceder a áreas de difícil acesso, e a falta de escritório próprio e de fundos suficientes para alugar escritórios nas províncias onde desenvolve actividade.

A MBACKITA tem como principais parceiros as instituições religiosas MISEREOR, CEI e CEAST; As embaixadas da Holanda, Alemanha, Austrália, EUA, França e Reino Unido; As fundações OSISA – *Open Society Initiative for Southern Africa*, WL – *World Learning*, e NED – *National Endowment for Democracy*; as ONG internacionais CIVICUS, *Amnesty International*, *Freedom House* e *Frontline Defenders*; as agências da ONU UNEDESA, UNDP, WFP, UNHCR e FAO. A organização não tem tido apoios do Governo angolano.

Juntamente com a resposta ao questionário, a MBACKITA disponibilizou o seu Relatório Trienal de 2017-2020, e um estudo social e cultural sobre a comunidade San de Angola e a sua exclusão sociopolítica e económica.

O Gabinete Provincial de Educação da Huíla, por intermédio da sua Directora, Senhora Dra. Paula Filomena Baptista Joaquim, respondeu ao questionário referindo que o Projecto de Empoderamento de Raparigas e PAT II é de grande importância para o país e para a província da Huíla.

Relativamente ao tema da Violência Baseada no Género Relacionada com a Escola, o GPE referiu o seguinte:

- O Gabinete Provincial tem fortes relações com os parceiros sociais, sobretudo sindicatos, através dos quais tem recebido informações, reclamações e outros aspectos referentes ao relacionamento entre professores, alunos, gestores escolares e comunidades.

Actividade: Consulta a PI sobre grupos vulneráveis a considerar no âmbito do Projecto (realizada no âmbito da elaboração dos Instrumentos de A&S)

- A Inspeção Escolar também tem estado a fazer seguimento das denúncias feitas pelas escolas e pais e encarregados de educação.
- O Gabinete tem um calendário de reuniões ordinárias com os Directores Municipais de Educação, onde são analisadas e discutidas situações de violência, assédio sexual e outras.
- Todas as escolas da Huíla possuem Comissões de Pais e Encarregados de Educação, órgãos que têm sido o articulador entre a escola e a comunidade, procurando buscar soluções para as ocorrências quer dentro quer fora da escola.
- Nalguns casos, os perpetradores são os professores mais jovens, mas também se observa a tendência de as meninas irem ao encontro dos professores quando não têm um bom aproveitamento nas aulas.

Relativamente ao tema das pessoas potenciais gays, lésbicas, transexuais e intersexo, o GPE referiu o seguinte:

- Este tema não é cultural para Angola e em particular na Huíla e tem deixado questionados muitos que colocam a cultura africana em primeiro lugar.
- O Estado angolano ainda não formalizou esta prática, daí que é preciso que as instâncias de direito busquem mecanismos para dar melhor resposta.
- Quando na escola é identificado alguém com esta prática, sofre abusos, desprezo e outros maus tratos.

No que respeita às crianças portadoras de deficiência, foram referidos os seguintes aspectos:

- O gabinete trabalha estreitamente com o UNICEF em situações diversas, incluindo políticas de apoio à inclusão.
- Existência de Gabinete de Atendimento de Alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Sobre Povos Indígenas, o GPE referiu que a merenda escolar é da responsabilidade das Administrações Municipais. Através das comunidades identificadas tendem a apoiar as escolas situadas nas comunidades mais vulneráveis.

Por fim, como recomendação para o projecto, o Gabinete Provincial de Educação da Huíla referiu a necessidade de se realizar um levantamento de campo minucioso para obter informação fidedigna sobre a realidade e fazer o melhor enquadramento do Projecto, beneficiando efectivamente os mais necessitados.

Actividade: Reunião virtual com a ONG MBAKITA

Data:	17 de Setembro de 2020	Local:	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM
Grupo de PI:	ONG que trabalha com comunidades San e outras minorias vulneráveis, étnicas, linguísticas e sociais, crianças, jovens, mulheres e imigrantes	N.º Participantes:	4
Objectivos da Actividade:	Recolher dados, informação sobre experiências e opiniões da MBAKITA em relação aos diversos grupos vulneráveis, a considerar no âmbito do projecto, particularmente os povos San e outras comunidades étnicas minoritárias e vulneráveis.		

Resumo da Actividade:

Esta reunião foi realizada no seguimento do questionário enviado à ONG para recolha de informação sobre grupos vulneráveis, a considerar no âmbito do projecto, no caso concreto as comunidades San e outros grupos étnicos vulneráveis.

Na reunião participaram: Senhor Pascoal Baptistiny Sávio Samba, Director Geral da MBAKITA, Senhor Jacob Kassanga (MBAKITA), Sofia Antunes (Consultora), João Martins (Consultor).

Sumarizam-se de seguida os principais pontos abordados nesta reunião:

- O Director Geral da MBAKITA fez a apresentação geral da sua organização, áreas de intervenção social e ambiental, províncias (7 províncias, mais um ponto de apoio em Luanda) e municípios onde desenvolve actividades. No que respeita a Recursos Humanos, a organização conta com 110 membros, 47 dos quais são staff da organização para os projectos de intervenção.
- Referiu que no ano de 2019 a organização foi contactada pelo Fundo de Acção Social (FAS) no sentido de preparem um estudo sobre os povos San de Angola. Depois de a MBAKITA ter fornecido a informação de preparação, ficou surpreendida com recusa do FAS em apoiar o projecto de actualização do estudo sócio-antropológico, realizado pela MBAKITA, em 2012-2013.

Actividade: Reunião virtual com a ONG MBAKITA

- A consultora Sofia Antunes referiu desconhecer o estudo e o contexto em que foi pedido pelo FAS, mas que esse pedido não estaria incluído do âmbito do projecto PAT II. Referiu, porém, que o estudo faria sentido no âmbito do projecto, uma vez que há falta de informações e dados sobre as comunidades indígenas, pelo que um estudo deste tipo poderia ser útil para desenhar a inclusão das crianças destas comunidades no projecto, de forma adequada às suas características e modos de vida, considerando, nomeadamente, situações de nomadismo ou semi-nomadismo. Registou a informação e vai passá-la ao Banco Mundial e ao MED. Os consultores solicitaram à MBAKITA que partilhasse o referido estudo, o que obteve o acordo do Director Geral. [Este estudo viria a ser recebido pelos consultores no dia 5 de Outubro de 2020].
- O Director Geral referiu que nas comunidades indígenas não existem quaisquer instalações escolares ou sanitárias. Há oito facilitadores San que ensinam as crianças. Eram antigos militares da UNITA e tiveram alguma formação em países estrangeiros, durante essa condição de militares. Depois de deixarem a condição de militares, tiveram alguma agregação pedagógica para funcionar como facilitadores junto dos seus irmãos.
- O consultor João Martins perguntou se existe algum tipo de formação de professores, por parte do MED, para ensinar junto das comunidades San. O Director Geral da MBAKITA respondeu que não há formação de professores, e que os oito facilitadores foram integrados no regime de remunerações do MED, depois de uma advocacia da MBAKITA junto dos GPE.
- Quanto aos materiais pedagógicos que os facilitadores utilizam, o Director Geral referiu que o GPE disponibilizou alguns manuais de alfabetização em português. Não há outros meios. Os professores necessitam de mais capacitação e meios de ensino. O ensino em línguas locais é importante. As comunidades San, para além da língua !Kun, falam também Nganguela, Chokwe e Umbundu.
- A MBAKITA também procura intervir no sentido de se produzirem materiais em língua !Kun para a alfabetização destas comunidades. Era importante ter apoio nestas iniciativas quer para a língua !Kun quer para a Nganguela que também é utilizada. Os consultores referiram que o projecto contempla a produção de materiais didácticos em línguas angolanas para que as crianças tenham menos dificuldade na alfabetização, ao contrário do que acontece se não forem utilizadas línguas locais.
- A MBAKITA trabalha com as comunidades San e com os Vátua e os Kuepe. Na bacia hidrográfica do rio Cuando identificaram outro grupo minoritário, os kwamachi.
- Os oito professores leccionam nas comunidades ‘satélites’, ou seja, nas comunidades que foi possível assentar. Mesmo assim, há momentos em que há escassez de alimentos e as crianças abandonam as aulas e vão para a mata recolher frutos e os mais crescidos vão caçar. Isto ocorre sobretudo nos meses de Novembro e Dezembro, em que há mais absentismo devido a estas actividades de saída para as matas em busca de alimentos. Para a integração das crianças das comunidades nómadas é necessário pensar em escolas móveis, em que o professor acompanha as comunidades. Isto exige meios próprios, como tendas, e capacitação dos professores. A outra alternativa é procurar assentar as comunidades, de modo a ser mais fácil implementar escolas e serviços de saúde. Estão a analisar qual destes métodos é mais apropriado.
- Os consultores perguntaram qual a possibilidade de ensino à distância mesmo para as comunidades assentadas. O Director Geral respondeu que as possibilidades são muito limitadas. Das 30 comunas do Cuando-Cubango apenas cerca de três delas têm acesso a sinal móvel. As comunidades San dificilmente terão acesso a ferramentas de ensino à distância.
- Relativamente às experiências de assentamento destas comunidades, os consultores perguntaram em que medida isso obriga a uma alteração dos modos de vida e que riscos que existem de perda de identidade e de assimilação cultural. Em resposta a esta questão, foi referido que a experiência da MBAKITA demonstra que os assentamentos obrigam as comunidades a optar por modos de vida alternativos à caça, nomeadamente a prática da agricultura. As comunidades, com maior ou menor vontade, vêem-se obrigadas a aceitar os assentamentos, quer por motivos de escassez de alimentos devido a alterações climáticas quer devido à perda de território de caça e recolção para projectos turísticos, agro-industriais e constituição de parques naturais. A MBAKITA tem trabalhado com os governos locais no sentido de construir infra-estruturas que estejam de acordo com os hábitos das comunidades sem imposição de modelos. Não é fácil, de um momento para o outro, comunidades tradicionalmente nómadas ou semi-nómadas mudarem os modos de vida. No que respeita à aculturação, ao adoptarem uma nova realidade, certamente alguns usos são extintos. Por exemplo, 75% da dieta dos San é carne, 10% mel e 15% provém da recolção de frutos. Devido aos mega-projectos turísticos e agro-industriais, a dieta de 75% de carne não é possível porque o recurso à caça é limitado. Têm que recorrer a alimentos provenientes da agricultura. A nível de vestuário, estão a começar a vestir-se à ‘europeia’. As formas de expressão também são afectadas, bem como a tipologia das suas habitações. Tudo isto está a mudar, mesmo a identidade cultural.
- Quanto à relação das comunidades San assentadas com as comunidades Bantu vizinhas, foi perguntado à MBAKITA que tipos de dificuldades e problemas tem havido, nomeadamente ao nível de discriminação, exploração económica ou sexual, violência baseada no género. O Director Geral referiu que sempre existem problemas porque são povos diferentes e a coabitação não é fácil e leva tempo. Tem havido violações sexuais. Um dos maiores problemas é a discriminação dos San por parte das comunidades Bantu. Outro problema sério é o direito costumeiro à terra. Para uma comunidade San ter acesso a uma parcela de terra tem que

Actividade: Reunião virtual com a ONG MBAKITA

solicitá-lo à comunidade Bantu. Muitas vezes, depois de ceder uma parcela aos San, os donos voltam a reocupar a terra gerando conflitos e perda de áreas de cultivo dos San. A MBAKITA tem vindo a trabalhar com os governos locais, no sentido de fazer uma delimitação ou distribuição de parcelas de terra para essas comunidades. As administrações municipais não têm tido muita intervenção nestas situações.

- Quanto às experiências de assentamento de comunidades San, desenvolvidas na Huíla por outra ONG, a OCADEC, a opinião da MBAKITA é de que tem sido boa. No início foi difícil e as autoridades não consideraram estas comunidades como uma prioridade. Mas a situação tem mudado, nomeadamente com o novo Presidente da República. Mas no Cunene e no Cuando Cubango a situação mantém-se inalterada e não há muita abertura das autoridades locais.
- Os consultores perguntaram qual a experiência de intervenção da MBAKITA relativamente a aspectos como a exploração e abuso sexual e a violência baseada no género, quer entre a comunidade San e as outras comunidades quer dentro da comunidade San. O Director Geral respondeu que, relativamente à exploração sexual, nas províncias do interior a situação é um pouco complicada, devido ao início precoce da actividade sexual. Este início precoce faz com as meninas fiquem mais expostas. A miséria e a pobreza fazem com que por muito que as meninas sejam exploradas acabem por aceitar essa situação. Quase semanalmente ocorrem violações e abusos sexuais, geralmente em troca de algum dinheiro. Muitas vezes, acontece que os próprios pais mutas orientam as filhas para se prostituírem para obterem algum dinheiro ou alimento para casa. Nestas províncias são situações muito comuns. Muitas vezes os que exploram as crianças e as adolescentes nem sequer pagam o sexo, nem dão qualquer apoio às vítimas. São questões muito melindrosas com que se debatem no dia a dia. Muitas vezes os pais não querem falar e as meninas também não, mas é possível perceber que são factos comuns e o principal factor é a pobreza e a fome. Quanto ao encaminhamento das vítimas, depois de identificados os casos, encaminham para o INAC que os submetem aos serviços de investigação criminal e ao julgado de menores. Há consequências para os perpetradores, a Procuradoria dá encaminhamento, mas há atrasos de vários anos na resolução judicial dos processos.
- Relativamente à violência sobre crianças e seu encaminhamento para centros de acolhimento, a MBAKITA referiu que, até 2015, havia em Menongue um Centro de Acolhimento, mas depois do falecimento do responsável, padre João Bosco, o centro foi entregue ao Gabinete Provincial e está inoperante. Neste momento não há nenhum centro de abrigo para as crianças, nem apoio psicológico ou psicossocial.
- Sobre as principais causas de abandono escolar, a MBAKITA referiu que, a nível das meninas Bantu são as gravidezes precoces. Nas meninas indígenas é a discriminação. Quanto aos rapazes, quando há escassez de alimentos, os filhos são obrigados pelos pais a deixarem de estudar e ir procurar algum emprego para trazer renda para casa.
- Relativamente às idades mais precoces de casamento infantil e gravidez, a MBAKITA referiu que, entre os Bantu, o casamento e a gravidez das meninas podem ocorrer aos 13, 14 anos. Nos San, é ainda mais precoce. Há a tradição de atribuição da menina quase à nascença. Aos 7, 8 anos pode já haver consumação do casamento e gravidez pelos 12 anos.
- O grau de satisfação com os resultados obtidos nas actividades da MBAKITA é considerado baixo porque os projectos são geralmente de curta duração (6 a 12 meses) e muitas vezes quando terminam não têm suporte de continuidade, nomeadamente os projectos de agricultura. Nestes projectos, para haver impacto são necessários 3, 4, 5 anos para obter resultados. Se uma comunidade San é assentada durante um ano, aprende técnicas agrícolas, e depois o projecto termina, a responsabilidade do apoio passa para o governo e este não dá sequência, a comunidade regride. Por outro lado, o grau de satisfação também é baixo porque apenas tem sido possível apoiar uma pequena minoria destas comunidades.
- Em Angola o número de comunidades pertencentes a minorias étnicas é muito reduzido por falta de reconhecimento por parte do Governo. Muitas comunidades estão a retirar-se para a Namíbia ou para a Zâmbia e Botswana.
- Relativamente à pandemia de COVID-19, a MISEREOR deu apoio para a compra de material de biossegurança. Nesta base a MBAKITA promoveu a produção de 3.000 máscaras faciais, e a aquisição de 2.400 barras de sabão azul, 2.400 frascos de álcool gel e 3.000 frascos de lixívia. Foram distribuindo estes materiais nas comunidades de abrangência do projecto e continuam a fazer sensibilização da pandemia. Para um universo de 14.000 pessoas das comunidades indígenas, a quantidade de materiais distribuída é irrisória. Pediam apoio ao governo, mas não tiveram resposta. As campanhas continuam, porém, a ser feitas. As comunidades beneficiadas pela ajuda são as que estão mais acessíveis. As que estão mais longe nem sempre é possível apoiá-las porque a MBAKITA não tem meios de transporte adequados.
- Até ao momento, o Cuando Cubango não tem nenhum caso positivo, mas as comunidades estão preocupadas porque é a única província que ainda não está a fazer testes à COVID-19, pelo que só quando os teste começarem a ser feitos é que se saberá o que se passa. Mas se as províncias vizinhas já têm casos, certamente o Cuando Cubango também os terá.
- Relativamente ao facto de não receber apoios financeiros do Governo, o Director Geral referiu que apenas nos últimos tempos é que o Governo se está a abrir para a sociedade civil. Tendo em conta o âmbito de intervenção

Actividade: Reunião virtual com a ONG MBAKITA

da MBAKITA o governo achava que não era prioridade dar apoio a uma ONG que trabalha junto das comunidades indígenas.

A MBAKITA disponibilizou-se para colaborar no Projecto de Empoderamento de Raparigas e PAT II, e fornecer outras informações que venham a ser consideradas necessárias.

A consultora Sofia Antunes agradeceu a disponibilidade da MBAKITA e todas as informações prestadas e referiu que a MBAKITA se encontra incluída entre as partes interessadas do projecto e como ONG com capacidade de mediar as intervenções do projecto junto das comunidades San e outros povos vulneráveis.

Actividade: Reunião virtual com a participação dos Gabinetes Provinciais de Educação

Data:	29 de Setembro de 2020	Local:	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM
Grupo de PI:	Gabinetes Provinciais de Educação	N.º Participantes:	20
Objectivos da Actividade:	Recolher dados e informações sobre experiências e opiniões dos GPE em relação aos diversos grupos vulneráveis a considerar no âmbito do projecto.		

Resumo da Actividade:

Esta reunião foi realizada no seguimento dos questionários enviados aos GPE, para recolha de informação sobre grupos vulneráveis, a considerar no âmbito do projecto.

Na reunião participaram:

- Pedro Isaac, do GEP do MED, em representação do Eng.º Dilson Faria
- Pedro Santos, Gestor Adjunto do Projecto de Educação para Todos (participou apenas na primeira parte da reunião)
- Isel Epalanga, Chefe de Departamento de Apoio Social ao Aluno e Educação Extra-Escolar do MED
- Ivone Augusto, Técnica do Instituto de Formação de Quadros e responsável pela implementação da subcomponente do projecto referente à formação contínua de professores
- Andrade Sebastião, membro da equipa de gestão do PAT
- Abel da Silva, coordenador do projecto PAT no Huambo
- Albano Guerra, Contabilista do projecto PAT no Huambo
- Benício Puna, Coordenador do projecto PAT na província da Huíla
- Brito Vieira, em representação do Senhor Director do GPE de Malanje
- Celina Kiangala, em representação do GPE do Kwanza Norte
- Hélder Maia, assessor da Senhora Vice-Governadora para a área da educação, da Huíla
- Constantino Gama, em representação da Directora do GPE de Uíge
- Senhor Francisco, em representação do GPE de Uíge
- Frederico xxx, Secretário de Educação da Província de Cabinda
- Senhor Heriberto, Contabilista do GPE de Kwanza Sul
- José Alfredo, em representação do Senhor Inácio Buta Tito, Director do GPE de Cuanza Sul
- Maria Bernardete, GPE de Kwanza Sul
- Miguel Zinga, Secretário de Educação da Província de Cabinda
- Senhor Contabilista do projecto PAT na província do Bié
- Sofia Antunes (Consultora)
- João Martins (Consultor)

Para além das apresentações das pessoas presentes, os primeiros 45 minutos da reunião tiveram por objecto as disponibilidades, dificuldades e necessidades de cada província no que respeita à produção de sabão a fornecer às escolas, no âmbito do projecto PAT.

Este tema não é objecto de desenvolvimento no presente documento.

Deste modo, sumarizam-se de seguida os principais pontos abordados na reunião, relativamente a grupos vulneráveis:

- O Senhor Pedro Isaac abriu a reunião e apresentou os objectivos do projecto e sua importância para Angola.

Actividade: Reunião virtual com a participação dos Gabinetes Provinciais de Educação

- A Consultora Sofia Antunes abriu a discussão sobre grupos vulneráveis, apresentando os objectivos da reunião, e solicitou a intervenção dos presentes relativamente aos vários temas constantes do questionário enviado, começando pela violência baseada no género relacionada com a escola, nomeadamente no que respeita a mecanismos de recolha de queixas e encaminhamento das vítimas.

- O Senhor **Secretário de Educação de Cabinda**, Miguel Zinga, interveio sobre a questão da violência, nomeadamente a violência física entre alunos. Anteriormente, foi Director Escolar e, nessa qualidade, nunca procurou resolver esses assuntos de forma disciplinar, mas de forma a conciliar os alunos, com o envolvimento de pais e encarregados de educação. Deu um exemplo do bom êxito obtido com este método. Muitos casos de violência escapam às escolas, porque muitos meninos e meninas, por vezes com receio de medidas disciplinares ao nível da escola, não denunciam os casos e procuram resolver os assuntos entre eles, fora da escola.

Referiu que todas as províncias têm Gabinetes Provinciais de Acção Social e é a esses gabinetes que as famílias recorrem para denunciar a violência doméstica. As escolas devem trabalhar com esses gabinetes para começarem a fornecer estatísticas e informações, para as escolas verificarem se dela constam casos de pessoas em idade escolar.

Relativamente a casos de abuso sexual ou assédio sexual na escola e como foram tratados, referiu que não teve registos. Algumas alunas queixavam-se de que alguns professores insinuavam que não teriam aprovação caso não acessem ao assédio. No entanto, no instituto médio técnico onde foi Director, o sistema de avaliação não dá muita margem para o professor chantagear a aluna. Procurou ter em atenção estas situações, mas, durante a sua experiência como Director nunca houve casos registados de envolvimento de professores com alunas.

O Dr. Miguel Zinga, referiu que há relatos em Cabinda sobre violência de género nas escolas, mas não têm estatísticas próprias. Estão a pensar em recorrer a entrevistas com directoras de escolas e também recorrer às instâncias provinciais no sector da acção social, família e género, a que as famílias recorrem. Estão receptivos ao projecto e vão trabalhar nesse sentido.

- O senhor José Alfredo, do **GPE de Cuanza Sul**, referiu que em relação aos casos que ocorrem, existe falta de cultura de denúncia, porque as adolescentes têm receio de o dizer e, se o referem aos pais, estes calam-se. Quando reportam às escolas, estas também ficam algo surpreendidas, mas há casos em que o assunto avança e há encaminhamento destes casos para a polícia.
- A Consultora Sofia Antunes referiu que um dos objectivos do projecto é implementar mecanismos de denúncia que sejam seguros para as meninas e que garantam a sua segurança e conforto.
- Passou-se de seguida para os problemas de inclusão ou discriminação, na escola, de pessoas LGBTI.
- O senhor Constantino Gama, representante do ensino especial de Uíge e representante da Directora do **GPE de Uíge**, referiu que teve algumas experiências com crianças transexuais, reportando um caso de uma criança do sexo feminino que se identificava como menino e preferia os brinquedos e a companhia dos meninos. A família ficou preocupada e a escola também ficou equivocada com esse comportamento e enviaram a criança para o ensino especial. Ela foi integrada no ensino especial, foi matriculada e assistiu a aulas e falaram com a família para não insistirem em forçar a criança a ter comportamentos que não queria. A integração da criança foi boa e já está neste momento a frequentar a 7ª classe.

Relativamente à adaptação das escolas para integrar as crianças portadoras de deficiência, o Dr. Constantino Gama referiu que o processo de educação inclusiva envolve professores generalistas e professores técnicos de educação especial. Actualmente, existe segregação, com escolas de ensino especial, o que é uma visão ultrapassada, mas para integrar as crianças nas turmas ditas normais é necessária formação dos professores. No Huíge têm mais de 689 técnicos de educação especial que dão formação aos restantes professores para inclusão das crianças portadoras de deficiência.

- O Dr. Benício Puna, da representante do **GPE da Huíla**, abordou a questão LGBTI. Na realidade da Huíla ainda se consideram estas situações como não culturais. A nível das escolas é muito raro ocorrerem e quando se procura identificar alguém isso comporta alguma discriminação. As pessoas são objecto de muito *bullying*, por vezes são afugentadas, e os outros tendem a não se aproximar destes jovens e há estigmatização. Por vezes há alunos que se recusam a frequentar as turmas onde existem jovens com estas características. Então, as pessoas tendem a esconder-se e as escolas e os Gabinetes Provinciais não tomam conhecimento das situações.

Quanto à situação da educação inclusiva, o Gabinete Provincial da Huíla tem uma área de atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais e estão a desenvolver um projecto de formação, não apenas com especialistas, mas de professores a nível da escola, para os capacitar sobre como trabalhar com este tipo de crianças. Outro aspecto que é muito necessário e importar resolver é o facto das infra-estruturas escolares que não estarem preparadas para a mobilidade das pessoas com deficiência. Portanto, nos projectos de construção de novas escolas estas situações têm de ser salvaguardadas.

O Dr. Puna voltou à questão da violência e assédio sexual na escola referindo que, a nível provincial, têm parceiros muito fortes, nomeadamente sindicatos de professores, com os quais reúnem regularmente para

Actividade: Reunião virtual com a participação dos Gabinetes Provinciais de Educação

abordar as questões de violência e assédio, com base na sua experiência de contacto frequente com os professores. Outra questão é saber quem são os perpetradores. De um lado são os professores, mas também acontece que as próprias meninas tendem a provocar alguns professores, sobretudo os mais novos. Estes aspectos têm criado discussão entre os professores e as direcções escolares. Também são promovidos encontros com os pais e encarregados de educação no sentido de saber como a criança se comporta em casa e se esse comportamento é compatível com o comportamento na escola. Outro aspecto importante para a mitigação destes aspectos, na Huíla existem em algumas escolas gabinetes de apoio psicopedagógicos, sobretudo ao nível do 1º e 2º ciclo, que têm desempenhado um grande papel na questão da minimização da violência relacionada com a escola.

- Em relação às pessoas LGBTI, o Dr. **Pedro Isaac** referiu que todas as questões são pertinentes, mas é preciso pensar na base, nas causas, sabermos as condições familiares, o nível de escolaridade dos pais, como é que as crianças são acompanhadas. Quando as crianças têm medo de denunciar é porque não foram educadas de outra forma, e já sofrem na família. Perceber as causas para encontrar as soluções correctas. Uma criança que não tem direito à palavra em casa, tem tendência a pensar que não tem direito à palavra na escola ou em qualquer outro meio social. Há necessidade de criar mecanismos de informação para que as pessoas possam conhecer os seus direitos e deveres. Se os pais não os conhecem não podem transmiti-los para os filhos. Existe um índice muito elevado de analfabetismo.
- Dr. Frederico, representante do **GPE de Cabinda**, referiu que através do contacto com os gabinetes de ensino especial é possível, a partir do acto da matrícula identificar crianças com deficiência, mesmo aquelas que não são muito pronunciadas. No seguimento questionou se não existiria algum procedimento para identificar os gays, lésbicas e transexuais, já que por uma questão de cultura, tendem a esconder-se. Isto acarreta outra questão. Eles escondem para se enquadrarem melhor. Se se vai identificar, poderão sofrer mais e vir a abandonar a escola.
- Os consultores Sofia Antunes e João Martins referiram que é muito difícil estabelecer mecanismos para identificar este tipo de situações, a menos que as pessoas assumam essa condição. É preciso criar um ambiente que seja inclusivo, discutir o assunto na escola, na sociedade e na comunicação social, de modo a que estas situações sejam integradas na sociedade, sem discriminação. Podem criar-se clubes para os meninos e meninas discutirem estas situações, com a ajuda de coordenadores ou orientadores. A escola não deve procurar identificar, à partida, as pessoas que podem ser LGTBI, porque essas pessoas podem não querer ser identificadas como tal. Porém, a escola deve estar atenta a estas situações e, quando estes jovens se assumem como LGBTI ou ao menor sinal de *bullying*, discriminação ou violência, a escola deve proporcionar todo o apoio a estes jovens, e tudo fazer para que se sintam bem e integrados na escola. Deve também intervir junto dos restantes alunos no sentido de promover a sua aceitação junto dos colegas.
- Passou-se à discussão do tema dos povos indígenas, nomeadamente os povos San e outros grupos étnicos vulneráveis. Os consultores abriram o tema e solicitaram informação sobre o mesmo aos representantes das províncias onde estes povos existem, nomeadamente ao nível da discriminação, necessidades básicas e necessidades específicas das crianças e jovens.
- O Dr. Hélder Maia, representante do **GPE da Huíla**, referiu que a criança está inserida numa família, num contexto geográfico e a escola, com os seus princípios e as suas normas, entra muitas vezes em choque com a realidade em que a criança se insere. É necessário discutir se a escola está a contribuir para a resiliência das famílias, seja em ambiente COVID-19, que trouxe um transtorno na economia familiar, quer no contexto das alterações climáticas que nas províncias do sul trouxe fome e maiores carências, quer ainda relativamente à escola, cujo calendário escolar, horário e conteúdo urbanizado, não ajuda à resiliência familiar nem contribui para economia familiar. O meio urbano é diferente, tem também os seus problemas e o seu contexto.

Por outro lado, devem ser reforçados os gabinetes psicopedagógicos. Foram contemplados na legislação, mas falta operacionalizá-los. Falta formar os professores que estão nesses gabinetes. É necessário dar-lhes uma linha de orientação vocacional e profissional para ajudar as crianças a perceber o que poderão fazer.

Quanto às crianças portadoras de deficiência, os todos os GPE devem ter gabinetes de apoio às crianças com necessidades especiais e é preciso formar os professores, nem que seja uma equipa por ZIP, que tenha a capacidade de detectar as deficiências e apoiar os outros professores no trabalho com essas crianças. Além do professor da turma, é necessário ter um professor que vai acompanhar as crianças com necessidades educativas especiais, em determinados momentos do seu dia escolar.

Quanto ao analfabetismo e abandono escolar, em 2016 foi feito um estudo na Província da Huíla, com a colaboração da UNICEF, sobre as causas do abandono escolar, através do qual foram identificadas algumas barreiras culturais e o facto da escolar ocupar as crianças num período em que as famílias precisam delas para contribuírem para a economia familiar. Não se trata de trabalho ou exploração infantil, trata-se da sua contribuição para a economia familiar. O Dr. Hélder referiu que encontrou, nas suas pesquisas, manuais de habilidades para a vida, feitos em Moçambique, de alfabetização com uma componente agro-pecuária. Sugeriu que esses manuais fossem usados como exemplo para agregar à alfabetização algumas habilidades para a vida.

Actividade: Reunião virtual com a participação dos Gabinetes Provinciais de Educação

O Dr. Hélder referiu, ainda, alguns problemas que a escola tem, não apenas ao nível da estrutura física, como também do saneamento. Sugeriu que, no âmbito do projecto, se considerasse a possibilidade de utilizar painéis solares para produzir a energia eléctrica necessária ao funcionamento das bombas de água, nos locais em que seja mais fácil conseguir água através de furos do que ir captá-la mais longe. Sugeriu ainda que a escola possa ser um ponto de encontro para as famílias poderem estudar.

- A consultora Sofia Antunes colocou a questão dos problemas de transferência de renda para as famílias, para apoiar a permanência das crianças na escola, e das dificuldades relacionadas com a necessidade de conta bancária ou terminal bancário e cartão que, nas áreas rurais é muito difícil. De que modo é possível resolver estas dificuldades.
- O Dr. Hélder referiu que estão a fazer experiências de transferência de renda e que se têm deparado com diversos problemas associados ao facto de onde existem maiores carências, existem também menos serviços bancários. Com base nos resultados das experiências que estão em curso vão procurar expandir o programa de transferência de renda para outras comunidades. Por outro lado, verificaram que onde havia merenda escolar a afluência de crianças à escola era maior e o índice de abandono era menor. Quando a merenda escolar foi suspensa as famílias deixaram de ter essa motivação para enviar as crianças para a escola. Seria também importante que parte das transferências se traduzisse em produção de alimentos para a merenda escolar das crianças. Na Cacula há uma associação de mulheres camponesas que utilizam a farinha da batata doce para fazer alguns bolos que os pais compram para fazer parte da merenda escolar.
- A Consultora Sofia Antunes colocou a questão da possibilidade de escolas itinerantes para as crianças das comunidades nómadas e semi-nómadas.
- O Dr. Hélder referiu que existem alguns levantamentos para perceber quem são as crianças que acompanham o gado. Verificou-se que as crianças até aos 11 ou 12 anos ficam com as mães, ajudando a tratar os animais de pequeno porte. Os mais velhos e com maior resistência é que acompanham a deslocação do gado, mas não se sabe bem quais as rotas e quantas crianças estão envolvidas. Poderia aproveitar-se o projecto para fazer este levantamento, em colaboração com a academia, e identificar as necessidades destas crianças, nomeadamente na Huíla, Cunene, Namibe e Cuando Cubango.
- O Consultor João Martins solicitou ao Dr. Hélder opinião e informações sobre as experiências de sedentarização de comunidades San, que estão a ocorrer na província da Huíla, de que modo o processo está a decorrer, como é que a integração das comunidades está a ser feita e de que modo as crianças estão a ser escolarizadas.
- O Dr. Hélder referiu que, nos municípios de Cacula e Quipungo, a OCADEC tem estado a dar formação aos adultos sobre como se cultiva. Não só a guerra diminuiu as áreas de caça e recollecção, como também as alterações climáticas vieram criar maiores dificuldades e obrigaram as comunidades a assentar. Na escola conseguiu-se inicialmente montar tendas em que essas crianças foram integradas com outras crianças, para os professores poderem ensinar. Mas as tendas são perecíveis e estão a pensar como passar para instalações fixas. Este projecto incluiu o registo e quase todos têm bilhete de identidade. Ao nível da saúde foram tratadas questões de malnutrição e vacinação. Trata-se de um projecto integrado.
- As línguas utilizadas na educação integrada são o português e a língua da maioria. A língua San está a ser secundarizada, mas em Quipungo já existe uma facilitadora San que ajuda ao ensino das crianças na própria língua. Mas há perigo de a língua desaparecer porque a interacção com os povos à volta obrigou-os a San a aprender as outras línguas e não o contrário.
- O consultor João Martins perguntou, ainda, de que modo as comunidades San estão a adaptar-se, se voltam ao seminomadismo, como estão a reagir, inclusivamente no que respeita ao regime alimentar, que muda por completo, como estão a adaptar-se a estas transformações.
- O Dr. Hélder respondeu que não podem voltar ao nomadismo porque já não têm espaço para caça e recollecção de frutas. Por outro lado, já estão a cultivar há sete anos, o que já deu algum tempo para adaptação, nomeadamente a outro regime alimentar, ultrapassando algumas dificuldades iniciais ao nível da saúde. Mesmo que queiram voltar ao nomadismo já não encontram muito espaço para o fazerem.
- O Dr. José Alfredo referiu que a opção por escolas móveis seria talvez a melhor para o apoio às crianças das comunidades nómadas e semi-nómadas. Quanto ao uso das línguas considerou que é um problema. As línguas estão em risco de extinção muitas ainda não estão fixadas. O projecto deveria também trabalhar com o Instituto Nacional de Línguas porque possuem outro conhecimento a nível sociolinguístico e experiência em línguas nacionais e sua incorporação o sistema de ensino.
- A consultora Sofia Antunes referiu que um dos objectivos do projecto é implementar o ensino em línguas locais.
- A Dra. Isel Epalanga referiu que foi feita uma visita juntamente com o Banco Mundial a comunidades San na Huíla e visitaram também o projecto TUPI e verificaram as preocupações e necessidades das populações que precisam de muito de apoio porque passam o tempo a cultivar o campo dos outros porque não terem terras próprias e, quando chegam as chuvas já não têm comida e passam muitas dificuldades.

Actividade: Reunião virtual com a participação dos Gabinetes Provinciais de Educação	
<ul style="list-style-type: none"> • A consultora Sofia Antunes agradeceu a participação de todos e apelou à resposta escrita aos questionários. • O Dr. Isaac agradeceu a todos e encerrou a reunião. 	

Actividade: Reunião virtual com o INIDE			
Data:	13 de Outubro de 2020	Local:	Reunião realizada <i>online</i> através de ZOOM
Grupo de PI:	Instituições governamentais: INIDE	N.º Participantes:	3
Objectivos da Actividade:	Recolher dados e informação relevantes para a integração dos grupos vulneráveis projecto. Foram igualmente abordadas questões relacionadas com os sistemas de avaliação de alunos e professores, orientação pedagógica e aspectos relacionados com a redução da pobreza da aprendizagem.		
Resumo da Actividade:			
<p>Esta reunião foi realizada no seguimento do questionário enviado ao INIDE para recolha de informação sobre grupos vulneráveis, a considerar no âmbito do projecto.</p> <p>Na reunião participaram o Senhor Dr. Diasala André, Director Geral Adjunto do INIDE para a Área Pedagógica e Investigação Educacional, Sofia Antunes (Consultora) e João Martins (Consultor)</p> <p>Sumarizam-se de seguida os principais pontos abordados nesta reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativamente a temas como a VBGRE, a temática relacionada com as pessoas LGBTI, e a forma como são abordadas ao nível da Educação Sexual Abrangente, o Senhor Director referiu que, no âmbito da revisão dos currícula, constataram que a abordagem destes temas não é ainda suficiente. Estão a trabalhar num programa de adaptação curricular onde estão a ser consideradas todas estas questões, num processo de procurar integrar estas temas de uma forma mais consistente, numa perspectiva curricular. • Para além disso, têm vindo a ser desenvolvidas sessões de formação de professores para conferir competências aos professores, na perspectiva de uma formação contínua, nomeadamente, no âmbito das competências para a vida. Questões como direitos humanos, nutrição, ambiente, e Educação Sexual Abrangente (ESA), têm vindo a ser abordadas. Têm vindo também a trabalhar com o FNUAP de forma direccionada às questões de ESA. Este ano foi também desenvolvido trabalho com colegas do Lesotho, Namíbia e Moçambique, para trocarem experiências nesta área. Têm trabalhado com outras entidades e sectores no sentido de se fazer uma abordagem transversal. Muitas destas questões estavam relegadas para a disciplina de Educação Cívica. Porém, não apenas devido aos limites de carga horária desta disciplina, mas também tendo em conta a abrangência destas questões, estão a trabalhar numa abordagem transversal, de modo a que em todas as disciplinas seja possível encontrar pontos de inserção para abordar estas questões de forma transversal. • No âmbito destes temas, incluem-se também as questões do assédio sexual e violência baseada no género. A este nível o INIDE tem também trabalhado com o UNICEF. Procura-se criar mecanismos para prevenir ou evitar algumas situações, como tem acontecido com a gravidez precoce, em que as meninas ou abandonam ou passam para o ensino nocturno, onde vão estar juntamente com jovens adultos. Muitas vezes, a menina acaba por ser a única a sofrer mais. Haverá que criar um quadro legal para enquadrar estas questões, e passar competências para prevenir estas situações e não agravar a situação das meninas. • O mesmo acontece com a questões LGBTI em que existe ainda um grande tabu e não há quase nada nos currícula vigentes. • Estão a catalogar todas estas questões e a trabalhar para a sua integração transversal em toda as disciplinas. Espera-se este ano concluir os conteúdos, publicar os materiais em 2021 e, em 2022, integrar estes temas no ensino, de forma gradual. Haverá certamente ajustamento neste cronograma porque ocorreu uma alteração no ministério e, devido à pandemia, os trabalhos foram interrompidos. • As questões dos povos minoritários e das línguas angolanas também estão contempladas. O Plano de estudo prevê a integração de línguas angolanas bantus, no ensino primário e no ensino secundário, de forma obrigatória. Escolheram até ao momento 9 línguas que já têm alguns estudos produzidos ao nível do Instituto Nacional de Línguas, entre as quais o Kikongo, Kimbundo, Umbundu, Kwanhama, Nganguela, Chokwe. Estão a fazer uma auscultação e discussão pública sobre a estratégia de implementação. Como, por exemplo, quais as línguas ensinadas em cada província, em função das populações locais. Estão a envolver o Instituto Nacional de Línguas, mas também as Universidades porque é necessária produção de conhecimentos sobre a fora como integrar estas línguas locais no sistema formal de ensino. 			

Actividade: Reunião virtual com o INIDE

- No entanto, a nível da alfabetização, a abrangência em línguas é mais ampla, e são utilizadas muito mais línguas. Há, porém, dificuldades ao nível dos meios de ensino, nomeadamente a distribuição de livros escolares.
- Na proposta de conteúdo curricular tem também vindo a ser considerada a questão de conteúdos mais adaptados às necessidades e realidades das comunidades e valorização dos saberes locais. A alteração à Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, ocorrida em 2020, recomenda que os currículos integrem pelo menos 20% de conteúdos locais.
- Têm também em consideração as necessidades de materiais para crianças portadoras de deficiência. Têm trabalhado com equipas de INEE na concepção do novo plano de estudo para formação de professores, no ensino primário, capacitando-os para as questões ligadas às necessidades das crianças portadoras de deficiência.
- Sobre a forma de integrar as crianças portadoras de deficiência na escola, criando turmas especiais ou integrando-as nas turmas ditas normais, inicialmente os programas estavam a ser desenvolvidos para criar escolas dedicadas ao ensino especial, mas o que tem sido feito é identificar essas crianças nas escolas ditas normais e fazer uma ampla formação de professores para poderem trabalhar com estas crianças. Este programa começou com alguma intensidade, mas tem vindo a perder força. Também se está a procurar integrar especialistas a nível das escolas, mas há dificuldades de recrutamento e colocação desse pessoal. Estão a apostar na formação de professores, para que cada um tenha competências mínimas e, paralelamente, integrar especialistas. Está-se no início e é um grande desafio, que inclui também o problema da disponibilidade de materiais de ensino. Há ainda necessidade de adaptação legal para poder haver contratação de profissionais, cuja profissão ainda não é legalmente reconhecida, como é o caso dos intérpretes de língua gestual.
- Quanto ao tema das avaliações de desempenho de professores e alunos, o INIDE está a trabalhar no sentido de operacionalizar o sistema de avaliação das aprendizagens dos alunos. Mas, mais do que isto, constatou-se que os professores não têm sido suficientemente preparados quer ao nível das metodologias de ensino, mas também nas questões da avaliação da aprendizagem, em si. No plano de estudos da formação inicial de professores foi integrada uma abordagem a estas questões por forma a melhorar as competências de avaliação dos professores.
- Há, por um lado, uma pobreza da aprendizagem porque os professores não possuem ferramentas necessárias, mas também as formas e os instrumentos que utilizam na avaliação nem sempre são as que promovem a aprendizagem ou permitem dar os indicadores justos da qualidade da aprendizagem dos alunos. Estes temas têm sido discutidos e acharam necessário promover também estas questões na perspectiva da formação contínua dos professores.
- A avaliação tem sido um aspecto fulcral. Tem havido alguns problemas resultantes da segunda reforma educativa, como a questão na monodocência na 5ª e 6ª classes, mas também a transição entre ciclos de aprendizagem. Os professores não foram capacitados para trabalhar com os relatórios descritivos e como trabalhar para remediar as dificuldades dos alunos. No caso das transições automáticas, as crianças, aprendendo ou não, passam e, mesmo nos ciclos de transição, como por exemplo na 3ª classe, aparecem crianças sem as competências mínimas para a transição. São aspectos que preocupam e está-se a trabalhar para desenvolver as competências pedagógicas dos professores, mas também os instrumentos de avaliação.
- Quanto à supervisão pedagógica há um défice. O INIDE está a constituir uma equipa de apoio pedagógico e constatou-se que mesmo aqueles bons professores que tiveram um bom perfil ao longo da sua formação tinham regredido no seu desempenho, por falta de estímulo, exigência e apoio pedagógico. Constituíram uma equipa de supervisão pedagógica para estes professores e têm evoluído imenso. Há historicamente a figura do inspector, mas tem uma conotação repressiva. Já houve uma tentativa de criar a figura do pedagogo, mas não surtiu efeito. O director pedagógico não exerce a função nem o coordenador das disciplinas ou áreas disciplinares. Achou-se, assim, necessário criar a figura do supervisor para apoiar os professores, encorajá-los no que vão fazendo de bom e apoiá-los para suprir as suas debilidades. Há uma proposta de supervisão pedagógica no âmbito da formação de quadros, mas ainda não está efectuada. Mas terá um grande impacto na qualidade das aprendizagens.
- A descentralização a nível de províncias e municípios poderia ser uma chave para facilitar a melhoria do ensino, mas por outro lado, há problemas em conseguir, a nível local, um nível de quadros suficiente e competente para fazer este trabalho. É um grande desafio.
- O Senhor Director Geral Adjunto concluiria referindo a importância do programa PAT II para a mitigação dos problemas que afectam a qualidade das aprendizagens e para a melhoria do ensino.

Anexo II: Lista de participantes nas actividades de envolvimento com Partes Interessadas

Workshop para preparação da cadeia de resultados do projecto (realizado no dia 27.01.2020)



LISTA DE PRESENÇA

Data: 27/01/2020

Tema: workshop sobre Cadeias de Resultados

Nº	Nome	Direcção/ Instituição	Telefone	Email
1.	MBUNGA KUMBA	PAT/MED	923 640 537	mbunga.kumba@gmail.com
2.	Nzinga Nicolau	GI	923 397 191	Nzinga.Nicolau@MED.gov.ao
3.	Gabriel Boaventura	DNEG / Director	924 129 347	gabrielboaventura1968@gmail.com
4.	DIASALA FRANCISCA ANAS	INIE	923 332 249	diassalafranciscas@gmail.com
5.	Márcia Ferreira	JNEG	923 913 006	marcia.ferreira.2014@gmail.com
6.	Françoisa Macete de Carvalho	DNEPE/MED	91861814/93.042103	chindamacete27@hotmail.com
7.	Manisa dos Santos	DNEPE	923 397 186	manisadosantos2011@hotmail.com
8.	Dárcia de A.C. Luís	PAT	923 556 218	darcia.luis@pat-med.org
9.	Carla Sousa	PAT	921 364 128	carla.sousa@pat-med.org
10.	Marcia Paulo	PAT	925 4070 03	Marcia.paulo@pat-med.org
11.	Paulo João M. Gomes	INEE/MED	928 22 53 74	Walterjoao2002@yahoo.com
12.	Luís Carlos de Carvalho	DNESTP-MED	923 606 203	carlosca.carvalho@med.gov.ao
13.	Ilca Patrícia P.M. Neto	DNESTP-MED	922 437 634	ilcarpatricia@netmail.com
14.	Sumo António Lio	INIE	923 454 545	spagorliu@hotmail.com
15.	Rui J. António	DNEA/MED	922 06 59 81	Ruiantonio2716@yahoo.com



Nº	Nome	Direcção/ Instituição	Telefone	Email
16.	Maria Feliana Quiliza	DNAA	948 48 19 39	quizela2010@hotmail.com
17.	Beninda Lucilinda	INEE	923 42 23 94	mdalhalaz2@yahoo.com.br
18.	GERALDO CARVALHO	INIE/G	934 26 60 30	geraldo2014@gmail.com
19.	Lucia Pascoal	GEPE	923 31 52 51	Lucia.pascoal74@gmail.com
20.	H. Jesus Rebelo	PAT	91 89 8 10 20	hucapita@gmail.com
21.	Teixeira, Fátima Cabral	GEPE/PAT	921 80 11 61	fatimeteixeira@hotmail.com
22.	Fátima Figueiredo Gomes	DNEA	923 86 64 01	fatimafgomes713@gmail.com
23.	Rodrigo A. C. Dias	DNEA	928 23 34 81	moderador19@gmail.com
24.	Sebastião Almeida	GINED	922 30 83 77	sebastiaoalmeida@hotmail.com
25.	LÉNGO NEZINGO	GTI	923 56 70 22	lengonezingo@yahoo.com
26.	Maria da Cruz G. Gomes	INEE	942 02 72 60	mariaadacruzgomes@yahoo.com
27.	W. Mató Neto	DNAA	923 82 07 72	wmatonet@gmail.com
28.	Luís Carlos de Carvalho	DNAA	923 64 35 56	estevescarvalho20@gmail.com
29.	Adelinda Ch. Luís	INIE	935 42 36 71	adelindaluiz@gmail.com
30.	Sílvia Silva	INIE	923 41 36 20	silviasilva@gmail.com
31.	Dilson de Faria	GIEMF	923 45 7 109	dilsonfaria@hotmail.com
32.	Henri Neto de Figueiredo	GIEMF / Director	923 79 26 63	henrefigueiredo61@gmail.com
33.	Paula Maria de Carvalho Mendes	INIE/PAT	923 31 23 89	pmendes94@yahoo.com
34.	Paulo Carlos Gomes	PAT	923 74 29 63	paulo.gomes@pat-med.org
35.	PEDRO AGUIAR	PAT	988 9 93 671	pedro.gomes@pat-med.org
36.	Franco João Pedro	DNEA - Director	923 49 52 73	franjoao@hotmail.com
37.	Fátima Helena Gomes	GTI - Director	923 50 70 32	fatimacgomes1982@hotmail.com
38.	Isabel Isabel Epalanga	DNEA - MED	934 01 86 19	isabelisabel@yahoo.com

Reunião com parceiros sociais para definição de estratégias e responsabilidades para a implementação do Projecto (realizada no dia 24.07.2020)



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PROJECTO APRENDIZAGEM PARA TODOS

LISTA DE PRESENÇA – 24.07.2020

Assunto:

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	Função	Telefone	EMAIL
1		Domingos Torres	DNASE	923331312	diditorres2@hotmail.com
2		Isel Isabel Epalanga Sossou	DNASE/MED	934018619	eestherisabel@yahoo.com
3		Enrica Fortes Lima	UNFPA	921849352	eortles@unfpa.org
4		Marina Coelho	UNFPA	926 63 10 13	m.coelho@unfpa.org
5		Rikke Viholm	ADPP	923605836	RIKKE.VIHOLOM@ADPP-ANGOLA.ORG
6		Alcina Joaquina	MINJUD	923618873	rosildjoaquim@hotmail.com
7		Alcina Cunha	"	924264187	alcinacunha_91@hotmail.com
8		Evaristo Waya	MED-DNEA	922445293	evardito@hotmail.com
9		João Carlos Diniz	DNSP-ITINS4	923332915	joao Carlos Diniz 2018@gmail.com
10		João A. M. B. B. B.	DNA.S.E	912357730	joaquinabebado@gmail.com
11					
12					
13					
14					
15					
16					

Reunião de consulta pública referente ao PPA (realizada no dia 19.08.2020)

PRESENCAS – CONSULTA PÚBLICA SOBRE O “PROJECT PREPARATION ADVANCE” (PPA) PARA PAT II.

Nº	INSTITUIÇÃO	NOME	FUNÇÃO	CONTACTOS	E-MAIL
1		Domingos Torres	Director Nacional	+244 923 331 312	diditorres2@hotmail.com
2	DNASE/MED	Isel Isabel Epalanga	Chefe de Departamento	+244 934 018 619	eestherisabel@yahoo.com
3		Viriato Neto	Director. Nacional		viriatoneto@gmail.com
4	DNAA/MED	Moisés Perdão	Técnico	+244 923320944	moisesperdao@gmail.com
5		Guilhermina Sousa	Técnica		minuchasousa@gmail.com
6	DNETP/MED	Andrea Otanhã	Chefe de Departamento	+244 912 131 130	a.oatonha@gmail.com
7	DNEA	Pedro Garcia	Técnico		
8	GEPE/MED	Dilson de Faria	Chefe de Departamento	+244 923 457 109	dilsonfaria@hotmail.com
9	PAT	Pedro Aganian	Gestor Adjunto PAT	+244 928 393 672	Pedro.santos@pat-med.org
10	Consultoria	Sofia Antunes	Consultora A& S para o PAT II	+351 967 391 969	Sofiaalexandraantunes@gmail.com
11	INAC/MASFAMU	Elisa Gorgel	Directora Nacional	+244 923 418 211	Elisagourgel2@hotmail.com
12	INEFOP-MAPTESS	Guilhermina Samunda	Técnica		guigui-s@hotmail.com
13		Alcina cunha	Coordenadora do Projecto JIRO	+244 924264187	alcinacunha_91@hotmail.com
14	MINJUD	Rosa Joaquim	Técnica do Projecto JIRO		rosildjoaquim@hotmail.com
15	Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente Ambiente	Vilma Mbumba	Chefe de Departamento de Prevenção de Impactos Ambientais DNPA	+244 935 001 382	Vilma.mbumba@mcta.gov.ao
16	UNFPA	Marina Coelho	Assistant Representative UNFPA Angola	+244 926 631 013	mcoelho@unfpa.org
17		Rikke viholm	Presidente Conselho Ad. ADPP Angola	+244 923605836	rikke.viholm@adpp-angola.org
18	ADPP	Evaristo Waya	Técnico WASH Section		Evaristo.waya@adpp-angola.org
19	MENTOR	Pablo Eulogio	Coord. Nacional Água, Higiene e Saneamento	+244 935 593 888	pablo@mentor-initiative.net
20	UNICEF	Edson Monteiro	WASH Project Officer - WASH Section, ACO	+244 933578750	emonteiro@unicef.org